



## **UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO**

### **Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO EM LETRAS  
Campus I – Prédio B4, sala 106 – Bairro São José – Cep. 99001-970 - Passo Fundo/RS

Fone (54) 3316-8341 – Fax (54) 3316-8330 – E-mail: [mestradoletras@upf.br](mailto:mestradoletras@upf.br)

---

PATRÍCIA GOMES DE OLIVEIRA

## **ENTRECRUZANDO FRONTEIRAS: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA OBRA *O POÇO DO VISCONDE***

Passo Fundo

2013

PATRÍCIA GOMES DE OLIVEIRA

ENTRECRUZANDO FRONTEIRAS: UMA ANÁLISE  
DISCURSIVA DA OBRA *O POÇO DO VISCONDE*

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras, sob a orientação da Professora Dra. Carme Regina Schons.

Orientadora: Dra. Carme Regina Schons

Passo Fundo  
2013

O48e Oliveira, Patricia Gomes de

Entrecruzando fronteiras : uma análise discursiva da obra O poço do Visconde / Patrícia Gomes de Oliveira . – 2013.

129 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Professora Dra. Carme Regina Schons.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Passo Fundo, 2013.

1. Análise do discurso literário. 2. Análise linguística. 3. Lobato, Monteiro, 1882-1948 – Crítica Textual. 4. Literatura infanto-juvenil – Brasil. I. Schons, Carme Regina, orientadora. II. Título.

CDU: 869.0(81).09

CIP – Catalogação na Publicação

---

---

Catalogação: Bibliotecária Marciéli de Oliveira - CRB 10/2113

Dedico este trabalho aos meus pais, meus portos seguros, pelo incentivo e apoio irrestrito.

## AGRADECIMENTOS

É chegada a hora de agradecer! Agradecer, segundo o dicionário Aurélio é retribuir com agradecimentos; assim sendo, o que por hora faço, nada mais é que reconhecer a importância da contribuição do outro na conquista do meu objetivo. E foram tantos estes outros que contribuíram para que a realização, não só deste trabalho, mas de toda a trajetória que fez com que sua realização fosse possível, no entanto, não posso citar todos, é preciso eleger apenas alguns para aqui citar, não citarei necessariamente os mais importantes, mas sim aqueles que estiveram diretamente ligados à realização deste trabalho.

Que fique aqui registrada minha gratidão:

A Deus, pois sem ele nada disso seria possível, nada sequer existiria.

À minha família, Pai, Mãe, Lucas e Manuela (Uca e Lela), pelo apoio incondicional e ajuda financeira. Vocês foram imprescindíveis nessa conquista!

Ao meu noivo, por fazer parte da minha vida, compreendendo meus momentos de angústia e ausência e por ter possibilitado momentos de descontração em que pude me desligar da tensão deste trabalho.

Aos colegas de mestrado Keli Almeida Bortoli Paz, Lisiane De Cesaro, Paulo Daniel, Josué Frizon e Viviane Demetrio que se tornaram meus amigos, compartilharam das mesmas angústias. Vocês tornaram esses dois anos de convivência um período inesquecível: sentirei saudades!

Às professoras Ercília Ana Cazarin e Telisa Furlanetto Graeff, pelas leituras criteriosas realizadas durante o processo de qualificação e de defesa desta dissertação.

À minha querida e estimada orientadora, professora Dra. Carme Regina Schons, pelas horas dedicadas à orientação deste trabalho, mas não só por isso, como também pelo exemplo de luta e força de vontade. Sem sua preciosa contribuição este trabalho, sem dúvida, não seria possível.

*O objetivo de qualquer associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem; esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.*  
*Livro: Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (Art. II).*

## RESUMO

Estuda-se, nesta dissertação, a obra *O poço do Visconde*, de Monteiro Lobato, publicada, pela primeira vez, em 1937, período em que o Brasil passava por sérias mudanças em sua estrutura política. Com objetivo de analisar a influência que as questões políticas e históricas da década de 1930 exerceram sobre essa obra que apresenta questões polêmicas, nos pautamos nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso de filiação francesa (AD), desenvolvida por Pêcheux, na França. No Brasil, Orlandi é a grande perscrutora dessa disciplina de interpretação que considera a materialidade linguística e histórica, isto é, considera a língua e sua exterioridade. Dentre os muitos conceitos com que trabalha a AD, exploramos, neste estudo, as questões referentes ao sujeito, à ideologia, às formações ideológicas (FI), às formações discursivas (FD) e à autoria, explicitando a relação entre língua e história. A escolha pela teoria e pela obra literária não se deu por acaso, pois, como já sabido, a obra de Lobato, desde suas primeiras publicações, vem causando polêmicas. No ano de 2010, houve uma tentativa de censura de sua obra *Caçadas de Pedrinho* e recentemente também houve tentativa de censurar a obra *A Negrinha*. Muito embora *O poço do Visconde* não tenha sido, ainda, vítima de censura, há nela questões polêmicas, tal como a denúncia de negligência e proibição, por parte do governo Vargas, de uma política de extração de minérios em solo brasileiro, além de muitas outras questões que a AD nos permite analisar. Estruturamos este trabalho em três capítulos, sendo os dois primeiros teóricos, com apresentação de algumas sequências discursivas apenas a título de ilustração, e o terceiro de análise, no qual apresentamos as condições de produção seguidas das análises das capas de três diferentes edições da obra *O poço do Visconde* e, posteriormente, das sequências discursivas (SD). Este estudo caracteriza-se, metodologicamente, como bibliográfico no que se refere aos procedimentos, descritivo-analítico no que se refere aos objetivos e qualitativo quanto à abordagem do problema, visto que a análise é embasada pela teoria da AD. O *corpus* de pesquisa foi organizado com base nos temas abordados nas SDs selecionadas, buscou-se eleger aquelas SDs que, de alguma maneira, apresentam resistência àquilo que estava social ou oficialmente instituído e, também, as SDs que fazem referência à estrutura social e política vigente durante a década de 1930. Com a análise aqui realizada, evidenciamos que, ao se olhar para o *corpus* e vê-lo não somente em seus aspectos linguísticos, mas somando a esses os aspectos ideológicos, é possível compreender a língua como totalidade que comporta, ao mesmo tempo, o sistema e a exterioridade afetada pela ideologia. Além disso, constatamos que a literatura, vista pelo viés discursivo, principalmente quando contrapomos à língua a sua exterioridade constitutiva, pode se apresentar como lugar de resistência social, como mecanismo de denúncia e de busca por ideais. Isso tudo se confirma, de modo especial, na obra lobatiana que, não em vão, por tantas vezes já sofreu censuras, seja por parte do Estado, da igreja ou de outros grupos e organizações sociais.

*Palavras-chave:* História. Língua. Literatura infantil. Monteiro Lobato. Político.

## RESUMEN

Es estudiada, en esta disertación, la obra *O poço do Visconde*, de Monteiro Lobato, publicada, en primer vez, en 1937, período en que Brasil pasaba por serias mudanzas en su estructura política. Con objetivo de analizar la influencia ejercida por las cuestiones políticas e históricas de la década de 1930 sobre esa obra que presenta cuestiones polémicas, nos pautamos en los presupuestos teóricos de la Análisis del Discurso de filiación francesa (AD), desarrollada por Pêcheux, en Francia. En Brasil, Orlandi es la gran precursora de esa asignatura de interpretación que considera la materialidad lingüística e histórica, o sea, considera la lengua y su exterioridad. De entre los muchos conceptos con que trabaja la AD, exploramos, en este estudio, las cuestiones referentes al sujeto, a la ideología, a las formaciones ideológicas (FI), a las formaciones discursivas (FD) y a la autoría, explicitando la relación entre la lengua y la historia. La opción por la teoría y por la obra literaria no se dio por acaso, pues, como ya es sabido, la obra de Lobato, desde sus primeras publicaciones, ven causando polémicas. En el año de 2010, hubo una tentativa de censura de su obra *Caçadas de Pedrinho* y recientemente también hubo tentativa de censurar la obra *A Negrinha*. A pesar de la obra *O poço do Visconde* no ter sido, aun, víctima de censura, ha en ella cuestiones polémicas, tales como la denuncia de negligencia y prohibición, por parte del gobierno Vargas, de una política de extracción de minerales en el solo brasileño, además de muchas otras cuestiones que la AD nos permite analizar. Estructuramos este trabajo en tres capítulos, los dos primeros son teóricos, con presentación de algunas secuencias discursivas apenas a título de ilustración, y el tercer de análisis, en el cual presentamos las condiciones de producción seguidas de las análisis de las capas de tres diferentes ediciones de la obra *O poço do Visconde* y, posteriormente, de las secuencias discursivas (SD). Este estudio es caracterizado, metodológicamente, como bibliográfico a lo que se refiere a los procedimientos, descriptivo-analítico en lo que se refiere a los objetivos y cualitativo cuanto a la abordaje del problema, visto que las análisis están basadas por la teoría AD. El *corpus* de pesquisa fue organizado con base en los temas abordados en las SDs elegidas, fue buscado elegir aquellas SDs que, de alguna manera, presentan resistencia a aquello que estaba social u oficialmente instituido y, también, las SDs que hacen referencia a la estructura social y política vigente durante la década de 1930. Con las análisis aquí realizadas, evidenciamos que, al se mirar para el *corpus* y visualizarlo no solamente en sus aspectos lingüísticos, pero sumando a eses los aspectos ideológicos, es posible comprender la lengua como totalidad que comporta, al mismo tiempo, el sistema y la exterioridad afectada por la ideología. Además de eso, constatamos que la literatura, mirada discursivamente, principalmente cuando comparamos la lengua a su exterioridad constitutiva, puede presentarse como lugar de resistencia social, como mecanismo de denuncia y de búsqueda por ideales. Eso todo se confirma, de modo especial, en la obra lobatiana que, no en vano, por tantas veces ya sufrió censuras, sea por parte del Estado, de la iglesia o de otros grupos y organizaciones sociales.

*Palabras-clave:* Historia. Lengua. Literatura infantil. Monteiro Lobato. Político.

## LISTA DE FIGURAS

|          |  |     |
|----------|--|-----|
| Figura 1 | Representação das fronteiras teóricas da AD.....                 | 37  |
| Figura 2 | Capa da primeira edição do livro <i>O poço do Visconde</i> ..... | 67  |
| Figura 3 | Capa da edição de 1956 do livro <i>O poço de Visconde</i> .....  | 69  |
| Figura 4 | Capa da edição de 2010 do livro <i>O poço do Visconde</i> .....  | 71  |
| Figura 5 | Organograma hierárquico.....                                     | 104 |

## LISTA DE QUADROS

|           |   |     |
|-----------|---|-----|
| Quadro 1  | Comparativo das capas da obra <i>O poço do Visconde</i> .....             | 72  |
| Quadro 2  | Os recortes e a organização das SDs.....                                  | 81  |
| Quadro 3  | Relações parafrásticas que remetem ao científico.....                     | 89  |
| Quadro 4  | Relações parafrásticas que remetem à resistência ao científico.....       | 90  |
| Quadro 5  | Estados Unidos: o modelo?.....  | 98  |
| Quadro 6  | Enunciados que remetem à “política brasileira de extração de minérios”... | 102 |
| Quadro 7  | Elementos determinativos de interesses estrangeiros.....                  | 105 |
| Quadro 8  | Elementos de saber do discurso pedagógico.....                            | 109 |
| Quadro 9  | Determinação dos países produtores de petróleo.....                       | 112 |
| Quadro 10 | Categoria de hipótese.....  | 116 |
| Quadro 11 | Categoria de exemplificação.....  | 117 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|             |   |
|-------------|---|
| <b>AD</b>   | Análise de Discurso de Linha Francesa     |
| <b>FD</b>   | Formação Discursiva                       |
| <b>FI</b>   | Formação Ideológica                       |
| <b>CP</b>   | Condições de Produção                     |
| <b>MD</b>   | Memória Discursiva                        |
| <b>AAD</b>  | Análise Automática do Discurso            |
| <b>FS</b>   | Forma-sujeito                             |
| <b>OS</b>   | Posição-sujeito                           |
| <b>AIE</b>  | Aparelhos Ideológicos de Estado           |
| <b>SD</b>   | Sequência Discursiva                      |
| <b>AE</b>   | Aparelho (repressivo) Estado              |
| <b>CNE</b>  | Conselho Nacional de Educação             |
| <b>MEC</b>  | Ministério da Educação                    |
| <b>IARA</b> | Instituto de Advocacia Racial e Ambiental |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>12</b> |
| <b>1 O OBJETO LITERÁRIO.....</b>  | <b>16</b> |
| <b>1.1 A função social da literatura.....</b>   | <b>22</b> |
| <b>1.2 A literatura como prática discursiva.....</b>  | <b>24</b> |
| <b>1.3 A força da literatura na constituição do político.....</b>   | <b>25</b> |
| 1.3.1 O político na linguagem.....  | 27        |
| 1.3.2 A escrita de Monteiro Lobato .....  | 28        |
| <b>1.4 O autor e a autoria.....</b>   | <b>33</b> |
| <b>2 DE MARX A PÊCHEUX: A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA E HISTÓRIA.....</b>  | <b>36</b> |
| <b>2.1 Materialismo histórico.....</b>  | <b>36</b> |
| 2.1.1 O materialismo histórico e a revolução social.....  | 38        |
| 2.1.2 Os aparelhos ideológicos de Estado.....   | 40        |
| 2.1.3 O materialismo histórico na AD.....   | 43        |
| <b>2.2 Contribuições de uma teoria materialista aos trabalhos de interpretação:<br/>língua e história .....</b> | <b>45</b> |
| <b>2.3 Ideologia: formação ideológica (FI) e formação discursiva (FD).....</b>                                  | <b>50</b> |
| <b>2.4 Sujeito: forma-sujeito e posição-sujeito.....</b>  | <b>53</b> |
| <b>3 DESVELANDO OS MISTÉRIOS DO POÇO DO VISCONDE: O <i>CORPUS</i> E<br/>SUAS ANÁLISES.....</b>                  | <b>58</b> |
| <b>3.1 Condições de produção: o contexto histórico do Brasil na década de<br/>1930.....</b>                     | <b>59</b> |
| <b>3.2 Cartão de visita: as capas de O poço do Visconde.....</b>  | <b>65</b> |
| <b>3.3 As sequências discursivas em O poço do Visconde.....</b>   | <b>80</b> |
| 3.3.1 Resistência ao científico.....  | 81        |
| 3.3.2 Relação (in)amistosa entre Estados Unidos e Brasil.....   | 91        |
| 3.3.3 Interesses estrangeiros no petróleo brasileiro.....   | 99        |
| 3.3.4 Processo de culturalização.....   | 105       |

|   |            |
|---|------------|
| 3.3.5 Países produtores de petróleo: o progresso..... | 110        |
| 3.3.6 Ocorrências de petróleo no Brasil.....          | 113        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                      | <b>119</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                               | <b>123</b> |
| <b>ANEXOS.....</b>                                    | <b>128</b> |
| <b>Anexo A.....</b>                                   | <b>129</b> |

## INTRODUÇÃO

Diferentes posições teóricas possibilitam diferentes olhares sobre um mesmo objeto e, como já formulou Saussure, o ponto de vista define o objeto observado. Diante disso, faz-se pertinente esclarecer, inicialmente, a qual teoria este trabalho está filiado. Pautamo-nos aqui nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso de filiação francesa (AD), mas isso não é suficiente para definir claramente a filiação teórica aqui adotada, pois esse campo de saber tem atravessado fronteiras, estabelecendo diferentes interlocuções teóricas em um movimento constante de expansão e transterritorialização.

Dessa forma, partindo do pressuposto estabelecido por Cavalcante (2012) de que é preciso tomar partido dentro da linguística pela AD e, posteriormente, tomar partido dentro da AD pelo viés marxiano é que desenvolvemos este estudo, destacando as categorias de discurso, de ideologia e de sujeito, fundantes da AD, uma vez que essa disciplina compreende que a produção dos sentidos não ocorre a partir de arranjos sintáticos, mas se constitui socialmente em um processo que envolve língua, sujeito e história, compreendendo, assim, o discurso como um fazer histórico.

Pretendemos, filiados a essa teoria, compreender como funcionam, na língua, as influências exercidas, pela história e pela política, sobre a obra *O poço de Visconde*, de Lobato, produzida na década de 1930. Com base nisso, pretendemos, também, atingir aos objetivos almejados, quais sejam:

- verificar a relação entre o conteúdo da obra de Lobato e a política brasileira da época;
- identificar, na obra *O poço do Visconde*, indícios de modalidades das tomadas de posição no efeito autoria da obra literária lobatiana;
- observar o funcionamento do discurso-outro na produção de sentidos;
- estudar as relações parafrásticas e/ou polissêmicas na obra de Monteiro Lobato;
- examinar as condições de produção (CP) da obra de Monteiro Lobato;
- debater os efeitos de contradição, as relações de força e as relações de antagonismo na obra de Monteiro Lobato.
- analisar a influência que as questões políticas e históricas da década de 1930 exerceram sobre a obra *O poço do Visconde*, de Monteiro Lobato, produzida durante o mesmo período;

Este estudo justifica-se, primordialmente, por dois grandes aspectos. O primeiro é a proposta do PPGL da UPF, que visa à produção de trabalhos que integrem a literatura à linguística. Um trabalho no sentido de integração dos saberes linguísticos e literários se

justifica por vir ao encontro da nova proposta do Programa de Mestrado em Letras da Universidade de Passo Fundo (UPF) e por evidenciar que estudos que integram a linguística e a literatura são, além de possíveis, necessários. Além disso, a realização da análise de uma obra literária, sob a ótica de uma disciplina de interpretação que leva em conta a materialidade linguística e histórica, a Análise de Discurso (AD) de linha francesa, a qual, em um trabalho de interpretação, considera a língua e, também, a sua exterioridade, justifica-se por possibilitar a integração entre à linguística e literatura, áreas que, apesar de pertencerem ao grande grupo das Letras, estiveram, durante um longo período da história, em posições opostas.

Salientamos que, apesar de já existirem análises de obras literárias sob a ótica da AD, esse tipo de estudo não é comum, no entanto, a escolha pela AD para analisar a obra literária é adequada, pois possibilita a interlocução com a literatura, campo estritamente entrelaçado com o social, como veremos no capítulo 1 desta dissertação, o que possibilita a compreensão do político<sup>1</sup> enquanto relações de força presentes na sociedade.

Sendo assim, este estudo poderá contribuir para o crescimento teórico e metodológico do Mestrado em Letras da UPF, pois mostrará que é possível um novo olhar para as áreas das letras, um olhar que não fragmenta os conhecimentos, mas os integra, um olhar diferenciado que aborda a linguística e a literatura como conhecimentos que se complementam e não que se opõem.

O segundo aspecto que justifica esta dissertação é a inquietação gerada pelas polêmicas que cercam as obras de Monteiro Lobato. Considerado o pai da literatura infantil, Monteiro Lobato é criador de obras que geram inquietações até os dias atuais. Marisa Lajolo (2000) costuma dizer que Lobato é um escritor que esteve à frente de seu tempo, e ele o é, suas obras trazem à tona questões sociais e políticas polêmicas e, em virtude disso, suas obras-primas são, por inúmeras vezes, vítimas de censura.

Em pleno século XXI, em um mundo globalizado onde se prega a liberdade de expressão, ainda há grupos que tentam censurá-lo. Recentemente, vivenciamos fatos que evidenciam isso. No ano de 2010, houve uma tentativa de censura do livro *Caçadas de Pedrinho*. O Instituto de Advocacia Racial e Ambiental moveu ação judicial com objetivo de

---

<sup>1</sup> Ao longo deste trabalho utilizaremos os termos político e política, logo, para evitar ambiguidades, consideramos pertinente esclarecer em que sentido os empregamos. Almeja-se que estas palavras, político e política, sejam compreendidas enquanto relações de força presentes na sociedade, as quais confrontam no interior dos AIE e das lutas de classe de maneira geral, ou seja, este político e esta política não são partidárias, mas se referem a posições assumidas pelos sujeitos na esfera social e no discurso.

proibir a distribuição da obra na rede pública de ensino, acusando-a de conter trechos racistas. O Conselho Nacional de Educação (CNE) decidiu pela proibição da obra e, diante dessa censura, o Ministério da Educação (MEC) interveio junto ao CNE, solicitando que reconsiderasse a questão, sendo, então, o veto à obra anulado.

Não obstante, no dia 25 de setembro de 2012, outro livro de Monteiro Lobato foi vítima de tentativa de censura: *Negrinha*, livro lançado em 1920 que reúne 22 contos de Monteiro Lobato. O Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (IARA) protocolou, na Controladoria Geral da União (CGU), uma ação administrativa solicitando que o livro deixe de integrar o Programa Nacional de Biblioteca na Escola (PNBE), o qual é responsável pela distribuição dos livros às bibliotecas escolares do Brasil. O IARA alega que no livro há passagens racistas, mesmo argumento utilizado na tentativa de censura da obra *Caçadas de Pedrinho*.

A obra que ora analisamos, contudo, não é nem *A Negrinha*, nem *Caçadas de Pedrinho*, mas *O poço do Visconde*, narrativa também destinada ao público infanto-juvenil, que trata da extração do petróleo no Brasil. Esse livro foi publicado pela primeira vez em 1937, um ano após a publicação do livro *O escândalo do Petróleo* (1936), que, embora tenha sido sucesso de venda, foi recolhido por ordem do então presidente da República Getúlio Vargas, que era acusado no livro de não perfurar e de não deixar perfurar poços de petróleo. Na ocasião, foi recolhida toda a tiragem da obra, inclusive os livros já vendidos, e sua venda foi proibida.

Este trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro, intitulado *O objeto literário*, traçamos algumas reflexões acerca da literatura, sua função social, bem como a maneira que a literatura, representada pelo objeto literário, é vista e abordada em uma perspectiva discursiva, isto é, buscamos ver a função que a literatura adquire no momento em que a vemos, contrapondo seus aspectos linguísticos à sua exterioridade (condições de produção), fazendo aflorar o político e o ideológico no interior da obra. Nesse primeiro capítulo, também são apresentadas questões referentes a Monteiro Lobato, à sua escrita, às polêmicas que envolvem suas obras e sua vida. Finalizamos este capítulo apresentando a função-autor, pela perspectiva da AD, relacionada aos gestos de interpretação na busca pelo discurso (efeitos de sentido entre interlocutores).

No capítulo dois, “De Marx a Pêcheux: a união entre história e língua”, dissertamos, inicialmente, sobre a trajetória do materialismo histórico. Iniciamos trazendo à tona as ideias encabeçadas por Marx (seção 2.1.1) acerca do materialismo histórico e, posteriormente, apresentamos as ideias de Althusser (seção 2.1.2), que, por considerar que a teoria marxista

apresentava, ainda, um caráter bastante descritivo, reelaborou-a, introduzindo o conceito de AIE (aparelhos ideológicos de estado). Para finalizar as reflexões sobre o materialismo histórico, refletimos com Pêcheux (seção 2.1.3), que, a partir do que Marx e Althusser elaboraram, funda a AD, disciplina de entremeio que entrecruza linguística, psicanálise e marxismo sem se deixar confundir com nenhuma delas, pois possui objeto e método próprios. Após terem sido traçadas essas reflexões, enfocamos as contribuições que a teoria materialista propicia aos trabalhos de interpretação (seção 2.2), dando ênfase à relação entre língua e história (seção 2.2.1), que trazem à tona as questões da ideologia (seção 2.3), tais como Formação Ideológica (FI) e Formação Discursiva (FD) (seção 2.3.1), e do sujeito (seção 2.4).

Ao longo da dissertação, apresentamos sequências discursivas para ilustrar algumas das questões que são abordadas nesta pesquisa. No entanto, a análise propriamente dita será realizada no capítulo três, último capítulo desta dissertação, intitulado “Desvelando os mistérios: o *corpus* e suas análises”. Nele, inicialmente, na seção 3.1, trazemos as condições de produção da obra, refletindo inicialmente sobre o que são, para a AD, as condições de produção e, posteriormente, questões políticas, sociais, históricas e literárias da década de 1930 que fazem parte das condições de produção do livro *O poço do Visconde*. Na sequência, na seção 3.2, intitulada “Cartão de visita: as capas de *O poço do Visconde*”, introduzimos a análise, por meio de três capas, já publicadas, da obra aqui estudada. Posteriormente, na seção 3.3, apresentamos as sequências discursivas (SD) selecionadas para a realização da análise da obra acompanhadas por suas respectivas análises.

Após os três capítulos, apresentamos as *considerações finais*, como efeito de acabamento desta dissertação. Na sequência, estão dispostas as referências bibliográficas utilizadas para o desenvolvimento deste estudo e, por fim, os anexos.

## 1 O OBJETO LITERÁRIO

Neste capítulo pretendemos abordar o objeto literário aos olhos da Análise de Discurso de filiação francesa (AD), isto é, verificar como se constitui esse peculiar discurso: o discurso literário. Para tanto, buscamos explicitar as questões referentes à literariedade e a relação que a literatura estabelece com a história, apresentado, nessa perspectiva, a questão da metaficção historiográfica.

A literatura se constrói histórica e culturalmente, apresentando, assim, características próprias. Em virtude disso, há certos aspectos que são determinados em cada época dos períodos históricos que possibilitam a caracterização/definição de um texto, de um discurso como literário. Tais aspectos são tidos e denominados como elementos de literariedade e, graças a esses elementos, os textos literários, com sua linguagem intrinsecamente diferenciada e seu texto institucionalmente determinado por aspectos socioculturais e históricos, ficam para a posteridade como representantes de determinadas épocas socioculturais.

A literatura, ou discurso literário, forma-se não só pelos seus aspectos intrínsecos, mas também pelo bom trabalho realizado pelo autor, evidenciando a sociedade e a cultura de sua contemporaneidade ou do passado. Isto não significa que um texto literário é bom porque representa bem uma determinada sociedade. Entende-se, sim, que um texto literário é bom porque é bem escrito, porque trabalha a linguagem de forma criativa, porque utiliza os interstícios para enriquecer as possibilidades de leitura. [...] a literatura não é um fenômeno independente, ela é criada dentro de um contexto; numa determinada língua, num determinado país, numa determinada época, onde se pensa de uma determinada maneira, carregando em si marcas desse determinado contexto (PALMA, 2007, p. 69-70).

O discurso literário não pode ser ligado exclusivamente ao autor, mas também precisa ser relacionado aos aspectos dos contextos sociais, históricos e culturais em que o texto/discurso está inserido, pois são esses os aspectos que fazem com que o discurso literário seja um discurso intrinsecamente diferenciado e institucionalmente determinado. Diante disso, considera-se que o discurso literário é constituído histórica e socialmente ao mesmo tempo em que apresenta em sua natureza elementos que o diferenciam dos demais discursos (discurso jornalístico, discurso histórico, discurso filosófico) (PALMA, 2007).

Deu-se corpo, no início do século XX, à ideia de que o discurso literário é construído a partir de elementos intrínsecos ao texto literário. Os formalistas russos demonstraram

preocupação com a materialidade destes textos, recusando, no entanto, em um primeiro momento, as explicações de base extraliterária, dando ênfase ao princípio da organização da obra como produto estético, preocupando-se com os elementos que fazem do texto uma obra literária, centrados nos aspectos imanentes do texto literário, vendo o discurso literário como procedimentos de linguagem que visam à desautomatização de hábitos de percepção por meio de um efeito de estranhamento, gerando, assim, uma crise em tais hábitos, transformando e obscurecendo a forma. Diante disso, Palma (2007) afirma que o objeto do estudo literário não é a literatura, mas sim a literariedade.

Ao final do século XX, período marcado pela desagregação das camadas eruditas da arte, firmou-se uma consciência de que a história, até então, fora contada pelas classes dominantes, sob um mito de interesses e ideologias dos historiadores. A metaficção historiográfica possui o papel de contrastar a visão dos dominantes com a visão dos marginalizados, subjugados, possibilitando assim uma leitura alternativa do passado, como uma crítica à história oficial. Além disso, ressalta-se o caráter narrativo que possui a história, pois tanto a história como a ficção partem da verossimilhança e podem ser identificadas como construções mentais ou sínteses feitas a partir da combinação de vários elementos linguísticos convencionalizados e nada transparentes quanto aos aspectos estruturais e de linguagem. Sendo assim, ambas, história e ficção, são igualmente intertextuais, podendo a história ser concebida, dessa maneira, como uma espécie de ficção, apesar de apresentarem uma relevante diferença: enquanto o historiador encontra suas histórias e as interpreta, o ficcionista inventa suas histórias a partir de outras (JACOMEL; SILVA, 2007).

A teoria desenvolvida por Jakobson acerca das funções da linguagem e dos elementos do processo de comunicação possibilitou a percepção de que existem singularidades no discurso literário, as quais não estão presas apenas à materialidade linguística, visto que a própria literariedade se constitui histórica e culturalmente.

A metaficção historiográfica aproxima o discurso literário ao discurso histórico, pois se caracteriza, apropriando-se de personagens e acontecimentos históricos, por questionar aos fatos concebidos como verdadeiros, ou seja, a metaficção historiográfica questiona as verdades históricas. Por esse viés, a literatura possui um esquema de referências ao passado, por meio do qual é possível descobrir verdades que até então não haviam sido reveladas devido ao interesse e o poder de determinados grupos dominantes (JACOMEL; SILVA, 2007).

A teoria desenvolvida por Carlos Reis (PALMA, 2007) acerca do texto literário deixa claro que a literatura não se resume a uma linguagem bem elaborada, mas também por

elementos socioculturais e históricos, em seu bojo a ilustração de uma determinada época, de um período histórico, cada obra representa determinadas épocas dos períodos históricos, “é possível perceber que as obras literárias carregam em si as correntes de pensamento filosófico que permeiam o momento de seu surgimento” (PALMA, 2007).

A literatura pode ser vista enquanto instituição e isso implica o fato de os autores, mesmo os que renegam estarem inseridos dentro de um quadro de reconhecimento público, para a afirmação no plano social. Tal reconhecimento é proferido a eles pelas instituições literárias, tais como academias, que exercem papel fundamental, pois são vistas como instituições social e culturalmente importantes e, também, pela instituição dos prêmios literários; a crítica literária que tem por intuito recensear uma obra literária recente; sistemas de ensino, visto que participam diretamente da formação do cânone literário, por meio da força cultural e social de que se revestem; mercado editorial que acaba por influenciar na validação do discurso literário e na estruturação deste discurso, pois exercem influência direta na construção das obras literárias. No entanto, a inserção e consagração dos autores por essas instituições não garante que o escritor seja canonizado, pois muitos não foram e muitos o serão. Além disso, para ser considerada literária, não basta ter reconhecimento e prêmios, é necessário apresentar a estética necessária à obra literária (linguagem bem trabalhada, enredo bem construído, personagens bem elaboradas) (PALMA, 2007).

A literatura, os movimentos artísticos e culturais e a cultura de massas, encarados enquanto instituição, são responsáveis pela reprodução da ideologia. E, pela perspectiva da AD, é justamente a ideologia que interpela os indivíduos em sujeitos produtores e reprodutores dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), os quais, consoante Machado (2009, p.2):

[...] transformam os indivíduos em agentes disseminadores de determinados conceitos, tornando-os, portanto, sujeitos. Uma das possibilidades materiais de existência da ideologia é o discurso, porque ele representa, imaginariamente, as condições reais da existência e transforma os indivíduos em agentes responsáveis pela disseminação de sentidos, o que contribui para a constituição do sujeito/cidadão.

Diante disso, percebe-se a estreita ligação que há entre discurso e ideologia e ideologia e discurso literário. Machado (2009) destaca que o discurso literário tem dupla função, pois, ao mesmo tempo em que é usado para entreter, causar prazer; pode ser usado como

instrumento pedagógico, podendo formar cidadãos e não meros leitores. Vistos dessa maneira, os discursos presentes na obra literária podem ser encarados como parte do discurso de determinada época e lugar.

Não é tarefa simples definir o discurso literário. Ao longo dos séculos, segundo Lajolo (1984), várias foram as tentativas de caracterizar a obra literária, entretanto, não se chegou a nenhuma conclusão definitiva, o que se sabe, todavia, é que na literatura não existem conceitos fechados, em virtude do que é possível afirmar que o discurso literário é constituído pela linguagem que em determinado período histórico foi considerada pelas instituições como literária, mesmo que em outros períodos possa não ser. Portanto, a obra pode ser considerada literária ou não, dependendo dos preceitos diferenciados que são adotados em cada momento ou pelo tipo de metodologia utilizada para avaliá-la.

Portanto, o discurso literário é constituído histórica e culturalmente, ou seja, a literatura apresenta, concomitantemente, uma linguagem diferenciada e códigos específicos, em que há uma preocupação com a expressão, e, ao mesmo tempo, sofre a influência das instituições a ela vinculadas. Sendo assim, a literariedade é conceituada pela linguagem diferenciada que gera estranhamento e pelas influências históricas e culturais, apresentando, além de uma construção bem elaborada, o retrato do homem de sua época, ou de época anterior, com todos os seus elementos subjetivos. Dessa maneira, a obra literária torna-se um material que não deve ser visto apenas pelo viés artístico, mas como obra viva na qual é possível, a cada leitura, perceber elementos representativos ao ser humano.

Orlandi (1983/1987) *apud* Machado (2009) propõe uma tipologia para o discurso tendo como ponto de partida alguns critérios (funcionamento discursivo, reversibilidade e polissemia) a partir dos quais propõe três tipos de discurso: o autoritário, o polêmico e o lúdico.

O discurso autoritário é o discurso contido por excelência em que a polissemia e a reversibilidade são quase nulas, é o discurso da verdade absoluta, encontrado facilmente no discurso pedagógico ou religioso que tem sempre uma pessoa ou um grupo que se autodenominam os donos da verdade, da palavra ou da ideologia que deve prevalecer. O discurso polêmico é o discurso em que se controlam a reversibilidade e a polissemia, é mais aberto ao destinatário do que o discurso autoritário, no entanto uma abertura controlada por um detentor ou um grupo de detentores. O discurso lúdico é aquele em que a polissemia é aberta, porque a reversibilidade entre os interlocutores é total. O que define, portanto, a tipologia do discurso é, na verdade, o jogo entre polissemia e paráfrase.

Na obra *O poço do Visconde*, de Monteiro Lobato, que constitui o *corpus* desta dissertação, é possível verificar a presença dos três tipos de discurso a que se refere Orlandi. Ilustramos aqui, na SD1, o tipo de discurso autoritário.

**SD 01** — Emília, as professoras e os pedagogos vivem **condenando** esse seu modo de falar, que tanto **estraga** os livros do Lobato. Já por vezes tenho pedido a você que seja mais educada na linguagem.

— Dona Benta, a senhora me perdoe, mas quem torto nasce, tarde ou nunca se endireita. Nasci torta. Sou uma besteirinha da natureza — ou dessa negra beijuda que me fez. E, portanto, ou falo como quero ou calo-me. Isso de falar como as professoras **mandam**, que fique para Narizinho. Pão para mim é pão; besteira é besteira — nem que venha da Inglaterra ou dos Estados Unidos, Cá comigo é ali na batata.

Fonte: *O poço do Visconde*, LOBATO, 1956, p. 63. Grifos nossos.

Na SD1 percebemos a presença do discurso pedagógico, fortemente marcado pelo uso do funcionamento discursivo autoritário, que se explicita pelo uso dos termos *condenando* e *mandam* quando se refere à fala das professoras, e *estraga* se referindo à linguagem não culta de Emília como aspecto que poderia denegrir as obras lobatianas. Ressaltamos ainda que, onde há proibição há resistência, o vocabulário utilizado por Emília representa uma forma de resistência à imposição, feita pelas escolas, as quais estão representadas pela figura dos professores da norma culta padrão.

O texto, o objeto literário se apresenta como espaço de funcionamento tanto do discurso autoritário como do discurso lúdico, uma vez que nele encontramos tanto uma como a outra forma de funcionamento discursivo, as quais são concebidas pelo uso de paráfrases e polissemias. Vejamos, a seguir, da SD02, um exemplo de discurso lúdico na obra *O poço do Visconde*.

**SD 02** Mas as gentes grandes, marmanjões pretensiosos, riram-se das crianças, dizendo: "Há de ser então uma das muitas maluquices do tal sítio de Dona Benta, que o tal Lobato vive contando. Brincadeira." (LOBATO, p.165, 1956).

Percebemos, na SD02, a presença do discurso lúdico por meio do funcionamento discursivo dos termos: marmanjões, maluquices e brincadeira, pois essas palavras são próprias

do vocabulário infantil, isto é, esse tipo de vocabulário remete à infância. Além disso, nessa SD, destacamos o uso da ironia, pois nela as ideias defendidas ao longo da obra são definidas como maluquices, histórias malucas que Lobato costuma contar para as crianças. Sendo assim, a descoberta do petróleo nada mais seria que uma brincadeira de criança.

Consoante Jacomel e Silva (2007), a interpretação de um texto literário pressupõe a concepção de que a literatura constitui um ato social simbólico, pois, apesar de a relação entre a escrita e o fato sempre questionável, o texto problematiza seu objeto. Logo, o modo de recepcionar o texto literário prevê a interpretação política como horizonte de toda leitura e toda interpretação, em detrimento de uma concepção idealista da história da literatura. A história e a literatura, a partir da metaficção historiográfica, unem-se em função de uma causa: as produções escritas levam os leitores ao questionamento das “verdades absolutas”, pois as duas são operadas a partir dos mecanismos que a linguagem oferece.

Machado (2009) afirma que a literatura e a arte podem ser uma via de mão dupla, pois, ao mesmo tempo em que retrata a sociedade de determinado tempo e espaço, a forma, podendo modificar a maneira que os indivíduos pensam por meio das ideias apresentadas pelo autor. A literatura e o discurso literário nunca estão prontos e acabados. Esse discurso é dinâmico e aberto, encontra-se em constante construção e, como qualquer outro discurso, parte do interdiscurso, utilizando uma formação discursiva (FD) já existente como base. A autora destaca, ainda, que o discurso literário é ideológico, pois dissemina conceitos e crenças de determinada época e espaço. Por esse viés, a literatura é entendida como uma possibilidade de representação de valores, principalmente quando inserida no contexto escolar.

Considera-se pertinente salientar que a literatura como instrumento pedagógico surgiu junto com o modelo de escola que temos hoje. Segundo Zugno e Fritzen (2006), é durante o século XVII, juntamente com a nova concepção de infância e com a reorganização do sistema educacional de ensino que surge o termo literatura infantil. As obras literárias destinadas ao público infantil e juvenil constituem importantes mecanismos de formação de leitores e, conseqüentemente, de sujeitos sociais, em virtude da reflexão de valores e interação social que possibilitam e, justamente, por o possibilitarem de maneira despretensiosa e prazerosa. Para tanto, isso é, para que a literatura cumpra seu papel, é necessário que as obras sejam levadas às salas de aulas de maneira contextualizada, contrapondo cada obra com suas condições de produção, transformando a sala de aula em ambiente possível de diálogo entre as obras lidas e os sujeitos alunos.

## 1.1 A função social da literatura

*A ficção é a nossa tentativa de reconstruir a realidade como nós acreditamos que ela deveria ter sido. (Mário Vargas Llosa)*

Orlandi (2008), em sua obra *Discurso e leitura*, propõe que sejam fornecidos subsídios para o ensino de leitura em uma escola que se queira crítica, para o que se faz necessário evidenciar que a leitura é um processo cuja explicitação envolve mecanismos de muita relevância para a AD e que traça algumas reflexões acerca da leitura, as quais possibilitam adentrar especificamente na questão da literatura enquanto objeto socialmente constituído que interfere no meio onde circula. Para a autora, a leitura se constitui enquanto questão linguística pedagógica e social, logo, não se reduz às suas características técnicas, tais como estratégias de leitura imediatistas, mas deve ser encarada enquanto importante função no trabalho intelectual.

Pela perspectiva da AD, a leitura não é vista enquanto processo de decodificação e apreensão do sentido, pois nessa teoria o texto não é visto como produto, mas procura-se observar o processo de sua produção e, a partir desse processo, sua significação, considerando que o leitor vai além da apreensão dos sentidos, pois também atribui sentido ao texto lido. Ou seja, para a AD, a leitura é produzida, logo, se faz necessário determinar seu processo e suas condições de produção<sup>2</sup>, bem como as histórias de leitura e do texto e do próprio leitor. Sob esse olhar, a leitura é, nas palavras de Orlandi (2008, p. 38), “o momento crítico da constituição do texto, o momento privilegiado do processo de interação verbal, uma vez que é nele que se desencadeia o processo de significação”. A analista de discurso salienta que, na realização do processo de leitura é instaurado um modo de significação específico em virtude de esse processo configurar um espaço de discursividade.

A leitura tem história! Nessa afirmação, vários fenômenos de variação podem estar contidos, tais como: um mesmo texto pode ser lido de diferentes maneiras, se lido em épocas distintas; diferentes tipos de discurso, ou seja, um texto que era lido como documento passa a

---

<sup>2</sup> Os sujeitos (autor e leitor), a ideologia, os diferentes tipos de discurso, a distinção entre leitura parafrástica e leitura polissêmica são alguns dos componentes das condições de produção da leitura. (Orlandi, 2008).

ser lido como literatura; ou, ainda, o fenômeno de caráter social, que é o que se apresenta, nesta dissertação, como mais importante, pois se refere à leitura de classe, isto é, a um modo de produção que pode ser remetido a classes sociais. Além desses fenômenos de variação que envolvem a questão de a leitura ter sua história, é importante destacar que essa afirmação envolve a questão de haver leituras previstas para determinado texto, muito embora as previsões não sejam absolutas, pois há outras leituras possíveis, há elementos que podem determinar a previsibilidade, tais como o sentido tem sua história e sua intertextualidade. Sendo assim, em qualquer leitura, devem ser considerados os contextos histórico-social, ideológico e cultural que envolvem a história da leitura<sup>3</sup> (ORLANDI, 2008).

Com base nesses pressupostos estabelecidos por Orlandi acerca da leitura, nos sentimos aptos a discorrer, neste momento, sobre um tipo específico de leitura: a leitura literária. Afirmamos que a literatura, assim como a leitura, possui uma função social, pois as produções literárias, as obras literárias não estão alheias ao meio social em que são produzidas e circulam, pelo contrário, elas, muitas vezes, possibilitam que se diga aquilo que, em determinado momento, não pode ou não deve ser dito de maneira direta, aberta, em outros veículos de comunicação e divulgação, mas que, pelo “mascaramento” propiciado pela obra ficcional, se diz.

A seguir, em SD retirada da obra *O poço do Visconde*, é possível esse tipo de ocorrência.

**SD 03** — Minha senhora — disse ele — circulam boatos de que foi aberto aqui em suas terras um poço de petróleo. Mas ninguém lá fora acredita nisso; primeiro, porque **está oficialmente assentado que o Brasil não tem petróleo**; segundo, porque o petróleo surgiu justamente aqui no seu sítio, que tem fama de maluco; terceiro, porque a comunicação aos jornais foi feita por um Senhor Encerrabodes que ninguém nunca viu mais gordo. Apesar disso, o meu jornal encarregou-me de chegar até aqui para ver o que há (LOBATO, 1956, p. 165).

Fonte: *O poço do Visconde*, LOBATO, 1956, p. 165. Grifos nossos.

Como já citado na introdução desta dissertação, em 1936, um ano antes da publicação da obra *O poço do Visconde*, Lobato publicou o livro *O escândalo do Petróleo*, que não

---

<sup>3</sup> A história da leitura é composta pelas leituras anteriores realizadas pelo leitor que constituem sua memória discursiva (MD) e pela relação que o texto lido estabelece com outros textos.

constitui uma obra de ficção, no qual denunciava e acusava o governo de Getúlio Vargas de não perfurar e de não deixar o perfurar poços de petróleo em solo brasileiro. Devido a isso, mesmo diante da venda de inúmeros exemplares, a obra foi censurada e teve todos os exemplares recolhidos. Na SD 03, Lobato afirma que um poço foi perfurado em solo brasileiro e que dele jorrou petróleo, mesmo com a negativa do governo quanto à existência do combustível no Brasil, a reafirmação dessa negativa é percebida, principalmente nos termos que foram aqui grifados, com ênfase a palavra *oficialmente* que remete a algo instituído pelo governo, isto é, o governo oficializou que não há petróleo no Brasil, logo, não investe em programas de extração de minérios e proíbe que a iniciativa privada o faça.

Nesse trecho percebemos a relação da obra literária com o seu contexto social, o que nos permite verificar que a literatura, a partir do momento que (des)vela, (des)constrói “verdades históricas”, desempenha uma função social, pois aponta para uma série de evidências no mundo não logicamente estabilizado. Isso pode vir a desencadear uma série de perguntas nos leitores, o que fará com que, minimamente, esse sujeito reflita sobre suas próprias verdades, ou até conteste as verdades (im)postas pelos AIE.

## **1.2 A literatura como prática discursiva**

Nesta seção trataremos da literatura enquanto prática discursiva. Para abordá-la por este viés, trataremos inicialmente das noções de história e historicidade, de como esses dois elementos são vistos e trabalhados pela AD, pois pensar o texto como prática discursiva é contrapor os fatores linguísticos aos fatores históricos.

Iniciemos então com Orlandi (1996), que discorre acerca da evolução do conceito de história e historicidade. Conforme a autora, durante o século XIX a relação entre história e língua abrangia uma dimensão temporal expressa na forma de evolução e cronologia, mas, com a fundação da linguística e a incorporação da noção de língua como sistema, essa concepção de história e de língua como produto não mais foi aceita. Com isso, no decorrer dos estudos acerca da relação língua e história, várias foram as tentativas de adaptação e readequação do conceito de história, mas todas acabavam colocando a história como algo exterior, em relação de causa e efeito com o sistema linguístico.

No entanto, a AD estabelece essa relação de maneira distinta, tratando a relação língua e história como constitutiva, e a essa maneira de abordar dita relação se denomina historicidade. Orlandi (1996, p. 55) explica que:

Desse modo, se se pode pensar uma temporalidade, essa é uma temporalidade interna, ou melhor, uma relação com a exterioridade tal como ela se inscreve no próprio texto e não como algo lá fora, refletido nele. Não se parte da história para o texto – avatar da análise de conteúdo –, se parte do texto enquanto materialidade histórica. A temporalidade (na relação sujeito/sentido) é a temporalidade do texto.

Ou seja, o que se pretende, pela AD francesa, não é trabalhar a historicidade no texto, mas a historicidade do texto, este compreendido enquanto matéria textual que produz sentido, salientando que o foco dessa teoria não é buscar o significado, mas compreender o como, o porquê os textos significam. Não estamos aqui negando que haja uma ligação entre a história, externa, e a historicidade do texto, o que defendemos é que ela “não é nem direta, nem automática, nem de causa e efeito, tampouco ocorre literalmente (termo a termo), pois essa é uma relação mais complexa” (ORLANDI, 1996, p. 55).

Diante disso, considera-se que abordar a literatura, a obra literária, como prática discursiva consiste em considerá-la enquanto objeto linguístico-histórico atravessado por inúmeras FDs, ou seja, consiste em interpretá-la, realizar os gestos de interpretação, considerando sua historicidade, pois Orlandi (1996, p.57) afirma que “a historicidade é função da necessidade do sentido no universo simbólico”.

Logo, a partir do momento que se pensa o texto pela perspectiva discursiva, isso é, quando se trabalha a relação da linguística com a história e se admite essa relação como constitutiva, é instaurada a questão do político na linguagem, e é justamente esse o assunto de que trataremos na próxima subseção, abordando a força que a literatura possui na constituição do político, bem como a forma como o político na linguagem é instaurado.

### **1.3 A força da literatura na constituição do político**

Pretendemos, nesta seção, traçar reflexões acerca da literatura com o intuito de explicitar a força que ela possui na constituição do político na linguagem. Essa força, em

relação à constituição do político, aparece na medida em que a literatura se constitui como espaço de formação, de busca, de luta, de denúncia, de quebra de paradigmas etc., traços esses que se fazem presentes ao longo das obras lobatianas.

Para tanto, iniciamos trazendo algumas considerações que Johann (2009) traçou acerca da formação dos seres humanos ao longo dos seus desenvolvimentos, pois ele destaca a leitura, a literatura como mecanismo de forte influência neste processo, como podemos observar a seguir:

Esta condição de necessidade de interpretação do mundo exige o exercício da leitura. É através desta tarefa que será possível descobrir o mundo e saber quem somos. Esta é a principal tarefa da educação narrativa. O ser humano vai absorvendo, desde o seu nascimento, toda uma carga de cultura através de todas as instituições pedagógicas encarregadas de transmiti-las, formal e informalmente. Resulta que a identidade dos seres humanos, desde a mais tenra infância, é construída narrativamente, ou seja, através das formas de mediação simbólico-narrativas (linguagem, regras de conduta, concepções de mundo, ideologias...) que condicionam seu ser no mundo. Até para transformar esta realidade é preciso conhecê-la. E só se conhece algo que já foi narrado, isto é, interpretado e relatado. Assim, a educação se constitui na formadora da identidade pessoal através dos textos históricos e de ficção (JOHANN, 2009, p. 99).

A partir das considerações de Johann (2009), ousamos afirmar que a literatura proporciona aos seres humanos a quem se destina uma visão de mundo, por meio da qual possibilita formas diversas de compreensão do mundo e das coisas. Diante disso, podemos dizer que a literatura, ficcional ou não, exerce influência sobre aqueles que têm contato com ela, seja em casa ou por meio das instituições escolares, de maneira formal ou informal, pois estão carregadas de ideologias, de posições políticas, frisando que esse político não é partidário, mas se refere às posições assumidas pelos sujeitos na esfera social. Ressalta-se que a decisão de assumir essa ou aquela posição política é realizada, mesmo sem que o sujeito se dê conta, por meio do assujeitamento ideológico a esta ou aquela FD. A seguir, apresentamos outra consideração de Johann (2009), na qual podemos observar que a literatura é apresentada como meio que influencia, diretamente, o desenvolvimento dos valores e das concepções de mundo dos seres humanos.

É no colo da mãe, ou seja, através da linguagem materna, que se transmitem, simbolicamente, as primeiras lições de vida. É estimulando a imaginação infantil – os conteúdos fictícios – que se desenvolvem adultos criativos no enfrentamento da realidade. [...] E a infância é a época em que somos educados ouvindo histórias. A infância se caracteriza pelo lúdico e pela compreensão animista do mundo. Resulta que o mundo da criança se constitui em um mundo mágico e criativo e tudo pode se transformar em histórias para serem contadas e recontadas. Aprender a ser humano é assim como aprender a ler e a narrar em um mundo que percebemos como plural e diverso. A literatura recria, reconstrói a ação e lhe dá um sentido (JOHANN, 2009, p. 99).

Diante disso, percebemos a importância que a literatura, especificamente a literatura infantil, tem na formação dos seres humanos, pois as primeiras lições e princípios são adquiridos da infância e a literatura possibilita a reconstrução dos fatos, atribuindo-lhes sentidos. Dessa forma, a literatura se constitui como espaço político por propiciar aos sujeitos uma visão crítica dos fatos e das coisas, mas o faz na literatura infantil, de maneira lúdica, se tornando um instrumento de formação prazeroso.

### 1.3.1 O político na linguagem

O termo político é usado atualmente com muitas conotações. Ao consultarmos o dicionário Aurélio encontramos seis significados para essa palavra: 1º) aquele que se entrega à política; 2º) estadista; 3º) relativo à política ou aos negócios públicos; 4º) delicado, urbano, cortês; 5º) finório, astuto; 6º) indisposto com alguém. No dicionário jurídico Bobbio é encontrado, ainda, outro sentido, que estabelece conexão entre o político e o social, eis que considera a política vinculada à vida na *pólis*, a vida social nas cidades.

No entanto, o político a que aqui nos referimos não se enquadra em nenhuma das conceituações anteriormente citadas, pois a AD atribui um sentido singular a esse termo quando faz alusão a ele em sua relação com a linguagem. Portanto, a seguir, apresentamos o político sob os olhos da AD, que defende que todo gesto de interpretação é um gesto político, para que evitemos ambiguidades.

Pêcheux (1997b, AD69) nos diz que a interpretação é um “gesto”, um ato de nível simbólico. Orlandi (1996, p. 18) ensina que o “gesto de interpretação se dá porque o objeto simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história”.

Prossegue, ainda, a autora, destacando que a interpretação sempre ocorre em algum lugar da história e da sociedade e tem uma direção, uma política, logo, sempre é possível apreender a textualização do político no gesto de interpretação.

Orlandi (1996, p. 21-22) afirma que “o político é o fato de que o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição”, o que implica dizer que há sempre uma relação de força entre os sujeitos. O gesto de interpretação constitui um gesto político, pois, ao interpretar, o sujeito decide a direção do sentido e, ao decidir por uma direção, automaticamente “rejeita” outras direções possíveis, portanto, toda interpretação é executada com base em uma FD existente, que representa na linguagem uma FI. Sendo assim, ao interpretar, o sujeito realiza um ato político de assujeitamento ideológico<sup>4</sup>.

Em entrevista concedida à Rede Globo Universidade, no dia 05 de novembro de 2012, Orlandi, questionada sobre a relação entre o simbólico e o político de que falava Pêcheux e sobre a influência que discurso e ideologia exercem um sobre o outro, diz que o objetivo almejado por Pêcheux era de ver o como este político, que, como ela mesma enfatizou, não é partidário, está simbolizado e como o homem está nessa simbolização do político, pois, conforme ela, o político consiste na divisão dos sentidos, acarretada pela própria divisão social. Os sentidos significam na diferença e não da mesma forma para todos. Portanto, os sentidos significam porque há uma articulação entre língua, ideologia e discurso.

### 1.3.2 A escrita de Monteiro Lobato

Pretende-se nesta subseção apresentar as singularidades da escrita de Monteiro Lobato. No entanto, não se deseja construir uma biografia do autor, até porque isso não se faz pertinente, tendo em vista as inúmeras publicações existentes que já tratam de sua vida. Logo, o que se pretende aqui é apresentar as relações que Lobato estabeleceu ao longo de sua vida com as questões políticas, históricas e literárias brasileiras, dando ênfase ao período que vai da década de 1930 até metade da década de 1940.

---

<sup>4</sup> Ao longo do capítulo 2, mais especificamente nas sessões 2.2 e 2.3, trataremos, de forma mais direta e aprofundada, das questões referentes à interpretação, à ideologia, à FD e à FI.

Dá-se ênfase a dito período por nele se encontrarem informações que integram as condições de produção<sup>5</sup> da obra aqui analisada, *O poço do Visconde*, de autoria de Monteiro Lobato, a qual tem sua publicação datada de 1937. Traçamos essas reflexões a partir dos dados apresentados por Lajolo (2000), renomada estudiosa da obra lobatiana.

José Renato Monteiro Lobato, nome de batismo de Monteiro Lobato, estudou em várias escolas, mas teve seu primeiro contato com as letras, com a escrita, ainda em sua casa, pois foi alfabetizado por sua mãe. Posteriormente à sua alfabetização, em 1888, Lobato tem aulas particulares com Jovino Barbosa. No ano seguinte, 1889, na cidade de Taubaté, frequenta os colégios Kennedy, Americano e Paulista e, em 1893, o Colégio São João Evangelista. Nesse mesmo ano, altera seu nome para José Bento. Em 1895 Lobato realizou exames para ingresso no curso preparatório, mas não obteve êxito. Em 1896, regressa a Taubaté e ao Colégio Paulista, onde, durante todo o ano letivo, colabora com o jornalzinho estudantil *O Guarany*. Durante esse ano, Lobato coleciona textos que são de seu interesse e lê muito. Em dezembro desse mesmo ano, Lobato é aprovado nos exames que presta e, então, em 1897, transfere-se para São Paulo, onde fica interno por três anos no *Instituto de Ciências e Letras*. Durante sua estada no Instituto, Lobato participa das sessões do *Grêmio Literário Álvares de Azevedo*.

Em 1900 Lobato inicia sua vida acadêmica na *Faculdade de Direito de São Paulo*. Sempre envolvido em questões estudantis, funda, com seus colegas de turma, uma *Arcádia Acadêmica*, em cuja sessão inaugural proferiu o discurso intitulado *Ontem e hoje*. Dois anos depois, 1902, é eleito presidente da *Arcádia Acadêmica* e, também, colabora, com artigos sobre teatro, com o jornal *Onze de Agosto*. No ano seguinte, 1903, Lobato, juntamente com Ricardo Gonçalves, Cândido Negreiros, Raul de Freitas, Godofredo Rangel, Tito Lívio Brasil, Lino Moreira e José Antônio Nogueira, funda o grupo *O cenáculo*.

Formado, em 1904 regressa a Taubaté. Vence, com o texto *Gens ennuyeux*, um concurso de contos e seu texto é publicado no jornal *Onze de Agosto*. Em Taubaté, Lobato queixa-se da monotonia da vida interiorana e, no ano de 1907, assume, graças à influência política de seu avô, a promotoria de Areias, onde, insatisfeito com a pacata vida da cidade, almeja abrir uma venda, projeto que acaba não efetivando. Em 1910 associa-se em um negócio de estradas de ferro. No entanto, no ano seguinte, 1911, Lobato herda a fazenda *Buquira*, para onde se muda. Lá se dedica à modernização da lavoura e da criação, sem

---

<sup>5</sup> Das condições de produção propriamente ditas, com os demais aspectos que a integram, trataremos no capítulo 3, seção 3.1.

abandonar sua escrita. Em novembro de 1914, publica o artigo *Velha praça*, n' *O estado de São Paulo* e, em dezembro do mesmo ano, o mesmo jornal publica *Urupês*. Insatisfeito com a vida na fazenda, Lobato, em 1916, envolve-se com a política, mas logo se desencanta. No mesmo ano, inicia colaborações com a *Revista Brasil*, recém-fundada.

No ano seguinte, 1917, Lobato vende a fazenda herdada e funda, em Caçapava, a revista *Paraíba*. Nesse mesmo ano se muda com a família para São Paulo, onde organiza para *O estado de São Paulo* uma pesquisa sobre o Saci. Ainda em 1917, no dia 20 de dezembro publica crítica desfavorável à exposição de pintura de Anita Malfatti. Em maio de 1918 compra a *Revista Brasil* e em julho publica o livro *Urupês*. É, também, em 1918, que Lobato inicia sua vida como editor, fundando a editora *Monteiro Lobato e Cia*, por meio da qual publica um conjunto de artigos sobre saúde pública intitulado *O problema Vital*. Em 1921, Monteiro Lobato lança o livro *Narizinho arrebitado*, com anúncios na imprensa e distribuição de 500 exemplares gratuitos para as escolas. No ano seguinte, inscreve-se para uma vaga na Academia Brasileira de Letras, mas desiste. Dando sequência à sua carreira de editor, em 1924 incorpora à sua editora uma gráfica moderna. No entanto, em 1925 a editora *Monteiro Lobato e Cia* vai à falência. Lobato, então, em sociedade com Octales Marcondes, funda a *Companhia Editora Nacional* e se muda para o Rio de Janeiro. Em 1926 concorre a uma vaga na Academia Brasileira de Letras, mas é derrotado. Nesse mesmo ano escreve uma carta ao presidente Washington Luís, defendendo os interesses da indústria editorial.

Em 1927 Lobato é nomeado adido comercial brasileiro em Nova Iorque. Entusiasmado com os Estados Unidos, em 1928, visita a *Ford* e a *General Motors* e organiza uma empresa brasileira para produzir aço pelo processo Smith. Em 1929, investe na bolsa de valores e acaba perdendo tudo o que tem e, para compensar suas perdas, é obrigado a vender suas ações da *Companhia Editora Nacional*. No ano seguinte, 1930, retorna ao Brasil e funda a *Companhia de Petróleo no Brasil*. Dedicava vários anos de sua vida à campanha em prol do petróleo. Também organiza e publica obras com várias histórias infantis, no volume *Reinações de Narizinho*, as quais, somadas às traduções, garantem seu sustento e o de sua família. Em 1934 a obra *História do mundo para crianças* começa a sofrer críticas e censuras da igreja católica.

No ano de 1936, Lobato publica *O escândalo do Petróleo*, no qual apresenta um dossiê em sua campanha a favor do petróleo. Várias edições foram esgotadas. No entanto, o governo de Getúlio Vargas, em virtude do conteúdo do livro, o censura: proíbe sua venda e ordena que todos os exemplares sejam recolhidos. No ano seguinte, quando há o início da

ditadura do Estado Novo, Lobato publica o livro *O poço do Visconde*, que aborda como tema central o petróleo.

No mesmo ano, 1936, há a criação do *Instituto Nacional do Livro* e, em 1938, Lobato cria a *União Jornalística Brasileira*, empresa destinada a redigir e distribuir notícias pelos jornais. No ano seguinte, 1939, redige uma carta ao ministro da agricultura, o que resulta na precipitação da abertura de um inquérito sobre o petróleo. Em 1940, possivelmente na tentativa de calá-lo, Lobato é convidado por Getúlio Vargas para dirigir um *Ministério de Propaganda*, mas recusa o convite e, além disso, escreve carta a Vargas na qual faz severas críticas à política brasileira de minérios, logo, o conteúdo da carta é visto como subversivo e desrespeitoso.

Em março de 1941 Lobato é preso pelo Estado Novo<sup>6</sup> e fica detido até julho. Livre, em 1944, recebe convite para a *Academia Brasileira de Letras*, mas o recusa e em 1945 é convidado a integrar o *Partido Comunista Brasileiro*, ao que também recusa e escreve carta a Prestes, saudando-o. Nesse mesmo ano integra a delegação de escritores paulistas no *I Congresso Brasileiro de Escritores*. Um ano depois, 1946, se muda para a Argentina e prepara para a *Editora Brasiliense*, para a qual transferiu seus títulos da *Companhia Editora Nacional*, a edição de suas obras completas. Em 1947 regressa ao Brasil e vem a falecer em 1949, sendo velado na *Biblioteca Municipal* e sepultado no *Cemitério da Consolação*.

Coelho (1983), analisando a trajetória de Monteiro Lobato, afirma que o escritor foi umas das figuras que marcou seu tempo a título sócio-econômico-cultural, pois seguiu com paixão e obstinação diferentes ideais e objetivos, alguns deles de importância fundamental para o progresso da nação. No entanto, não foi em virtude desses esforços – isto é, devido à dedicação que teve para com as chamadas áreas importantes do país – que Lobato cumpriu seu verdadeiro destino, mas sim em setor minimizado pelos poderes oficiais: o das letras, especificamente, da literatura. Vejamos, a seguir, as palavras de Coelho (1983) sobre a saga de Monteiro Lobato e as concepções que influenciaram o desenvolvimento de suas obras literárias.

---

<sup>6</sup> No capítulo 3, seção 3.1, trataremos mais a respeito da situação política, social e econômica do Brasil durante o Estado Novo.

A produção e ação de Lobato demonstram as tensões contraditórias que se mediam em seu espírito. De um lado, o impulso individualista de raiz romântico-liberal, aprofundado pela filosofia nietzschiana, do Super-Homem; e de certo momento em diante, intensificado pelo pragmatismo norte-americano (pelo “struggle-for-live” que fez do homem, um gigante ampliado pela máquina, e construiu a sociedade tecnológica-progressista, cujo modelo acabou se impondo a todo o mundo civilizado). E, por outro lado, a *consciência crítica*, alerta para os equívocos, hipocrisias e injustiças vigentes, e também tocada pelas transformações propostas pelo socialismo em marcha, sem contudo aderir às posições político-econômicas que o Comunismo vinha concretizando ou propondo, desde a revolução de 17 (COELHO, 1983, p. 720).

Diante disso, cabe salientar que a obra de Monteiro Lobato é bastante vasta, aborda inúmeras temáticas de interesse social e é formada por uma literatura adulta e uma literatura infantil. Apesar disso, sem desmerecer suas obras destinadas aos adultos, o que consagrou Lobato foram suas obras destinadas às crianças. Muitas gerações já foram encantadas com as histórias do Sítio de Dona Benta e, acredita-se, muitas serão ainda encantadas, em função do dinamismo e da atualidade constantes que apresentam, mesmo que os anos transcorram, mas, para que isso ocorra, é preciso que elas se mantenham vinculadas ao período histórico em que foram escritas, conforme afirma Coelho (1983), para que sejam evitados equívocos e censuras dessas obras primas da literatura infantil brasileira:

De qualquer forma algo é indiscutível: a obra lobatiana (infantil ou adulta) não pode ser desvinculada do momento em que foi construída, sob a pena de ser truncada em sua verdadeira significação. Nela estão presentes as verdades e paradoxos que marcaram a realidade brasileira na primeira metade do século (COELHO, 1983, p. 720).

Como vimos, Lobato teve uma vida bastante agitada. Sempre em busca de seus ideais, enfrentou e desafiou a muitos, passando por várias mudanças, não só geográficas, ao longo da vida. Por defender suas ideias chegou a ser perseguido, preso, exilado, mas nunca conseguiram silenciá-lo. Graças a ele temos hoje uma literatura infantil realmente destinada às crianças: Lobato reinventou a literatura infantil, mostrou às crianças um universo encantado que, no entanto, não está desconectado do mundo, dos problemas políticos, sociais e econômicos que o afetam. Além disso, sua importância para a criação de projetos e legalização da extração de minérios no Brasil é incontestável.

Na próxima seção traçamos algumas reflexões sobre a autoria, para tanto, trabalhamos, inicialmente, o conceito de autor para, posteriormente, adentrarmos na questão da autoria.

## 1.4 O autor e a autoria

*A noção de autor constitui o momento forte da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia também e nas da ciência. Mesmo hoje, [...], creio que tais unidades continuam a ser consideradas como recortes relativamente fracos, secundários e sobrepostos em relação à unidade primeira, sólida e fundamental, que é a do autor e da obra. (FOUCAULT)*

Durante o desenvolvimento das teorias da linguagem, a noção de autor passou por consideráveis mudanças, dentre elas as ocasionadas pela transição do método conteudista para o estruturalista. É desse percurso que trataremos agora, iniciando pelos preceitos desenvolvidos por Foucault até chegarmos à concepção adotada pela AD em relação ao autor.

Foucault nos fala em função autor, caracterizada por ele por meio de quatro aspectos que considera primordiais, que resumidamente são:

A função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina, articula o universo dos discursos; não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas; não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários “eus” em, simultâneo, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem ocupar (FOUCAULT, 1969, p. 56-57).

Na AD, pensamos o autor de maneira diferente da descrita por Foucault. Conforme Orlandi (2010), assim como temos um sujeito para o discurso, temos um autor para o texto. A noção de autor se constitui enquanto umas das funções da noção de sujeito. Essa função autor é responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto, produzindo, assim, um efeito de continuidade do sujeito; se realiza quando o produtor de linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência e fim. Sendo assim, mesmo não

instaurando nova discursividade, o autor produz um lugar de interpretação em meio a outros. Logo, o sujeito se constitui autor na medida em que aquilo que ele produz se torna interpretável, ou seja, na medida em que inscreve suas formulações no interdiscurso, isto é, historiciza o seu dizer.

Em Orlandi (2008), temos, ainda, que o autor, em sua relação com as instituições escolares, precisa obter o controle sobre dois mecanismos da escrita, os quais são de duas ordens: a primeira diz respeito ao domínio do processo discursivo no qual o sujeito se constitui como autor; a segunda trata do domínio dos processos textuais por meio dos quais ele marca sua prática de autor. A partir disso a autora afirma que a instituição escolar participa da formação do autor, pois é uma das formas de representação do sujeito, diante disso, conclui que a relação dos sujeitos com essas instituições não define o escritor. Nas palavras de Orlandi (2008, p. 82), “poderá ser útil, mas não é nem necessária, nem suficiente”. Mas ao contrário, quando tratamos do autor, essa relação, apesar de não ser suficiente em virtude de os espaços externos à escola também propiciarem experiências de autoria, é necessária.

O discurso funciona de modo a assegurar a permanência de certa representação. Para isso, há na base de todo o discurso um projeto totalizante do sujeito, ao qual se convencionou chamar de autor. Por esse viés, o autor é o lugar onde se realiza o projeto totalizante, onde se constrói a unidade do sujeito. E, como o lugar da unidade é o texto, o sujeito se constrói como autor ao construir o texto em sua unidade com sua coerência e completude imaginárias (ORLANDI, 2000).

Ainda, conforme Orlandi (2000), a identidade de autor se constrói quando sujeito, na qualidade de autor, reconhece uma exterioridade sobre a qual deve se referir e, ao mesmo tempo, se remete à sua interioridade. Sendo assim, a assunção da autoria ocorre quando há a articulação entre exterioridade e interioridade, sendo o autor aquele que, tendo domínio de certos mecanismos escritos, representa pela linguagem o papel na ordem que está escrito, assumindo a responsabilidade por aquilo que diz. Frisa-se que não basta dizer para que se constitua a autoria, é preciso que, além disso, o sujeito se insira na cultura, assumindo uma posição no contexto histórico e social, assumindo o papel social na sua relação com a linguagem.

Por fim, consideramos pertinente ressaltar a diferença, estabelecida por Orlandi (2010), que há entre função-autor e autoria. Partindo do pressuposto que a noção de autor já é uma função da noção de sujeito, Orlandi estende a noção de autoria enquanto função discursiva do sujeito, a qual se difere das funções enunciador e locutor. A partir disso temos a

realização da função-autor, que se difere da noção limitada estabelecida por Foucault<sup>7</sup>, pois se realiza toda vez que o produtor de linguagem se representa na origem, produzindo um texto não contraditório, com unidade, coerência, progressão e fim.

---

<sup>7</sup> Para Foucault a função autor se restringe aos produtores originais de linguagem, os quais se definiram em relação a uma obra, tais como Saussure e Marx (ORLANDI 2010).

## 2 DE MARX A PÊCHEUX: A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA E HISTÓRIA

Língua e história possuem estreita ligação, no entanto, essa evidência é, por vezes, ignorada por determinadas teorias linguísticas. Na AD, visto que o quadro epistemológico geral da Análise Discurso (AD) reside na articulação de três regiões do conhecimento científico, quais sejam o materialismo histórico,<sup>8</sup> a linguística<sup>9</sup> e a teoria do discurso<sup>10</sup>, essas três regiões atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade que apresenta natureza psicanalítica (PÊCHEUX; FUCHS, 1997), considera-se essa relação como primordial para a compreensão dos discursos enquanto efeitos de sentido.

Orlandi (1996) afirma que a linguagem está sempre sujeita à interpretação e que a ideologia é a interpretação do sentido em certa direção determinada pela história em seus mecanismos imaginários.

Em deste intrincamento entre história e língua, pretendemos, neste capítulo teórico, explicitar essa relação entre história e língua, demonstrando a importância de vê-las indissociadas. Para tanto, apresentamos inicialmente a questão do materialismo histórico e, nessa perspectiva, apontamos, na sequência, as contribuições que uma teoria materialista da história traz aos trabalhos, gestos de interpretação e, por fim, apresentamos o modo pelo qual se desenvolve a relação entre a língua e a história no interior dos estudos discursivos.

### 2.1 Materialismo histórico

Em virtude de este estudo estar pautado nos pressupostos teóricos da AD francesa, disciplina de interpretação que considera a materialidade linguística e histórica, isto é, considera a língua e sua exterioridade. Considera-se pertinente explicitar as contribuições que o materialismo histórico propicia aos trabalhos de interpretação.

---

<sup>8</sup> Teoria das formulações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p.163).

<sup>9</sup> Teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p.163).

<sup>10</sup> Teoria da determinação histórica dos processos semânticos (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p.164).

O materialismo histórico, que se opõe ao idealismo por atribuir causalidade apenas à matéria e por defender que essa existe independentemente da consciência do sujeito, consiste na interpretação dos acontecimentos históricos a partir de fatores econômicos e sociais, que são as técnicas e relações de trabalho e de produção. Defende, assim, que a produção da vida social, política e espiritual é condicionada pela vida material. Essa teoria foi, inicialmente, elaborada por Karl Marx e Friedrich Engels, revista por Althusser até que, enfim, Pêcheux, fazendo uso dos conhecimentos elaborados por esses autores, desenvolveu a AD, disciplina de entremeio que entrecruza a linguística, a psicanálise e o marxismo, concebendo o materialismo histórico como a teoria das ideologias.



Figura 1. Representação das fronteiras teóricas da AD.

Fonte: elaboração da autora.

Cabe salientar, no entanto, que a AD se constitui como disciplina singular, com olhar diferenciado, pois apresenta objeto e métodos próprios de análise, não se confundindo com nenhuma das três disciplinas das quais empresta e reformula conceitos.

Diante disso, para melhor compreender o materialismo histórico e sua relação com a AD, apresentamos os trabalhos realizados por Marx, Althusser e Pêcheux.

### 2.1.1 O materialismo histórico e a revolução social

O alemão Karl Marx, nascido em Trier, na Alemanha (1818), falecido em Londres, Inglaterra (1883), dedicou grande parte de sua vida a estudar o sistema de produção capitalista. Pautado nisso desenvolveu uma teoria revolucionária que ficou conhecida como socialismo marxista, que envolve ideias sociais, econômicas e políticas. Os dois grandes pilares da teoria desenvolvida por Marx são a mais-valia e a teoria da luta de classes. Nesta subseção, buscaremos compreender em que consiste cada um desses pilares da teoria marxista para, posteriormente, adentrarmos na teoria, também desenvolvida por Marx, do materialismo histórico.

Para compreendermos a mais-valia, faz-se necessário compreender como nasce o capital. Partindo da afirmação de que a mercadoria apresenta dois valores, o de troca (valor propriamente dito da mercadoria) e o de uso (qualidade própria da mercadoria), e de que a base do valor de troca é o trabalho humano necessário para a produção dessa mercadoria, temos que o valor de troca é igual ao trabalho humano e que a medida do trabalho humano é igual ao tempo. A partir dessas afirmações, Marx elaborou o esquema de troca (mercadoria x mercadoria ou mercadoria x dinheiro) e, a partir do esquema de troca, a fórmula do capital (mercadoria x dinheiro x mercadoria x dinheiro). Logo, para que nasça o capital é necessário que se venda uma mercadoria por um valor maior do que o gasto em sua compra. A mercadoria que pode ser vendida por um preço maior do que o gasto em sua compra é a força de trabalho<sup>11</sup>.

Para que entendamos essa dinâmica, partamos do seguinte ponto elaborado por Marx (2008): são três os elementos do processo de trabalho, isto é, são três os elementos necessários para a produção das mercadorias: força de trabalho, matéria-prima e meios de trabalho. Logo, o possuidor de riqueza, aquele que possui a matéria prima e os meios de trabalho, compra a força de trabalho alheia, daqueles que não possuem os demais elementos necessários para a produção, e paga por ela seu justo valor, e, para que consiga produzir capital, faz uso do sobretrabalho<sup>12</sup> que, por sua vez, gera a mais-valia.

---

<sup>11</sup> O valor da força de trabalho é determinado pelas necessidades que o operário apresenta, ou seja, pelo valor dos meios de subsistência do operário.

<sup>12</sup> Considera-se trabalho a jornada extra que o operário realiza, ou seja, aquela que excede o tempo para o qual o funcionário é contratado e pela qual recebe salário.

A mais-valia, para Marx, apresenta dupla origem: a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa. A primeira é fruto do aumento da jornada de trabalho do operário, logo, tem-se que a mais-valia-absoluta tem um limite definido que não pode ser ultrapassado, qual seja as vinte e quatro horas que compõem um dia. A outra origem da mais-valia, denominada por Marx de mais-valia-relativa, é oriunda da diminuição do tempo de trabalho que o operário necessita para produzir o seu salário, essa diminuição se fundamenta na diminuição do salário do operário que é embasada na diminuição do preço dos produtos necessários ao trabalhador.

Esse processo de produção, descrito por ele, gera a divisão de classes e, por consequência, a dominação de uma classe (burgueses) sobre a outra (proletariado), visto que aquele que não possui matéria-prima e os meios de produção acabam dependentes daquele que os possui. Com isso, apresentamos o segundo pilar desenvolvido na teoria marxista: a luta de classes.

Marx (2008) afirma, em sua teoria sobre a luta de classes, que a história da luta de classes (luta entre explorador e explorado) é a história humana e, para ele, a propriedade privada é a fonte primeira de toda opressão e exploração humana. Sendo assim, Marx defende que a explicação da história das sociedades humanas se dê pelos fatos materiais, principalmente os econômicos e técnicos, o que é o cerne da concepção materialista da história, ou seja, do materialismo histórico.

O centro das ideias defendidas pelo materialismo histórico está no que Marx denominou modo de produção. O modo de produção é definido com base na maneira pela qual as forças produtivas e as relações de produção existem e são produzidas, ou seja, as forças produtivas e as relações de produção constituem nas condições naturais e históricas de toda atividade produtiva das sociedades humanas.

Marx chama de forças produtivas as condições materiais de toda produção, ou seja, a matéria-prima, os instrumentos e as técnicas de trabalho, enquanto as relações de produção consistem nas formas que os trabalhadores se organizam para executar a atividade produtiva.

Com base nos estudos realizados sobre o modo de produção capitalista, Marx (2008) conclui que a emancipação dos trabalhadores não pode se fundar em uma nova dominação de classe, mas sim no fim de todos os privilégios e monopólios de classe, igualando os direitos e deveres de todos. O teórico enfatiza que essa emancipação dos trabalhadores só pode ser realizada por eles próprios e prega, então, a transformação pela revolução.

### 2.1.2 Os aparelhos ideológicos de Estado

Althusser compartilha das ideias marxistas, no entanto, considera que o socialismo marxista é, ainda, uma teoria descritiva que, por isso, necessita de um desenvolvimento para que o nível da descrição seja superado. É isso que Althusser se propõe a fazer.

Partindo do ponto crucial de que toda formação social é resultado de um modo de produção dominante, visto que o processo de produção aciona as forças produtivas existentes em e sob as relações de produção definidas, Althusser (1985) afirma que para que a formação social exista ela deve ter condições de reproduzir as suas próprias condições de produção (forças produtivas e relações de produção existentes). Isso é, não há produção possível sem que seja assegurada a reprodução das condições materiais da produção: a reprodução dos meios de produção.

Contudo, a reprodução das condições materiais de produção não deve ser pensada a nível de empresa, pois nela ocorre apenas um efeito da necessidade de reprodução, é preciso pensá-la a nível global, isso é, verificando as relações de circulação do capital entre a produção de consumo e a realização da mais-valia.

A reprodução das forças de trabalho distingue as forças produtivas dos meios de produção, pois a reprodução das forças de trabalho se dá fora da empresa e é assegurada pelo salário. Logo, o salário constitui o meio material de reprodução das forças de trabalho. Diferentemente do que diz a teoria marxista, para Althusser (1985) o salário não é determinado apenas pelas necessidades de um ser biológico, mas, também, por um mínimo historicamente variável.

Conforme Althusser (1985), a reprodução das forças de trabalho exige a reprodução de sua qualificação, de sua submissão às normas vigentes e, também, por parte dos agentes da exploração, o perfeito domínio da ideologia dominante para que possam assegurar, também pela palavra, o predomínio da classe dominante. Logo, a reprodução da qualificação da força de trabalho se assegura em e sob as formas de submissão ideológica.

No sistema de produção capitalista a reprodução da qualificação da força de trabalho acontece fora do ambiente de trabalho, acontece no sistema escolar, no qual são aprendidas algumas técnicas e elementos de “cultura científica” ou “literária”, as quais são diretamente utilizáveis nos diferentes postos da produção, como também regras de respeito à divisão social-técnica do trabalho e da ordem estabelecida pela dominação de classe.

A partir da questão da reprodução é possível, conforme Althusser (1985), esclarecer questões que a metáfora espacial do edifício indicava a existência, sem dar-lhes resposta conceitual, ou seja, por meio do processo de reprodução, torna-se possível pensar o que caracteriza o essencial da natureza da superestrutura, posto que a superestrutura jurídico-política e ideológica assegura as reproduções das relações de produção.

A partir disso, tendo como ponto de partida o materialismo histórico, a teoria althusseriana desenvolve sua reflexão sobre ideologia, com base na qual defende duas teses centrais: a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos; a ideologia não tem história.

Analisemos a primeira tese apresentada: a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos. Essa interpelação dos indivíduos em sujeitos é materializada por meio dos aparelhos ideológicos de Estado e que sua função é uma prática social e política, pois está relacionada às lutas de classes e à reprodução das condições de produção e de existência dos indivíduos nas instituições e na sociedade. Para melhor compreendermos esse processo, apresentamos na sequência algumas ideias de Althusser acerca do que são os AIE e de como eles funcionam junto ao AE (aparelho repressivo Estado).

Althusser (1985) admite que os marxistas compreenderam a complexidade do Estado, porém, afirma que não a exprimiram em uma teoria correspondente. Diante disso, Althusser se propõe a esboçar essa teoria, para tanto, isto é, para fazer avançar a teoria do Estado, considera não somente a distinção entre o poder de Estado (objetivo da luta de classes políticas) e o aparelho Estado<sup>13</sup>, como fez Marx, mas também os aparelhos ideológicos de Estado, que constituem realidades que se manifestam junto ao aparelho (repressivo) do Estado.

O aparelho Estado não se confunde com AIE, pois, enquanto aquele pertence ao domínio público, esses remetem ao domínio privado. Além disso, o que os diferencia fundamentalmente é, conforme Althusser (1985), que o AE funciona predominantemente por meio da repressão e secundariamente através da ideologia, inversamente, os AIE funcionam predominantemente por meio da ideologia e secundariamente por meio da repressão.

Todos os AIE almejam a reprodução das relações de produção, cada qual à sua própria maneira, no entanto, todos são regidos, mesmo que maneira contraditória e com perturbações, pela ideologia dominante, isto é, a ideologia defendida pela classe que detém o poder do AE (ALTHUSSER, 1985).

---

<sup>13</sup> O aparelho estado (AE) pode ser dividido em duas partes: o corpo das instituições que o constituem e o corpo das instituições que o representam (AIE).

Althusser (1985) destaca que os AIE podem ser não somente os meios para a luta de classes como também o lugar dela, pois a classe dominante não consegue ditar sua ideologia nos AIE tão facilmente como consegue no AE. Muitas vezes, as antigas classes dominantes conservam suas posições nos AIE, ou mesmo as classes dominadas encontram nos AIE a “ocasião para expressar-se neles, utilizando as contradições existentes ou conquistando pela luta posições de combate” (1985, p. 72).

Analisemos agora a segunda tese: a ideologia não tem história. Percebemos na denominação dessa tese que Althusser retoma formalmente os termos da *ideologia alemã*, desenvolvida por Marx, no entanto, como veremos a seguir, defende sua tese de modo distinto ao que Marx defendeu. Baseando-se nas ideias freudianas que deram origem à afirmação de que o inconsciente é eterno, Althusser destaca ser a ideologia eterna.

Se eterno significa, não a transcendência a toda história (temporal), mas onnipresença, transitória e portanto imutabilidade em sua forma em toda extensão da história, eu retomarei palavra por palavra da expressão de Freud e direi: *a ideologia é eterna*, como o inconsciente. E acrescentarei que esta aproximação me parece teoricamente justificada pelo fato de que a eternidade do inconsciente não deixa de ter relação com a eternidade da ideologia em geral (ALTHUSSER, 1985, p. 85).

Com base nisso, Althusser (1985) propõe uma teoria geral das ideologias, da mesma forma que Freud propôs uma teoria do inconsciente em geral, afirmando que a ideologia em geral, isto é, a ideologia propriamente dita não tem história, é eterna sob sua forma imutável em toda a história das formações sociais de classe. É pertinente destacar que a corrente teórica do materialismo histórico é que permitiu a investigação acerca das transformações sociais recorrentes da luta de classe.

Althusser *apud* Indursky (1992) empreende uma teoria das ideologias que tenha como base a história das formações sociais nos seus modos de produção. Para Althusser, a ideologia possui existência material e reflete as relações sociais entre sujeitos. Essas relações, conforme ele, são imaginárias, pois se tratam de relações sociais e não de ideias, além de representarem as relações materiais que se estabelecem entre os homens, não constituindo as próprias relações.

Nessas palavras de Indursky (1992), trazemos à tona duas teses, relacionadas à ideologia, apresentadas por Althusser (1985): “A ideologia tem uma existência material.” (p. 88); “A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (p.85). Essas teses foram elaboradas com o objetivo de abordar a tese central

sobre a estrutura e o funcionamento da ideologia: “A ideologia interpela os indivíduos em sujeito.” (1985, p.93); a qual explicita a formulação elaborada por Althusser: “[...] a ideologia existe para os sujeitos concretos, e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito: isto é, pela categoria de sujeito e seu funcionamento.”

Quanto à questão da interpelação dos indivíduos em sujeito por meio da ideologia, tem-se que ela funciona de tal maneira que transforma os indivíduos em sujeitos, por meio da interpelação, do que resulta a formulação de que os indivíduos são sempre/já sujeitos.

### 2.1.3 O materialismo histórico na AD

Nesta subseção, trataremos do materialismo histórico, concebido pela AD como a teoria das ideologias, no que se refere à superestrutura ideológica em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social, ou seja, a ideologia deve caracterizar-se por uma materialidade específica, a qual se articula sobre uma materialidade econômica, visto que se constitui como condição à reprodução da base econômica. É isso que, consoante Pêcheux e Fuchs (1997), diz respeito à AD. Conforme os autores (1997, p. 166-167):

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quando à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar *interpelação*, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção.

Pelo processo do significante na interpelação e na identificação se realizam as condições ideológicas da reprodução/trans formação das relações de produção. Quando se fala em reprodução/trans formação designando o caráter contraditório que permeia todo modo de produção baseado na divisão de classes, cujo princípio é a própria luta de classes, se quer dizer que tal luta é permeada pelos aparelhos ideológicos de Estado. Logo, as ideologias não são ideias, mas forças materiais, como também não têm sua origem no sujeito, pelo contrário, é ela que interpela os indivíduos em sujeitos (PÊCHEUX, 1995).

Orlandi (1996) afirma que a ideologia é sempre regida por condições de produção específicas, no entanto, essas condições aparecem como universais e eternas. Conforme a analista de discurso (1996, p. 31), “é a ideologia que produz o efeito de evidência, e da unidade, sustentando sobre o já dito os sentidos institucionalizados, admitidos como ‘naturais’.” Sendo assim, é pela ideologia que se naturaliza o que é produzido pela história, de maneira que certas formas materiais se transponham em outras.

Quando se redefine ideologia com base na perspectiva discursiva chegamos à evidência de que não há discurso sem sujeito, da mesma forma que não há sujeito sem ideologia. Como já dito aqui, é a ideologia que interpela os indivíduos em sujeitos, o que significa dizer que, consoante Pêcheux e Fuchs (1997), cada sujeito é conduzido a ocupar o seu lugar em uma ou outra das classes antagônicas do modo de produção. Essa interpelação ou assujeitamento a que se refere Pêcheux constitui a modalidade particular de funcionamento da instância ideológica no que tange à reprodução das relações de produção.

A interpelação dos indivíduos em sujeito por meio da instância ideológica se realiza:

[...] através de um conjunto complexo determinado de *formação ideológicas* que desempenham no interior deste conjunto, em cada fase da história da luta de classes, um papel necessariamente desigual na reprodução e na transformação das relações de produção, e isto, em razão de suas características “regionais” (o Direito, a Moral, o Conhecimento, Deus, etc....) e, ao mesmo tempo, de suas características de classe por uma dupla razão, as formações discursivas intervêm nas formações ideológicas enquanto componentes (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 167).

Conforme Pêcheux e Fuchs (1997), os AIE, assim denominados por Althusser, caracterizam-se pelo fato de colocarem em jogo práticas associadas a lugares ou a relações de lugares que remetem às relações de classe sem decalcá-las exatamente. Logo, os AIE são realidades complexas que asseguram materialmente a reprodução contínua das relações de classe. E é no interior dessas relações de classe que as FDs existem historicamente. Isso quer dizer que a ideologia tem sua manifestação concreta no discurso, pois as FDs materializam o ideológico presente nas formações sociais, nas relações dos sujeitos com o mundo.

Consideramos que o ponto crucial que ao mesmo tempo estabelece relação afasta a teoria de Marx, Althusser e Pêcheux, apesar da inegável filiação teórica, é a ótica sob a qual a ideologia é abordada por cada um deles, visto que Marx, como já exposto na subseção anterior, apresenta uma teoria bastante descritiva quanto ao materialismo histórico: ideologia. Althusser, apesar de ultrapassar o nível da descrição, também teve sua teoria duramente

criticada, pois, para ele, ideologia e ciência se diferenciam pelo fato de que a ideologia aceita certas obviedades fazendo com que não possam ser vistas sob outra ótica. Em Pêcheux não há segmentação entre ciência e ideologia e esta é vista de maneira singular, pois apresenta natureza material.

Diante do exposto, é possível verificar que, apesar da filiação de Pêcheux a Althusser e do acompanhamento aos diferentes momentos do desenvolvimento da teoria, a AD, por intermédio de Michel Pêcheux, seu fundador, estabeleceu de maneira clara e concisa a relação entre o discurso e a instância ideológica, o que resultou na formulação de um consistente aparato teórico-analítico. Na próxima subseção trataremos das contribuições que a teoria materialista faz aos trabalhos de interpretação.

## **2.2 Contribuições de uma teoria materialista aos trabalhos de interpretação**

Do século XVIII ao século XX, período do desenvolvimento da história das ideias, a cultura literária e a cultura científica, no que tange à leitura de arquivos, não pararam de se diferenciar uma da outra, veiculando suas esperanças, ilusões, tabus e manias, chegando ao ponto de uma ignorar a própria existência da outra. Esse afastamento cultural não foi acidental, pois recobre a histórica divisão social dos trabalhos de leitura, de tal forma que se inscreve numa relação de dominação política: a alguns é reservado o direito a produzir leituras originais (interpretações) e a outros resta apenas a tarefa subordinada de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos do tratamento “literal” dos documentos, as “interpretações”, dessa forma se estabelece um ciclo, que se rompe, se divide socialmente no trabalho de leitura (PÊCHEUX, 1997a).

Tradicionalmente os profissionais da leitura de arquivos são “literatos” (historiadores, filósofos, pessoas de letras) que têm o hábito de contornar a questão da leitura regulando-a num ímpeto, uma vez que praticam em cada um deles sua própria leitura (solitária e singular), construindo o seu próprio mundo de arquivos (PÊCHEUX, 1997a).

Consoante Pêcheux (1997a), os grandes debates memorialistas, filosóficos ou literários são os mais frequentemente estruturados por meio de confrontos sobre temas, posições ou sobre métodos de trabalho. Mas, mesmo nesse último caso, a questão da leitura permaneceu quase sempre implícita: entretanto, há razões para se pensar que os conflitos explícitos remetem a extrações entre maneiras contraditórias de ler o arquivo (campo de

documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão). Nessa perspectiva começaria a se constituir um espaço polêmico das maneiras de ler, uma descrição do trabalho de leitura do arquivo enquanto relação do arquivo com ele mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma.

Outra vertente da leitura de arquivo é baseada no trabalho anônimo, fastidioso, mas necessário, por meio do qual os aparelhos de poder das sociedades geram a memória coletiva. Desenvolver socialmente tais métodos de tratamento em massa do arquivo textual, com fins estatais ou comerciais, supunha torná-los facilmente comunicáveis, transmissíveis e reproduzíveis (PÊCHEUX, 1997a).

Atualmente, contudo, essa relação, no que tange aos trabalhos de leitura de arquivos, está sendo reorganizada e as consequências de tal reorganização repercutem diretamente sobre a relação da sociedade com sua própria memória histórica. No cerne dessa questão encontra-se a ambiguidade fundamental<sup>14</sup> do aprender a ler e escrever que traz à tona a questão dos sentidos originados pelas interpretações (PÊCHEUX, 1997a).

Os sujeitos, então, constantemente em busca de sentidos, sentem a necessidade de dar significado aos objetos simbólicos com que se deparam. Orlandi (1996), em sua obra *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*, ensina que dar sentido é buscar constituir sítios de significância tornando possíveis os gestos de interpretação. O sujeito, quando fala, está em plena atividade de interpretação, pois atribui sentido a suas próprias palavras nas condições específicas em que se apresentam. A interpretação está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem, não havendo, assim, sentido sem interpretação. Conforme a autora, mais interessante ainda é pensar os diferentes gestos de interpretação que levam aos diferentes sentidos, uma vez que as diferentes linguagens, ou as diferentes formas de linguagem, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos.

O texto - exemplar do discurso - é multidimensional, enquanto espaço simbólico. Pensando sua materialidade, podemos dizer que o texto não é uma superfície plana, nem tampouco uma chapa linear, que se complica em sua extensão, como fazem crer os que falam em “progressão textual,” em geral. Se o observarmos na perspectiva discursiva, o texto é um *bólido* de sentidos. Ele “parte” em inúmeras direções, em múltiplos planos significantes (ORLANDI, 1996, p. 14).

---

<sup>14</sup> A ambiguidade fundamental do aprender a ler e escrever consiste em visar, ao mesmo tempo, à apreensão de um sentido unívoco inscrito nas regras escolares de uma assepsia do pensamento e o trabalho sobre a pluralidade do sentido como condição mesma de um desenvolvimento interpretativo do pensamento (PÊCHEUX, 1997a).

A autora salienta ainda que para que o gesto de interpretação ocorra é necessário considerar o funcionamento do discurso na produção dos sentidos e não somente o conteúdo (suposto) das palavras. Ou seja, as palavras não significam isoladamente, com base em seus sentidos dicionarizados, elas significam por estarem inseridas em condições de produção específicas afetadas por aspectos sociais, econômicos, históricos e culturais, sendo assim, as palavras significam determinadas pelas formações discursivas nas quais se inscrevem “A formação discursiva se constitui na relação com o interdiscurso (a memória do dizer), representando no dizer as formações ideológicas. Ou seja, o lugar do sentido, lugar da metáfora, é função da interpretação, espaço da ideologia” (ORLANDI, 1996, p. 21). Além disso, o gesto de interpretação será determinado pela memória discursiva (MD) de quem desenvolve o gesto de interpretação.

O espaço de interpretação no qual o autor se inscreve com seu gesto – e que o constitui enquanto autor – deriva de sua relação com a memória (saber discursivo), interdiscurso. O texto é essa peça significativa que, por um gesto de autoria, resulta da relação do “sítio significante” com a exterioridade. Nesse sentido o autor é carregado pela força da materialidade do texto, materialidade essa que é função do gesto de interpretação (do trabalho de autoria) na sua relação determinada (historicamente) com a exterioridade, pelo interdiscurso. O sujeito, podemos dizer, é interpretado pela história. O autor é aqui uma posição na filiação de sentidos, nas relações de sentido que vão se constituindo historicamente e que vão formando redes que constituem a possibilidade de interpretação. Sem esquecer que filiar-se é também produzir deslocamentos nessas redes (ORLANDI, 1996, p. 15).

Diante disso, tendo em vista que toda FD está filiada a uma FI, que representa uma ideologia, bem como considerando que a materialidade linguística significa em sua relação com a materialidade histórica, com ênfase aos aspectos ideológicos, consideramos que a importância do materialismo histórico aos trabalhos/gestos de interpretação torna-se indiscutível: “Se se tira a história, a palavra vira imagem pura. Essa relação com a história mostra a eficácia do imaginário, capaz de determinar transformações nas relações sociais e de constituir práticas” (ORLANDI, 1996, p. 32). A autora salienta, ainda, que a história, sob a ótica da AD, não se constitui enquanto sequência de fatos cronológicos com sentidos já dados, estáticos, mas de outra maneira, na qual a materialidade não é vista em si, mas no discurso, logo, afirmar que há determinação histórica dos sentidos consiste em verificar os modos em que os sentidos são produzidos e circulam e não a história como datas e evolução cronológica.

Como já explicitado, a AD se constitui e trabalha no entremeio de disciplinas, mostrando que não há separação estanque entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva; fazendo aparecer uma noção de ideologia diferente da abordada nas demais teorias, pois coloca como base as noções de materialidade linguística e histórica. Nesse sentido, a ideologia, então, se coloca como condição para a relação constitutiva entre sociedade e linguagem. Essa forma de conhecimento, que toma dita relação como constitutiva, é, nas palavras de Orlandi, arregimentada pela AD (ORLANDI, 1996).

Tal conceito de ideologia pode ser explicitado por meio da noção de discurso que, por sua vez, não separa linguagem e sociedade na história. A AD concebe o discurso como um objeto social cuja especificidade está em sua materialidade linguística, sendo que a autonomia do linguístico se refere apenas ao produto de contração, não sendo absoluta como para o linguista.

Para que o funcionamento do discurso seja compreendido é necessário fazer intervir a relação com a exterioridade, pois é a partir da relação contraditória entre linguagem e exterioridades que se torna possível a identificação das regularidades do discurso a partir das quais é possível realizar as análises (ORLANDI, 1996). A autora destaca que a AD coloca a noção de discurso como instrumento de estudo da linguagem para as ciências sociais, trazendo para a linguagem a questão da sua forma material, que é linguística e histórica.

O discurso, enquanto objeto histórico-linguístico da AD, faz com que a história (processos históricos/ideológicos) e a língua (fenômenos linguísticos) interajam e se articulem. Em virtude disso, o analista de discurso trabalha com a materialidade linguística para chegar ao discurso (erupção da materialidade história no texto). É por meio da materialidade linguística do texto que o analista do discurso se torna apto a examinar o funcionamento da discursividade, para “procurar compreender os efeitos de sentido” que se produzem em um discurso (ORLANDI, 1990, p. 36).

Indursky (1992) destaca que na AD o discurso deve ser concebido enquanto processo e não como produto, por isso, frisa-se que o discurso não reflete a ideologia como algo que lhe seja exterior, mas a mostra, enquanto efeito de sentido, por ela ser constitutiva da prática discursiva. Importante frisar que é justamente a relação entre a língua e a exterioridade que constitui a marca de subjetivação que nos permite afirmar que o sujeito se constitui em sua relação com o simbólico.

Há que se considerar que, para a AD, o que interessa é a língua, enquanto sistema significante em sua relação com a história, essa considerada em sua materialidade simbólica, e que a tarefa do analista do discurso consiste na compreensão entre o real da língua e o real da

história, de onde vem a noção de forma material que constitui o ponto central para a AD, pois institui um espaço teórico particular que tem vigência na perspectiva que trabalha enquanto sistema sintático semântico intrinsecamente passível de jogo. Há que se considerar, ainda, a discursividade como inserção dos efeitos linguísticos materiais na história para produzir sentidos, bem como há que se compreender o sentido como uma relação determinada que o sujeito estabelece com a história, como gesto de interpretação que realiza a relação entre sujeito e língua na produção dos sentidos, abordando, assim, a noção de ideologia não como conjunto de representações nem como ocultação da realidade, mas como uma necessidade apresentada na relação entre o real da língua e o real da história na constituição dos sentidos (ORLANDI, 1998).

O estudo realizado por Gadet e Pêcheux (2010) permite formular um lugar para pensar a relação entre o real da língua e o real da história constituindo a relação com a linguagem. Esse lugar privilegiado para que essa relação ocorra é o equívoco, pois permite referendar a questão de que a língua, para significar, precisa estar inserida na história, isto é, o equívoco é o ponto de união entre o impossível<sup>15</sup> (linguístico) e a contradição (histórica). É esse acontecimento (o equívoco) na estrutura que permite compreender esse lugar como sendo de resistência da língua, a qual é garantida pela própria ordem da língua. Nesse sentido, os autores salientam que, do mesmo modo que os processos revolucionários afetam o real da língua, a irrupção do equívoco afeta o real da história.

Na próxima seção, trataremos especificamente das questões referentes à ideologia, pois essa se coloca como crucial para que se dê a relação entre história e língua. Posteriormente adentramos, na seção 2.4, nas questões referentes ao sujeito discursivo, tais como forma-sujeito e posição-sujeito, demonstrando como se dá o processo de interpelação ideológica que faz dos indivíduos sujeitos discursivos.

---

<sup>15</sup> O impossível da língua se refere à língua ideal, homogênea, que não é afetada pela exterioridade, a qual, para Gadet e Pêcheux (2004), é, como diz o próprio título da obra, inatingível.

### 2.3 Ideologia: formação ideológica (FI) e formação discursiva (FD)

É necessário compreender o conceito de ideologia, isto é, a concepção que a AD tem de ideologia, porque é por intermédio dela que compreendemos a relação entre sujeito, língua e história.

O primeiro aspecto relevante que citamos está presente no texto *Observação geral para uma teoria das ideologias*, de Thomas Herbert (1995), pseudônimo de Pêcheux, e diz respeito ao caráter que o autor concede às análises sobre as condições históricas e sociais de produção do discurso, pois concebe a ideologia enquanto elemento constitutivo desse processo. O autor identifica duas formas de existência da ideologia: as do tipo A e as do tipo B. As ideologias do tipo A são consideradas produtos derivados da prática técnica empírica. Já as ideologias do tipo B são as condições indispensáveis da prática política. A partir disso, Pêcheux esboça a existência de duas formas de resistência ideológica ligadas aos tipos de ideologia, as quais se particularizam por sua diferença estrutural fundamental que constitui a essência de todo modo de produção, isto é, as forças produtivas e as relações de produção. Sendo assim, não há separação, mas união de ambas (força produtiva e relação de produção), e, a partir dessa união, surge a ideologia.

A ideologia se coloca na AD como condição para a constituição dos sujeitos e dos sentidos: ela é responsável pela interpelação dos indivíduos em sujeitos de seu dizer (ORLANDI, 2000).

Pêcheux (1997b), na AAD 69, traz, além do conceito de ideologia, outros conceitos relevantes para a AD, dentre eles os de formação ideológica e formação discursiva. Com base nesses conceitos esclarece a maneira pela qual o estudo do sentido implica necessariamente uma mudança de terreno (é necessário uma ciência que entrecruze marxismo, linguística e psicanálise) e, conseqüentemente, de objeto (é necessário passar da análise do texto para a análise do discurso), pois é o discurso que realiza a ligação da ideologia com a língua.

Posteriormente, Pêcheux e Fuchs (1995), na AD 75, retomam a noção de FD, esclarecendo que esta é componente das FIs, isto é, as FDs materializam o ideológico presente nas formações sociais, nas relações dos sujeitos com o mundo. Assim sendo, a ideologia está presente no funcionamento do discurso, logo, a ideologia constitui a tudo e a todos, pois, como já dito anteriormente, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer, o qual também está repleto de ideologia. Nessa perspectiva, trataremos, a

seguir, desses dois elementos (FD e FI) constitutivos da AD e sobre suas implicações no discurso.

A AD trabalha com gestos de interpretação, buscando os efeitos de sentido, isto é, objetiva compreender o funcionamento da língua, o *como* as palavras significam. Conforme Pêcheux (1975), as palavras, expressões e proposições proferidas pelos sujeitos mudam de sentido segundo as posições mantidas pelos que as empregam, o que quer dizer que elas significam em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

Embora seja a ideologia que interpela os indivíduos em sujeito de seu discurso, cabe destacar que essa interpelação se realiza por meio de um conjunto complexo determinado de FIs, as quais desempenham, em cada fase da história da luta de classes, um papel desigual na reprodução e na transformação das relações de produção em virtude de suas características regionais e de suas características de classe. São essas características que fazem com que as FDs intervenham nas FIs enquanto componentes (PÊCHEUX; FUCHS, 1997). Por esse postulado não é possível haver prática sem ideologia, livre de ideologia, do mesmo modo que não há ideologia senão por meio e para o sujeito.

Esses sujeitos estão, obrigatoriamente, inseridos nas relações sociais de classe, as quais se caracterizam pelo confronto que se dá no interior dos AIE por meio das posições ideológicas e, conseqüentemente, políticas assumidas. Tais posições não constituem o modo de ser dos indivíduos, mas organizam FIs que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação. Portanto, cada FI forma um complexo de atitudes e representações que se relacionam mais ou menos de maneira direta com as posições de classes em conflitos, as quais não são nem individuais nem universais.

A AD pretende, partindo da superfície linguística de um discurso que pertence ao *corpus*, encontrar o objeto discursivo (grafo conexo) para, por fim, chegar ao processo discursivo. Pêcheux e Fuchs (1997, p.181) definem processo discursivo:

[...] entendido como o resultado da relação regulada de objetos discursivos correspondentes a superfícies linguísticas que derivam, elas mesmas, de condições de produção estáveis e homogêneas. Esse acesso ao processo discursivo é obtido por uma de-sintagmatização que incide na zona de ilusão-esquecimento nº1.

Em outras palavras, o processo discursivo consiste no sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos linguísticos em uma

FD dada. Diante disso, considera-se necessário apresentar a trajetória da noção de FD, que começou a ser estudada por Foucault (2000, p. 43), para quem:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva [...].

Na atual perspectiva da AD, a FD é vista de maneira diferente, pois Foucault distancia FD de ideologia, enquanto a AD as aproxima. Conforme Orlandi (2010), as FDs são a projeção, na linguagem, das FIs, ou seja, FD é aquilo que, numa formação ideológica dada, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito. As palavras, proposições e expressões recebem seu sentido da FD na qual são produzidas e os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes pelas FDs que representam na linguagem as FIs que lhes são correspondentes.

Sendo assim, da mesma forma que o discurso é a materialidade específica da ideologia, a língua é a materialidade específica do discurso. Isso é, se uma proposição, uma palavra, uma expressão se constitui pela sua inserção em uma FD e não em outra, ela não terá um sentido que lhe seja próprio, vinculado à sua literalidade, mas o sentido que adquire da sua inserção na FD. Da mesma maneira, na AD, palavras, expressões e proposições literalmente diferentes podem, no interior de uma mesma FD dada, ter o mesmo sentido.

A partir do momento em que se reconhece que a FD é o lugar de constituição do sentido, tem-se que toda a FD dissimula, pela transferência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao todo complexo com dominante das FDs intrincado no complexo das FIs. Esse todo complexo dominante das FDs consiste no chamado interdiscurso, o qual também é submetido à lei da desigualdade-contradição-subordinação (PÊCHEUX, 1995).

## 2.4 Sujeito: forma-sujeito e posição-sujeito

*Ao voltar-se para si mesmo, o homem acaba por ter de conhecer profundamente todas as outras coisas.*  
(ORLANDI)

Nesta subseção serão feitas reflexões acerca da noção de sujeito. Para tanto, será, inicialmente, abordada a trajetória dessa definição ao longo do desenvolvimento das ciências da linguagem, partindo da linguística tradicional para a linguística contemporânea, pelo viés da teoria da enunciação e da AD. Posteriormente, são apresentadas questões referentes à forma-sujeito (FS) e à posição-sujeito (PS) discursivas.

A linguística tradicional, que teve seus estudos desenvolvidos por Ferdinand de Saussure, exclui a noção de sujeito de sua teoria, pois, no momento em que Saussure estabelece a dicotomia língua/fala<sup>16</sup> e toma como objeto de estudo apenas a língua, concebendo-a como um sistema homogêneo, a teoria linguística passa a estudar a língua apenas enquanto sistema abstrato de regras, deixando de lado a fala, esquecendo o uso individual que essas regras possibilitam, abandonando a noção de sujeito (INDURSKY, 1988).

Posteriormente aos estudos de Saussure, mas ainda na linguística estruturalista, tem-se os estudos de Roman Jakobson e de Noan Chomsky que, como Saussure, excluem a noção de sujeito. Conforme Indursky (1988, p.112), “argumentam os estruturalistas que, no interior da frase, não há liberdade, pois as relações frasais são essencialmente coercitivas. Ultrapassando tal fronteira o sujeito passa a gozar de liberdade plena”. Em Jakobson<sup>17</sup> a fala é tida como externa à língua, sendo ela o espaço de liberdade do sujeito, para ele as variações e as diferenças são resultantes de uma subjetividade que não afeta a língua enquanto sistema. Chomsky desenvolve a teoria sintática da frase, na qual o sujeito é mera posição estrutural, logo, para ele, o que se faz necessário é meramente verificar se tal posição é preenchida ou não.

---

<sup>16</sup> Saussure concebe a língua como homogênea e social e a fala como heterogênea e individual.

<sup>17</sup> Jakobson amplia o objeto de estudo da frase para o texto (linguística textual).

A teoria da enunciação, desenvolvida por Émile Benveniste, estuda a natureza dos elementos constitutivos do processo de enunciação, o qual é concebido como ato individual de utilização da língua. Conforme Benveniste, “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso” (1995, p. 286). Prossegue o linguista destacando que a “linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor apropriar-se da língua toda, designando-se como *eu*.” (1995, p.288). Nessa teoria, cada indivíduo é capaz de apropriar-se da linguagem e, por meio do processo de enunciação, ao designar-se como *eu*, constituir-se enquanto sujeito de seu próprio discurso instaurando a subjetividade na linguagem. Sendo assim, diferentemente da linguística canônica, a teoria da enunciação não exclui o sujeito, ao contrário, reinstaura a noção de sujeito, no entanto, o concebe como plenamente consciente e fonte de seu dizer, o que lhe atribui uma excessiva capacidade de apropriação da língua, sem considerar os afetamentos (sociais, históricos, ideológicos, entre outros) sofridos pelo sujeito (INDURSKY, 1988).

Na perspectiva da AD o objeto de estudo não é mais integralmente linguístico como nas teorias até aqui apresentadas, pois o discurso é, ao mesmo tempo, linguístico e ideológico, por ser resultante da articulação entre linguística e história. Consoante Indursky (1988, p.115), “Na instância do discurso, o sujeito é percebido a partir de lugares socialmente determinados. Por outro lado, o sujeito, sendo social, perde necessariamente suas características individualizadoras” (1988, p.17). “O sujeito não é identificado ao indivíduo. Trata-se de um sujeito ideal e múltiplo, já que, a um só tempo, é um sujeito linguístico, ideológico e desejante”. Diante disso, na perspectiva da AD, considerada uma teoria não subjetiva da subjetividade, o sujeito é concebido como um ser incompleto, afetado por ideologias e por seu inconsciente.

Parafraseando Leandro Ferreira (2007), o Sujeito da AD, aquele desejante e do inconsciente é, ao mesmo tempo, encontrado na psicanálise e no materialismo histórico. Na psicanálise encontra-se o sujeito “descentrado, afetado pela ferida narcísica, distante do sujeito consciente que se pensa livre e dono de si” (p. 14). No materialismo histórico, encontra-se a outra parte que compõe o sujeito, pois, na ideologia althusseriana, nos deparamos com “o sujeito assujeitado, materialmente constituído pela linguagem e devidamente interpelado pela ideologia” (p. 14). Nessa perspectiva, o Sujeito da AD coloca-se, nas palavras de Leandro Ferreira (2007), perigosa e estrategicamente, entre o sujeito da ideologia e o sujeito da psicanálise, os quais são revestidos e constituídos materialmente pela linguagem. É importante salientar que o Sujeito da AD, a FS (forma-sujeito) discursiva não é meramente freudo-laciano ou marxista-althusseriano, nem ao menos uma simples junção de

ambos, logo, o que singulariza este Sujeito, com S maiúsculo, “é o papel da intervenção da linguagem, na perspectiva da materialidade linguística e histórica que a AD lhe atribui” (LEANDRO FERREIRA, 2007 p. 15).

Conforme Pêcheux e Fuchs (1997), o sujeito é social e dotado de inconsciente e, em virtude disso, atua sob duas ilusões, quais sejam: o sujeito é a fonte de seu dizer e o sujeito é responsável pelo que diz. Tais ilusões se realizam por meio de dois esquecimentos, que, destacam Pêcheux e Fuchs (1997, p. 117), são causadores das ilusões do sujeito e se diferem profundamente um do outro.

Constata-se, como efeito, que o sujeito *pode penetrar conscientemente* na zona do nº2 e que ele o faz em realidade constantemente por um retorno de seu discurso sobre si, uma antecipação de seu efeito, e pela consideração da defasagem que aí introduz o discurso de um outro. Na medida em que o sujeito se corrige para explicitar a si próprio o que disse, para aprofundar “o que pensa” e formulá-lo mais adequadamente, pode-se dizer que esta zona nº2, que é a dos *processos de enunciação*, se caracteriza por um funcionamento do tipo pré-consciente/consciente. Por oposição, o esquecimento nº1, cuja zona é inacessível ao sujeito, precisamente por esta razão, aparece como constitutivo da subjetividade na língua. Desta maneira, pode-se adiantar que este recalque é de natureza do inconsciente, no sentido em que a ideologia é constitutivamente inconsciente dela mesma.

Diante disso, constata-se que a diferença primordial entre os dois esquecimentos consiste no fato de o esquecimento nº1 ser da ordem do inconsciente, enquanto que o conhecimento nº 2 é da ordem do pré-consciente/consciente. Orlandi (1993, p.107) explica como se realizam as ilusões do sujeito por meio do esquecimento nº1 e do esquecimento nº2:

[...] essa ilusão se realiza por dois esquecimentos: a) o de que o discurso não nasce no sujeito, por isso, os sentidos não se originam nele; b) o de que ao longo do seu dizer se formam famílias parafrásticas com que ele poderia dizer mas vai rejeitando para o não-dito, e que também constitui o seu dizer (enquanto margens).

A ilusão de o sujeito ser a fonte do que diz, ser a fonte de seu discurso, ilusão da onipotência do sentido, ou seja, o discurso significa o que o sujeito quer, é originário do esquecimento nº1. Do esquecimento nº2, por sua vez, se origina a ilusão da realidade de seu pensamento, isto é, a onipotência do sentido, o discurso tem apenas o sentido X e não pode

haver outros sentidos (ORLANDI, 1993). Pelo viés dessas duas ilusões é que o sujeito se inscreve em uma determinada FD.

É necessário retomar, para melhor compreender a FS, o que afirmamos na subseção 2.3 sobre ideologia, ou seja, considerando que pela ideologia os indivíduos são interpelados em sujeito, Pêcheux (1995, p.161) afirma: “Os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhe são correspondentes”. No entanto, a interpelação pela ideologia ocorre sem que os indivíduos se deem conta dela, sendo assim, não há sujeito sem ideologia, mesmo que essa ordem não seja no consciente. Esse sujeito aqui referido é o sujeito histórico, designado por Pêcheux (1995), com base em Althusser, como FS. A FS histórica é resultante da interpelação dos indivíduos em sujeito pela ideologia. Ou seja, o que a AD conceitua de FS é o sujeito de existência histórica dos sujeitos que além de social é histórico e ideológico dotado de inconsciente.

Para Pêcheux o lugar do sujeito é preenchido pela FS que organiza o saber de dada FD, pois é a FD que determina o que pode ser dito e aquilo que pode, mas não é pertinente dizer em determinados contextos das FDs. Diante disso, Pêcheux (1995) afirma que a FS constitui a relação de identificação entre o sujeito enunciador e sujeito do saber, salientando que FS é fragmentada em virtude das diferentes PSs e disso resultam os diferentes efeitos-sujeito no discurso de cada um. Salienta-se que os processos de identificação e desidentificação ocorrem no interior das FSs.

A PS consiste na tomada de posição do sujeito, ou, como dito por Pêcheux (1995), no seu desdobramento. Há três modalidades de tomada de posição pelas quais o sujeito pode se filiar a uma FD e, dessa maneira ser interpelado pela ideologia. A primeira é a modalidade de identificação; a segunda é a modalidade de contraidentificar-se; a terceira é a modalidade de desidentificação.

Conforme Pêcheux (1995), a primeira modalidade consiste na superposição entre o sujeito do discurso e o sujeito universal, isso gera a identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD que o afeta, a qual marca a reduplicação da identificação de modo que, da tomada de posição do sujeito, resulta seu assujeitamento de livre consentimento; a tomada de posição por esta modalidade caracteriza o bom sujeito.

A segunda modalidade caracteriza o mau sujeito, isto é, há questionamentos, contestações e revoltas quanto ao que diz a FS. Isso conduz o sujeito do discurso a uma contraidentificação, o que instaura a diferença e a contradição no âmbito da FD e da própria forma-sujeito (PÊCHEUX, 1995).

Na terceira modalidade, consoante Pêcheux (1995), há uma desidentificação do sujeito do discurso, ou seja, uma tomada de posição não subjetiva, na qual a ideologia funciona sobre e contra si mesma, por meio do desarranjo/arranjo do complexo das FIs. Nessa modalidade o sujeito rompe com os saberes da FD em que está inscrito e com a FS que organiza os saberes da referida FD.

O sujeito da análise de discurso não é o sujeito empírico, mas a posição-sujeito (PS) projetada no discurso. Portanto, não é o sujeito físico que funciona no discurso, mas a PS discursiva. Ou seja, na AD o enunciador e o destinatário, enquanto sujeitos, são pontos da relação de interlocução, indicando diferentes posições discursivas do sujeito (ORLANDI, 2010).

Diante disso, temos que o sujeito da análise do discurso não é o enunciador, mas sim um indivíduo que, por ser afetado por uma ideologia dominante e por outras que o atravessam, se constitui como sujeito do seu discurso afetado por seu inconsciente.

Frisamos que, quando apontadas, pelo analista do discurso, as PS adotadas pelos sujeitos presentes na interlocução, torna-se possível apresentar as filiações sócio históricas com que o discurso está identificado e os deslocamentos que empreendem por causa do equívoco (real da língua), o qual evidencia que não há identificação plenamente bem-sucedida.

### 3 DESVELANDO OS MISTÉRIOS DO POÇO DO VISCONDE: O *CORPUS* E SUAS ANÁLISES

*A relação do homem com os sentidos se exerce em diferentes materialidades, em processos de significação diversos: pintura, imagem, música, escultura, escrita etc. A matéria significativa – e/ou a sua percepção – afeta o gesto de interpretação, dá uma forma a ele (ORLANDI, 1996, p. 12).*

A análise desenvolvida nesta dissertação apresenta como *corpus* as SDs da obra *O poço do Visconde*, e, para introduzir as análises, apresentamos, inicialmente três capas (Figura 1.1; Figura 1.2; Figura 1.3) da obra, as quais nos permitem vislumbrar imaginários possíveis desta obra. Objetiva-se, ao longo do trabalho, analisar as influências que a política e a história da década de 1930 exerceram sobre a obra *O Poço do Visconde*.

Selecionamos três capas dentre as muitas já publicadas sob esse título. A primeira capa selecionada (Figura 1.1) foi publicada pela Companhia editora nacional, no ano de 1937, foi escolhida por ser a primeira capa que a obra recebeu. A segunda capa analisada (Figura 1.2) é da quinta edição do livro, décimo dos 17 volumes publicados na segunda série – Literatura Infantil – das “Obras Completas de Monteiro Lobato” no ano de 1956, pela Editora Brasiliense, foi escolhida porque nessa data já havia sido criada a Petrobras. A terceira capa, (Figura 1.3), publicada pela Editora Globo, foi selecionada por ser a mais recente capa a que tivemos acesso, sua publicação é datada de 2010.

Tendo como base a materialidade linguística de cada uma dessas três capas selecionadas, procedeu-se à sua descrição e pré-análise, com base nos pressupostos teóricos da AD, como forma de introdução as análises propriamente ditas. Inicialmente, cada capa foi estudada e descrita separadamente e, posteriormente, efetuamos as comparações entre as materialidades encontradas, buscando elementos que evidenciem e/ou justifiquem suas diferenças.

A escolha das SDs ocorreu com base em alguns critérios considerados pertinentes para a análise. Inicialmente, dividimos as SDs por tema, isto é, buscamos agrupá-las pela referência que fazem a determinados assuntos de cunho social, político e histórico. Posteriormente, buscamos, no interior de cada temática, ao contrapor a materialidade linguística à histórica, as condições de produção, verificando-se, para tal, as FIs, representadas

no discurso pelas FDs, as quais aparecem no interior dos AIE. Por fim, buscamos identificar as tomadas de posição que constituem as PS discursivas no interior da obra.

Este capítulo de análise encontra-se dividido em três partes. Na primeira, seção 3.1, apresentamos as condições de produção da obra, isto é, apresentamos as circunstâncias políticas, sociais e históricas brasileiras da década de 1930 e, também, questões específicas referentes à literatura, tais como o contexto de produção e circulação das obras infanto-juvenis e o objetivo que se tinha ao produzi-las. Na seção 3.2 desenvolvemos a descrição das três capas, contrapondo suas regularidades às condições de produção, como forma de introdução as análises. Na terceira parte deste capítulo, seção 3.3, que se encontra dividida, por temática, em seis partes, são apresentadas as análises das SDs.

### **3.1 Condições de produção: o contexto histórico do Brasil na década de 1930**

Nesta seção pretendemos apresentar as condições de produção da obra *O poço do Visconde*. Para isso, apresentamos, inicialmente, algumas considerações acerca de como a AD vê as condições de produção, isto é, como as caracteriza e como essas condições contribuem para a realização dos gestos de interpretação na análise das SDs e das capas.

Segundo Orlandi (2000), as condições de produção compreendem os sujeitos, a situação, a memória, o interdiscurso e as relações de força, aspectos que elucidaremos a seguir.

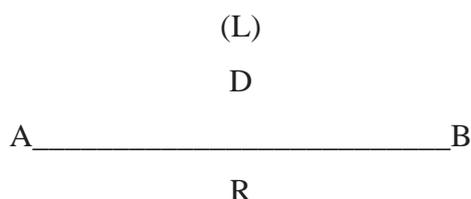
Pêcheux (1997b, AAD 69), em pleno desenvolvimento da teoria da AD, afirma que, para se analisar um discurso,<sup>18</sup> é necessário remetê-lo às relações de sentido nas quais é produzido. Com base nisso, afirma Ferrari (2007, p. 114):

[...] um discurso remete a outro discurso prévio que o constitui como matéria prima, assim como também, o orador experiencia o lugar do ouvinte quando imagina, pensa, antecipa *o que o outro vai pensar* sendo esse antecipar-se constitutivo de qualquer discurso, elaborando-se sobre ele as estratégias do discurso (grifos da autora).

---

<sup>18</sup> O termo discurso é aqui utilizado enquanto efeito de sentido.

Diante disso, cada discurso possui, obrigatoriamente, condições de produção nas quais se somam as relações de interlocução entre os sujeitos do discurso. Pêcheux (1997b, AAD 69) estabelece, descreve e redefine, a partir do modelo elaborado por Jakobson (1969), cinco requisitos básicos para a representação do processo de produção. Em Jakobson (1996) temos:



No esquema, A é destinador; B é destinatário; R é referente; L é código linguístico comum a A e B; D é a sequência verbal emitida por A em direção a B. Em Pêcheux (1997b), D é redefinido enquanto discurso; R passa a pertencer às condições de produção enquanto objeto imaginário e não mais como realidade física; A e B são tidos enquanto lugares determinados na estrutura da formação social. A partir dessa nova definição de A e de B, Pêcheux desenvolve a hipótese de que esses estão representados no processo discursivo em que se colocam em jogo e o que entra em funcionamento é uma série de formações imaginárias que são as diferentes instâncias do processo discursivo e, também, produtos de processos discursivos anteriores:

(IA (A)) = Imagem que A possui a respeito de A.

(IA (B)) = Imagem que A possui a respeito de B.

(IB (A)) = Imagem que B possui a respeito de A.

(IB (B)) = Imagem que B possui a respeito de B.

É esse mecanismo, denominado por Pêcheux de mecanismo de antecipação, o responsável pela argumentação. Frisa-se que, por esse mecanismo, o que conta é a projeção da social no discurso, desse modo, não falamos, por exemplo, do padrão, mas da imagem que a sociedade tem do padrão. É nesse sentido que trataremos agora das relações de força, pois o lugar social do qual se fala marca o discurso com a força da locução que esse lugar representa, pois cada lugar tem sua força na relação de interlocução, isto se representa nas posições-sujeito discursivas e, por isso, essas posições não são neutras, pelo contrário, se carregam do poder que as constitui em suas relações de força (ORLANDI, 2010).

Trataremos agora da situação que, conforme Orlandi (2010), quando abordada discursivamente como uma das condições de produção de um discurso, pode ser pensada em sentido *lato* e em sentido estrito. Neste, compreendem-se as circunstâncias da enunciação, o contexto imediato. Em sentido lato, por sua vez, compreende-se o contexto sócio-histórico, ideológico mais amplo. Salienta-se, contudo, que em toda situação de linguagem esses contextos não funcionam separada, mas conjuntamente.

A memória soma-se às condições de produção na medida em que aciona os demais elementos das condições de produção e tem suas características quando é pensada em relação ao discurso, passando, assim, a ser tratada como interdiscurso<sup>19</sup>, o qual especifica as condições nas quais um acontecimento histórico é suscetível de vir a inscrever-se no espaço potencial de coerência próprio de uma memória (ORLANDI, 2000).

Após esse olhar para as condições de produção em uma concepção da AD, importante se faz destacar as questões referentes ao surgimento e à produção da literatura infanto-juvenil, bem como algumas questões referentes à estrutura social e aos aspectos históricos e econômicos que influenciaram as produções literárias.

A literatura infantil, em seu início, era basicamente oral. As histórias eram narradas pelos adultos e, aqueles que demonstravam interesse, escutavam as variadas versões folclóricas oferecidas. Dentre este público interessado estavam as crianças, para as quais se oportunizava, por meio do folclore, o contato com as lendas, com os contos e com as biografias históricas. Essas histórias, de geração em geração, foram se perpetuando, acabando por formar um significativo acervo cultural da humanidade.

Nesse contexto, importante destacar que muito embora o folclore se constituísse como tradição capaz de propiciar uma aprendizagem de enriquecimento histórico a partir do compartilhamento de conhecimentos e formas culturais antigas necessárias à educação, as crianças não constituíam o público a que, essencialmente, ditas narrativas se dirigiam. É somente durante o Romantismo que começa aparecer certo direcionamento aos materiais de origem popular e, em função das crianças, tidas como um novo tipo de leitor, que certos conteúdos passaram a ser banidos ou vistos de forma mais serena (ZUGNO, 2006).

Cabe salientar que essa nova maneira de conceber o leitor infantil não pode ser vista de forma isolada, pois este está diretamente ligado à emergência da infância enquanto categoria social e então as crianças eram vistas como adultos em miniatura.

---

<sup>19</sup> O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido (ORLANDI, 2000, p. 33).

Sabe-se que historicamente o reconhecimento da infância só aconteceu no século XVIII, quando as crianças deixaram de ser vistas como adultos em miniatura e passaram a ser percebidas e respeitadas como seres em fase de desenvolvimento. Além disso, a ascensão da família burguesa e a reorganização da escola, fatos pertinentes ao mesmo século, colaboraram com o novo enfoque na formação infantil. Por um lado, a criança se torna o centro das preocupações da célula familiar, o que se contrapõe ao amplo e difuso modelo de família patriarcal; por outro lado, a necessidade de socializar as crianças, preparando-as para exercer as funções produtivas do mundo adulto, dá à escola um caráter universal na sociedade burguesa. Paralelamente a essas transformações no âmbito social, também o modo de produção da literatura sofre alterações (ZUGNO, 2006, p. 2498).

É dentro dessa nova reconfiguração que surge com o Romantismo que a literatura infantil começa a ser reconhecida enquanto gênero autônomo, ou seja, ela começa a ser produzida a partir do momento que uma literatura adequada às crianças passou a ser vista como necessária. A partir desse momento novas discussões surgem no sentido de compreender qual é o conceito, a função e a finalidade da literatura infantil.

Foi a perspectiva utilitária que presidiu essa discussão, conferindo a esse gênero literário a função sobretudo de educar pela transmissão de valores morais e/ou informativos. Por essa ótica pedagógica, a dimensão da imaginação era compreendida como domínio da ilusão, do sonho, da mentira ou de anseios absurdos, dimensão da qual devemos nos afastar no intuito de nos acercarmos de uma compreensão científica do homem e do mundo. Pode-se dizer que a literatura infantil tinha a tarefa de domar as forças imprevisíveis do imaginário infantil, oferecendo em troca verdades morais que preparavam a criança para atuar como adulto responsável na sociedade burguesa. [...] Desse modo, o texto apresentava-se como o lugar de um sentido inquestionável (as fábulas com suas máximas morais servem como ilustração disto) (ZUGNO, 2006, p. 2499).

É nesse contexto de literatura utilitária e não estética que se enquadra literatura infantil produzida durante o Estado Novo (1937 a 1945), no qual o Brasil viveu sob a ditadura do Governo Vargas. Quem sabe isso justifique o subtítulo “Geologia para crianças”, constante na capa da primeira edição de *O poço de Visconde*, que, no entanto, não mais esteve presente nas capas seguintes, como é possível visualizar nas figuras 1.1, 1.2 e 1.3.

O Estado Novo, que compreende o período de 1937 – ano de publicação da obra *O poço de Visconde* – a 1945, também chamado de Era Vargas, ficou marcado, no campo político, por um governo ditatorial. Para compreendermos as mudanças ocorridas na estrutura social brasileira, por consequência desse período, se faz necessário retomar o contexto histórico e político brasileiro de 1934. Os dados apresentados na sequência, sobre o período

de 1934 a 1945, possuem como fonte bibliográfica a coletânea de livros intitulada *História da República* (2004), do historiador Hélio Silva.

Nesse ano, 1934, Getúlio Vargas, eleito indiretamente pela Assembleia Constituinte, assume a Presidência do Brasil. Esse ano também ficou marcado na história pela Constituição de 1934, que é considerada o marco inicial do processo de democratização do país, pois trouxe ao povo brasileiro avanços significativos, tais como o princípio da alternância no poder, a garantia de voto “universal”<sup>20</sup> e secreto, que se estende às mulheres, a pluralidade sindical e o direito à livre expressão. Além disso, a constituição de 1934 determinava que em 1938 houvesse eleições diretas, nas quais a população teria o direito de eleger o chefe supremo da nação, mas o então presidente da República, Getúlio Vargas, não poderia ser reeleito.

O processo de democratização, no entanto, não foi tão simples como previa a Constituição de 1934. Desde o fim de 1935 um clima de efervescência existia no país: de um lado as disputas eleitorais acirravam-se e, de outro, multiplicavam-se as greves e as investidas oposicionistas da Aliança Nacional Libertadora (ANL)<sup>21</sup> contra o governo Vargas. Após a Revolução de 1930, o Brasil passou uma situação interna bastante instável, na qual as forças revolucionárias haviam se dividido e agora disputavam o poder. Diante disso e do temor instaurado na população em virtude do fortalecimento da corrente comunista, que o presidente Vargas, aproveitando-se da situação, declarou estado de sítio em fins de 1935. No ano seguinte, declarou estado de guerra e, com isso, todos os direitos civis da população foram suspensos e todos aqueles que eram considerados pelo governo uma ameaça à paz nacional passaram a ser perseguidos e, com plenos poderes, o governo federal não só perseguiu, mas prendeu e torturou a muitos sem que houvesse qualquer controle por parte das instituições ou da sociedade. Foi durante o ano de 1936 que Luís Carlos Prestes e Olga Benário, líderes comunistas, foram presos.

Somando-se à forte concentração de poder no Executivo federal, adquirida desde o final de 1935, à aliança com a hierarquia militar e com setores das oligarquias, Getúlio encontrou as condições necessárias para realizar o golpe político. Então, alegando a existência de um suposto plano comunista (Plano Cohen) e aproveitando o momento de instabilidade política pelo qual passava o país, Getúlio Vargas deu um golpe de estado em 10 de novembro

---

<sup>20</sup> Coloco universal entre aspas porque a Constituição previa que os analfabetos, parcela significativa da população brasileira na época, não teriam direito a voto.

<sup>21</sup> A ANL foi fundada por tenentes dissidentes da Revolução de 1930 que defendiam a reforma agrária e combatiam as doutrinas nazifascistas.

de 1937. Salienta-se que Vargas contou com o apoio de uma parcela significativa da população (principalmente da classe média com medo do comunismo) e dos militares. Assim, teve início o governo ditatorial, pois, após o golpe, Vargas fechou o Congresso Nacional, impôs uma nova Constituição (apelidada de “polaca”<sup>22</sup>) com várias características antidemocráticas.

Muitos fatos e realizações, positivos e negativos, ocorridos durante o Estado Novo, marcaram o Brasil, dentre os quais pode-se destacar: a censura aos meios de comunicação (rádios, revistas e jornais) e às manifestações artísticas, tais como teatro, cinema, música e literatura; criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para promover e divulgar as realizações do governo, sendo um instrumento estratégico na propagação de ideologias ufanistas e de exaltação do trabalho, além de ser o responsável pela censura a órgãos de imprensa e veículos de comunicação; perseguições e prisões de opositores e inimigos políticos do governo Vargas; repressão às manifestações políticas e sociais (protestos, greves, passeatas); controle dos sindicatos; criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) em 1943, garantindo vários direitos aos trabalhadores; criação da Justiça do Trabalho, da carteira de trabalho, salário mínimo, descanso semanal remunerado, jornada de trabalho de oito horas e regulamentação do trabalho feminino de menores de idade; centralização administrativa do estado (aumento da burocracia estatal); criação de uma nova moeda, o cruzeiro; investimentos em infraestrutura e ênfase no desenvolvimento industrial (criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Companhia Vale do Rio Doce); participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados (Inglaterra, Estados Unidos e União Soviética), com o envio da FEB (Força Expedicionária Brasileira) aos campos de batalha na Itália.

Com a derrota das nações fascistas na 2ª Guerra Mundial (1945), a população (intelectuais, artistas, profissionais liberais e grande parcela da população) começou a contestar o regime ditatorial de Vargas requerendo a volta da democracia ao país. A pressão

---

<sup>22</sup> A Constituição ficou conhecida como Polaca por ter sido baseada na Constituição dominante da Polônia e influenciada pelas ideias fascistas. Essa constituição regiu o Brasil durante todo o período do Estado Novo. Foi redigida por Francisco Campos, então ministro da Justiça do novo regime e assinada por Vargas, em 10 de novembro de 1937. Seu texto foi considerado dos mais autoritários e centralistas que o país já conheceu, pois: aboliu o sufrágio universal e criou o corporativo; suprimiu a federação, o poder legislativo e o cargo de vice-presidente; o Presidente governava através de decretos-lei. Seu conteúdo era fortemente centralizador, ficando a cargo do presidente da República a nomeação das autoridades estaduais, os interventores e a esses, por sua vez, cabia nomear as autoridades municipais.

para a saída de Vargas do poder aumentava a cada dia e aos 29 dias do mês de outubro de 1945 um movimento militar, liderado por generais, depôs o político do poder.

Diante do exposto, consideramos que o governo de Getúlio foi positivo do ponto de vista econômico, pois o país conseguiu grandes avanços com a modernização industrial e os investimentos e infraestrutura. Outro saldo positivo do governo de Vargas foram os benefícios adquiridos pelos trabalhadores com leis trabalhistas. No entanto, ao analisarmos o aspecto político, vemos que o Estado Novo significou a falta de democracia, censura e aplicação de um regime de caráter populista. Nesse período da história, também, muitas das manifestações artísticas e culturais foram silenciadas pela censura para que Vargas pudesse se manter no poder.

A seguir apresentamos a análise das capas e, na sequência, das SDs, frisando que ao realizarmos uma leitura da vasta obra lobatiana, percebemos que Monteiro Lobato foi um representante legítimo das forças conflitantes que marcaram a primeira metade do século XX. Consideramos essas forças como conflitantes porque, consoante Coelho (1983, p.720), “à par do questionamento que abala as bases do sistema liberal burguês herdados do século anterior, permanece o endosso a muitos de seus valores”.

### **3.2 Cartão de visita: as capas de *O poço do Visconde***

Nesta seção são apresentadas as descrições das capas da obra *O poço do Visconde* de Monteiro Lobato. Foram delimitadas, como *corpus* introdutório, três capas (Figuras 1.1, 1.2 e 1.3) já publicadas em edições de *O poço do Visconde*. A primeira é datada de 1937, a segunda de 1956 e a terceira de 2010.

Antes de apresentar as introduções das análises, realizadas por meio das capas, para deixar claro como ocorre a análise dos objetos simbólicos com base na perspectiva discursiva e onde se almeja chegar com a referida ação, considera-se pertinente retomar Orlandi (2000, p.26).

A Análise do Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos de domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender.

Diante disso, com base nos pressupostos da AD, apresentam-se três capas da obra *O poço do Visconde*, buscando verificar com os objetos simbólicos apresentados em cada uma das capas significam, lembrando que, conforme escreveu Pêcheux (2007, p. 27): “A imagem representa a realidade, certamente; mas ela pode também conservar a força das relações sociais (e fará então impressão sobre o especulador).”

Diante disso, iniciemos a apresentação das capas da obra *O poço do Visconde*. A primeira capa selecionada (Figura 1.1), publicada em 1937 pela Companhia Editora Nacional, é a capa da primeira edição do livro. Cabe ressaltar que essa editora surgiu a partir da falência da Editora *Lobato e Cia*, fundada pelo próprio Monteiro Lobato, que chegou a desbancar as demais concorrentes do mercado.

Observa-se na figura 1.1 a capa da primeira edição da obra.

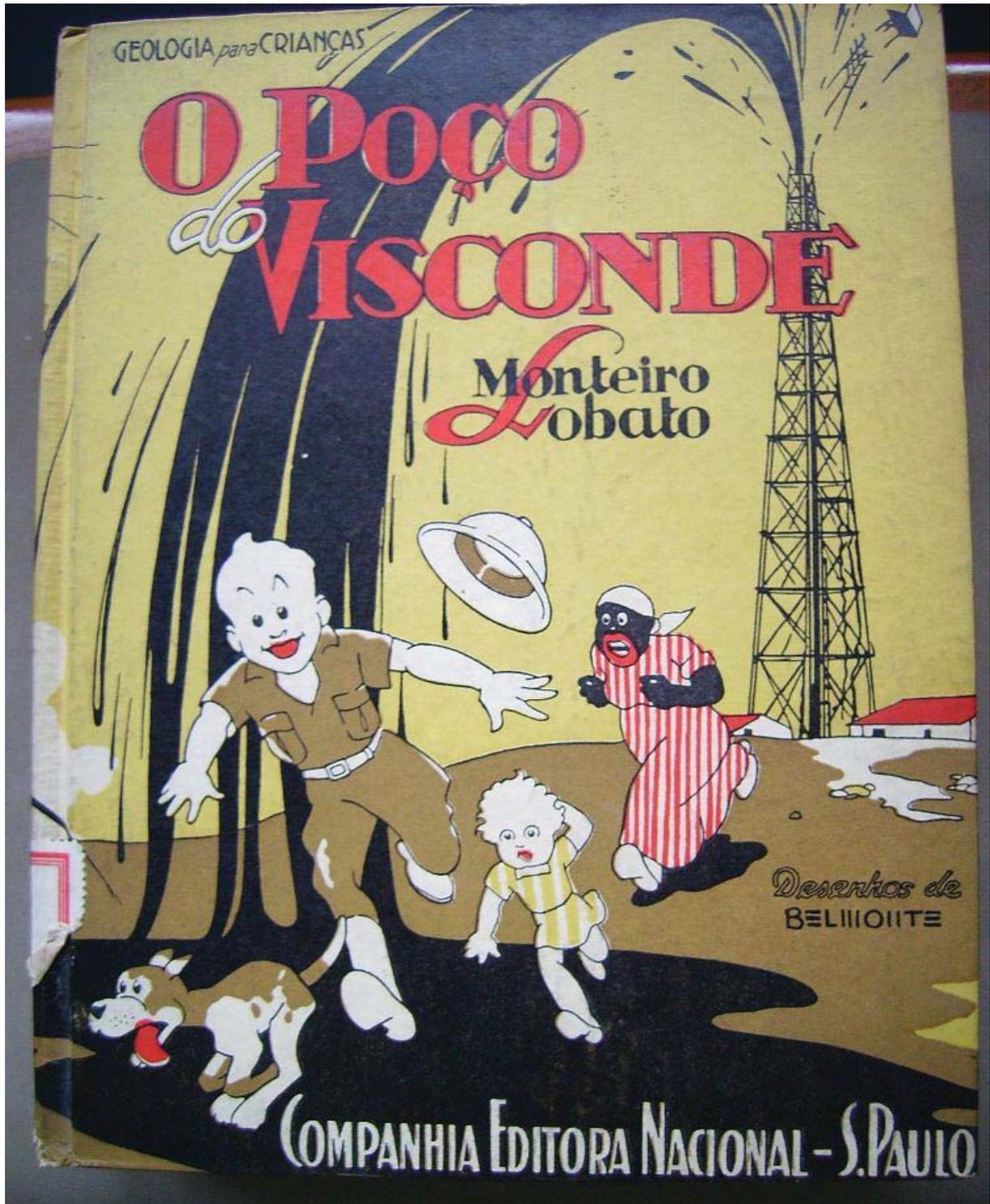


Figura 2. Capa da primeira edição do livro *O poço do Visconde*.

A ilustração da capa da primeira edição do livro foi feita por Belmonte. Para que se possa compreender a obra em sua amplitude, para que, posteriormente, a análise seja possível, faz-se pertinente a descrição detalhada dos elementos apresentados na capa, quer sejam apresentados em linguagem verbal, quer sejam apresentados em linguagem não verbal. É

preciso, também, observar os elementos que não se fazem presentes nela, pois, consoante Orlandi (2000), o dizer tem relação com o não dizer. Em todo dito há o não dito, que também significa. O não dizer pode estar representado de muitas formas, tais como no implícito e no próprio silêncio.

Sendo assim, na figura 1.1, iniciando pela descrição dos elementos apresentados em linguagem não verbal, vê-se que os personagens que aparecem na capa são, respectivamente, da esquerda para a direita, o cachorro de Pedrinho, Pedrinho, Narizinho e Tia Nastácia. É curioso que Visconde, o dono do poço, não se encontra ilustrado na capa, da mesma forma que se fazem ausentes, também, a curiosa Emília, dona Benta, Rabicó e demais animais do Sítio.

Quanto aos elementos apresentados em linguagem verbal, nessa primeira capa, o livro apresenta como título *O poço do Visconde*, no qual apenas a palavra poço é que possibilita, tendo conhecimento do conteúdo do livro, a pressuposição de que o poço do Visconde é um poço de petróleo, no entanto, se não se tem conhecimento da obra, o sentido da palavra poço pode ser outro, como poço de água, por exemplo, logo, há no título da obra um silenciamento, o conteúdo do poço: petróleo, fica (des)vendado. Essa edição da obra apresenta por subtítulo “geologia para crianças”, que pode gerar um efeito de sentido que minimiza o impacto do conteúdo da obra, pois a atenção do assunto petróleo é desviada, isto é, o petróleo, real assunto do livro, fica encoberto, possibilitando o efeito de sentido de que a obra apresenta apenas fins pedagógicos, ou seja, gera um efeito de sentido que o propósito do livro é levar até as crianças conhecimentos de geologia, ao invés de mostrar para as pessoas que, diferentemente do que afirmavam os governantes da época, há fortes indícios da existência de petróleo em solo brasileiro, o que é demonstrado ao longo da obra, com base na geologia.

Quanto à segunda capa selecionada (Figura 1.2), ela aparece na quinta edição de *O poço de Visconde*, volume 10, publicado na segunda série das *Obras Completas de Monteiro Lobato* em 1956, pela Editora Brasiliense LTDA. Destaca-se que essa versão do livro foi composta e impressa na Gráfica Urupês LTDA.

Na figura 1.2, apresentada na sequência, é possível visualizar a capa da edição de 56.

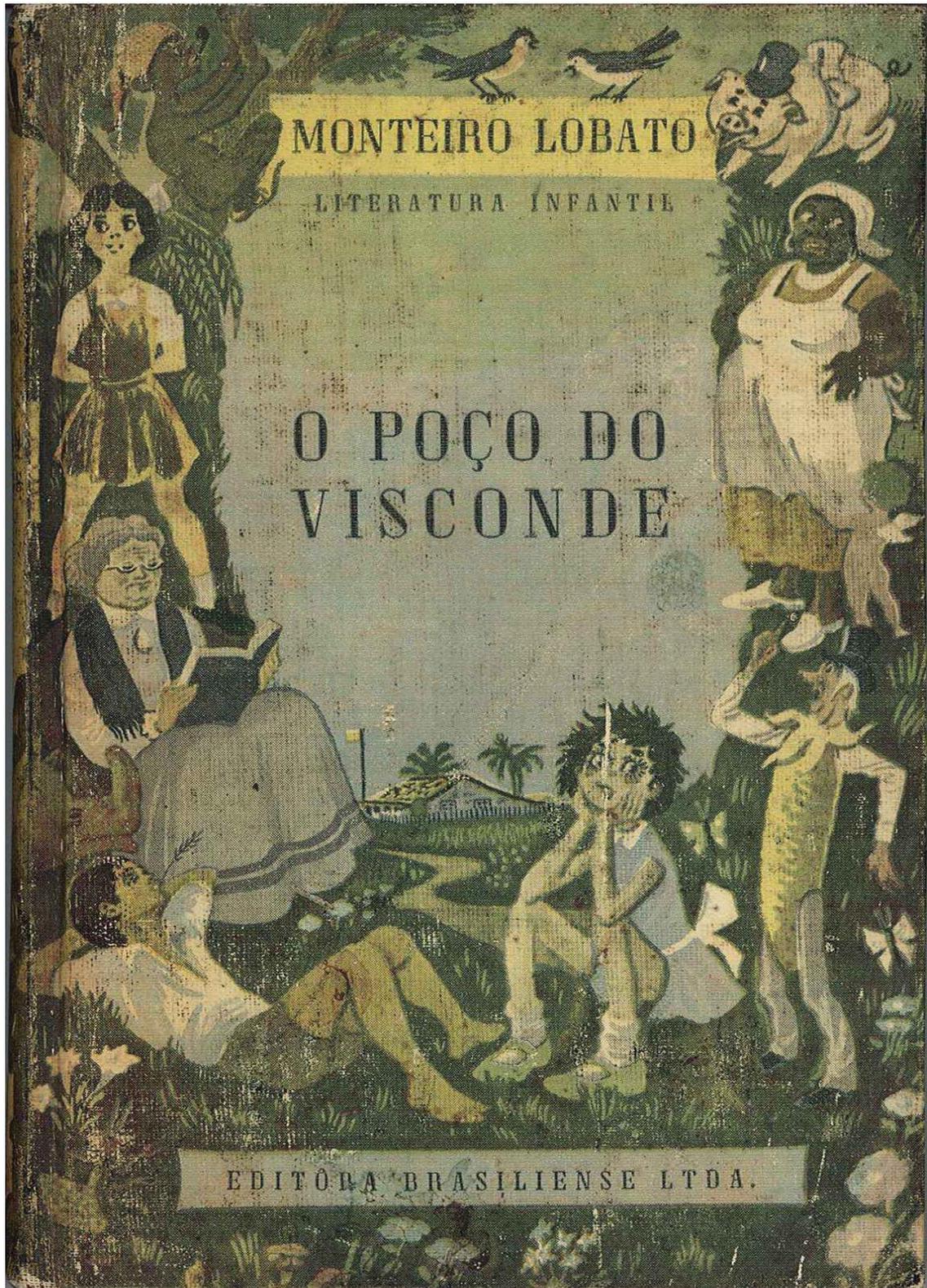


Figura 3. Capa da edição de 1956 do livro *O poço de Visconde*.

Antes de iniciar a descrição da capa para, posteriormente, adentrar na sua análise, é pertinente destacar que a ilustração da capa, como também as demais ilustrações apresentadas no livro, foram feitas por André Le Blanc.

Na capa da edição de 1956, Le Blanc faz uso de tons claros, pastéis, sem cores vivas, o que faz com que, em um primeiro olhar, conclua-se que a capa não é chamativa, ou que não teria o intuito de chamar a atenção.

Quanto aos personagens, destaca-se que os principais (Emília, Narizinho, Pedrinho, Visconde, Tia Nastácia e Dona Benta) estão presentes, no entanto apresentam uma expressão de olhar distante e não a alegria que lhes é própria, apenas Narizinho apresenta uma leve expressão de riso. Além desses personagens, há presença do Saci-Pererê, do Rabicó, famoso porco do Sítio do Pica-pau Amarelo, e de alguns animais (pássaros, borboletas). Está ausente nessa ilustração o personagem Quindim, o rinoceronte do Sítio.

Essa segunda capa traz algo de novo, não apresentado na capa original, a figura do leitor. Observa-se que Dona Benta está com um livro nas mãos, com os olhos voltados para ele, como se estivesse lendo uma história para os demais personagens. Além disso, outro detalhe importante que não pode deixar de ser analisado é que os personagens estão em meio à natureza ainda intocável, apenas se vê ao longe a casa do sítio.

Se trazidos aqui, também, os elementos apresentados em linguagem verbal, é possível perceber que a única referência feita ao poço está no título, pois, diferentemente das outras duas capas trazidas neste estudo, a imagem poço não aparece, deixando, assim, em aberto, o sentido proposto, isto é, não se faz presente, pelo contato do leitor apenas com a capa, a definição sobre o conteúdo do poço, qual seja, o petróleo.

Além do título, nessa edição de *O poço do Visconde*, a linguagem verbal é utilizada para registrar o nome do autor (Monteiro Lobato), destacado na parte superior da capa por um quadro amarelo; a expressão *Literatura Infantil*, escrita em um preto mais claro, sem maiores destaques; e o nome da editora que publicou a obra (Editora Brasiliense LTDA), na parte inferior da capa, destacada, não tanto quanto o nome do autor, por um quadro azul.

A seguir, na figura 1.3, traz-se a terceira capa selecionada, publicada no ano de 2010, pela Editora Globo. Essa edição do livro é comentada e foi enviada pelo MEC a todas as escolas públicas do estado de Santa Catarina no início do ano de 2012.



Figura 4. Capa da edição de 2010 do livro *O poço do Visconde*.

Tratando inicialmente da linguagem não verbal, é pertinente destacar que as ilustrações apresentadas no livro, bem como a ilustração da capa, foram realizadas por Osnei e Hector Gomez. Verifica-se que, das capas aqui trazidas, essa (Figura 1.3) é a mais colorida,

ou seja, os ilustradores fizeram uso de cores vivas, que destacam a livro e chamam a atenção do leitor.

Estão presentes, em destaque, na capa: o personagem Visconde, que é ilustrado surfando com o livro<sup>23</sup> de geologia sobre o petróleo que jorra do poço; a personagem Emília, que aparece correndo e olhando para o petróleo que jorra; e os personagens Pedrinho, Narizinho e Dona Benta, que estão olhando a curiosa Emília correr. Sobre estes personagens, percebe-se que, em seus rostos, expressam alegria, e que Narizinho, além de alegria, expressa espanto. Em um segundo plano, ou seja, atrás dos personagens principais, aparecem outros homens, funcionários da petrolífera.

Nessa capa, o cenário se apresenta bastante diferente do apresentado na capa de 1956, pois nesta última há forte presença de “civilização”, pois aparecem várias construções e muitos homens, operários trabalhando na busca do progresso.

Em linguagem verbal aparece, com maior destaque, o título da obra (*O poço de Visconde*) e o nome do autor (Monteiro Lobato). Com menor destaque está, logo abaixo do título, a expressão *Edição Comentada*, que indica que nessa versão são apresentados comentários a respeito do conteúdo, das informações apresentadas ao longo da obra, os nomes dos ilustradores da capa e da obra em geral. Ainda, na parte inferior da imagem, aparece o nome da editora acompanhado per seu logotipo.

Uma vez realizada a descrição das três capas, traçou-se um quadro comparativo destas, no qual são trazidas as informações, consideradas, aqui, como de maior relevância.

| <b>EDIÇÃO DE 1937</b>                             | <b>EDIÇÃO DE 1956</b>   | <b>EDIÇÃO DE 2010</b>                             |
|---|---|---|
| Publicada pela Editora Nacional;                  | Publicada pela Editora Brasiliense;                           | Publicada pela Editora Globo;                     |
| Ilustração realizada por Belmonte;                | Ilustração realizada por André le Blanc.                      | Ilustração realizada por Osnei e Hector Gomez.    |
| Utilização de cores vivas, porém sem variedade;   | Utilização de tons mais claros, sem grande presença de cores; | Utilização de cores vivas, com grande variedade;  |
| Presença do poço de petróleo;                     | Ausência do poço de petróleo;                                 | Presença do poço de petróleo;                     |
| Ausência do personagem Visconde (o dono do poço); | Presença do personagem visconde (o dono do poço);             | Presença do personagem visconde (o dono do poço); |
| Ausência do livro de Geologia.                    | Ausência do livro de Geologia.                                | Presença do livro de Geologia.                    |

<sup>23</sup> A imagem do livro está fortemente destacada nesta obra.

|   |   |  |
|---|---|--|
|   | No entanto apresenta a figura do leitor.  |  |
| Presença do subtítulo: <i>Geologia para crianças</i> ;  | Ausência do subtítulo <i>Geologia para crianças</i> ;   | Ausência do subtítulo <i>Geologia para crianças</i> ;  |
| Personagem Pedrinho com expressão de alegria, os demais com expressão de susto;   | Todos os personagens com expressão de olhar distante, apenas Narizinho que, mesmo apresentando ar distante, tem uma pequena expressão de alegria;                     | Todos os personagens com expressão de alegria;   |
| Paisagem: não há natureza (árvores, animais), apenas o chão batido e uma estrutura de extração de petróleo, sem ainda, estrutura para escoação da produção. | Paisagem: natureza inexplorada; a única marca de criação do homem é a casa simples, interiorana (traço fortemente marcado pela presença da cerca de bambu), do sítio. | Paisagem: marcada pela forte influência do homem; algumas casas; uma estrutura para extração de petróleo (com canos, ao lado, para construir a estrutura necessária para escoar a produção); homens vestidos com roupas de trabalhadores (operários); estradas; e campo desmatado. |

Quadro 1. Comparativo das capas da obra *O poço do Visconde*.

Fonte: elaboração da autora.

Cabe-nos, neste momento, apresentar algumas palavras de Pêcheux (2007), nas quais ele nos fala sobre a leitura/interpretação de imagens:

Aquele que observa uma imagem desenvolve uma atividade de produção de significação; está não lhe é transmitida ou entregue pronta. Esse estado de coisas abre, como aliás insistem em nos fazer observar, a uma liberdade de interpretação (o que quer dizer que o conteúdo “legível”, ou antes “dizível”, pode variar conforme as leituras); mas o que faz também – e não se poderia esquecer este ponto – com que a imagem comporte um programa de leitura: ela assinala um certo lugar ao espectador (ou melhor: ela regula uma série com a passagem de uma a outra posição de receptor no curso da recepção e ela pode “rentabilizar” por si mesma a competência semiótica e social desse espectador (2007, p. 28).

Diante disso, após terem sido descritas as três capas e apresentadas as palavras de Pêcheux, faz-se a análise dos dados que foram encontrados, contrapondo-os com os aspectos de exterioridade que os influenciaram. Inicia-se pelo primeiro aspecto destacado no quadro: as editoras, tendo em vista que cada uma das capas, que compõem o recorte dos elementos pré-textuais, foi publicada por editoras diferentes.

A Companhia Editora Nacional, pioneira das grandes editoras modernas brasileiras, que publicou a primeira versão da obra *O poço do Visconde*, surgiu a partir da falência da Gráfica Editora Monteiro Lobato. Lajolo (2000) conta que dos escombros e da garra de Monteiro Lobato, que, juntamente com Octales, vendeu a casa lotérica que possuíam no centro da cidade de São Paulo a fim de levantar o capital de 100 contos de réis pra investir na nova editora, é fundada em 1925, a Companhia Editora Nacional. Octales Marcondes era o responsável pela parte administrativa da editora, enquanto Monteiro Lobato era encarregado da parte editorial.

Os livros lançados pela Companhia Editora Nacional agradaram o público infantil. O primeiro aspecto ao qual é devido o sucesso das obras infantis de Monteiro de Lobato consiste no fato de Monteiro Lobato ter conseguido, após distribuir 500 livros a escolas paulistanas, vender trinta mil exemplares para o governo do estado de São Paulo. A venda foi intermediada por Alarico Silveira, então secretário da educação e amigo de Monteiro Lobato. Consoante Lajolo (2000), o secretário da educação leva o então governador do estado de São Paulo, Washinton Luís, até as escolas públicas onde o ilustre governador se sensibiliza em ver os livros doados tão surrados em virtude do uso e “faz grande compra” (2000, p. 61).

Outro aspecto que contribuiu para o sucesso das obras infantis lobatianas é o fato de o autor e editor Monteiro Lobato não medir esforços para que suas obras agradem seu público alvo, conforme descrito por Lajolo (2000, p. 61).

Ele lê e discute com a mulher e os filhos, e manda originais para o amigo Godofredo Rangel, pedindo-lhe que os dê a ler a seus alunos para ver se as histórias agradam as crianças. Na mesma busca de sintonia com seu tempo, não deixa de incorporar às histórias que inventa um lastro sólido de informações, muitas vezes coincidentes com o currículo escolar. Assim em vários de seus livros, encontramos uma escola alternativa, onde Dona Benta desempenha o papel de professora.

Lobato rompe com a literatura infantil produzida até então, criando um estilo próprio marcado na linguagem que utiliza e nos temas que aborda em suas obras. Mas isso é outro

assunto, do qual se tratará posteriormente quando será realizada a análise do texto escrito apresentado na obra *O poço do Visconde*.

Voltando para a questão das editoras, agora se pretende tratar da que publicou o livro em 1956, a Editora Brasiliense. A relação entre Monteiro Lobato e a Editora Brasiliense consiste, após sua obra infantil ter sido proibida em escolas públicas e bibliotecas e queimada em colégios religiosos, na transferência de seus títulos da Companhia Editora Nacional para a Editora Brasiliense. Fato que merece destaque nessa relação é que, em 1946, Monteiro Lobato prepara para a Editora Brasiliense a edição de suas obras completas.

A estreita relação entre Lobato e as duas primeiras Editoras aqui apresentadas (Editora Nacional; Editora Brasiliense) não se repete com a Editora Globo, que publicou a obra que tem a terceira capa aqui analisada (Figura 1.3), uma vez que Lobato faleceu em 1948 e a Editora Globo tem por data de fundação o ano de 1952.<sup>24</sup>

A Editora Globo faz parte das Organizações Globo, as quais são formadas por várias empresas: Rede Globo de Televisão, Globosat, Sistema Globo de Rádio, Infoglobo, Fundação Roberto Marinho, Globo.com, Som Livre e Geo Eventos.

Quando fundada, no Rio de Janeiro, a agora conhecida Editora Globo foi denominada de *Rio Gráfica Editora*, era comandada pela família Marinho e se constituiu como um dos maiores parques gráficos da América Latina. Nas duas décadas posteriores à sua fundação, firmou-se como editora de periódicos e quadrinhos. A partir de 1975, passou a editar títulos de escritor americano Marvel Comics.

Em 1977, 29 anos após a morte de Monteiro Lobato, a editora inaugurou as publicações dirigidas ao público infantil com a reedição das histórias de Monteiro Lobato e com o lançamento da revista infantil *Sítio do Picapau Amarelo*, lançada paralelamente à estreia do seriado infantil, também intitulado *Sítio do Picapau Amarelo*, da *TV Globo*.

Em 1983, em Porto Alegre, a família Bertaso funda a Editora Globo, que se consolida no mercado editorial e se torna reconhecida pela tradição na publicação de livros. Dois anos depois, em 1985, a Rio Gráfica Editora edita alguns livros do catálogo de literatura da editora da família Bertaso. A partir dessa publicação se iniciam os planos de compra da editora porto-alegrense, os quais se consolidam no dia 27 de agosto de 1986 quando a compra é efetivada.

A partir desse momento a editora passa a editar revistas e livros, os quais recebem o selo *Globo Livros*. Com aproximadamente 900 títulos em catálogo, a Editora Globo passa a

---

<sup>24</sup> As informações que seguem acerca da Editora Globo foram retiradas do site da própria editora (<http://corp.editoraglobo.globo.com/historia/>).

oferecer aos seus leitores títulos de autores já renomados, tais como Monteiro Lobato, Oswald de Andrade, Mario Quintana, Cyro dos Anjos, Hilda Hilst, W. Somerset Maugham, E.M. Forster e Aldous Huxley.

Ao longo de sua história, a Editora Globo lançou muitas revistas, sobre os mais variados temas. As primeiras revistas publicadas com o selo Editora Globo são: *Moda Moldes*, *Mônica* e *Chico Bento*, as quais passaram a circular já no ano seguinte, 1987. Atualmente, a Editora Globo, já consolidada no mercado editorial, com parcerias internacionais, possui revistas que são publicadas semanal e mensalmente, além de aplicativos<sup>25</sup> de mídias e redes sociais<sup>26</sup> voltadas para a literatura.

Parte-se agora para análise do segundo aspecto listado: os ilustradores. A exemplo do ocorrido com as editoras, cada obra foi ilustrada por um profissional diferente: a edição de 1937 apresenta ilustrações de Belmonte; a de 1956, de André le Blanc; e a de 2010, de Osnei e Hector Gomez.

Benedito Bastos Barreto, conhecido como Belmonte, ilustrador da capa de 1937, iniciou sua carreira trabalhando em jornais e revistas. Graças a charges e ilustrações do *Sítio do Picapau Amarelo*, conseguiu popularidade: “com as primorosas ilustrações, embalou as primeiras gerações de leitores de Lobato, contribuindo para a identidade visual de personagens como Emília, Pedrinho e Narizinho” (ANDRADE, 2012).

Belmonte apresenta uma característica peculiar que o diferencia dos demais desenhistas da época: o apelo intelectual, quase erudito apresentado em suas obras que retravam a sociedade paulistana em meio ao deboche usual dos chargistas. Belmonte desenhou para inúmeras revistas e criou diversos personagens, sendo o mais conhecido é Juca Pato, que se popularizou como porta voz das frustrações da classe média paulistana, pelas críticas que fazia ao governo de Getúlio Vargas. Tão grade foi a popularidade dessa personagem que seu nome chegou a ser estampado em rótulos de produtos e a fazer parte das letras das marchinhas de carnaval. Durante a Segunda Guerra mundial, esse ilustrador tornou-se conhecido mundialmente ao chamar a atenção do nazista Goebbels pelas charges que satirizavam a ditadura alemã, chegou a ser acusado pelo Ministro da Propaganda de Hitler de

---

<sup>25</sup> *Revista Época* lança, em 2010, aplicativo para iPad, o qual possibilita a leitura da publicação no tablete da Apple.

<sup>26</sup> Em 2011 a Editora Globo lança *O mundo do Sítio*, primeira rede social infantil inspirada nas obras de Monteiro Lobato.

receber dinheiro dos aliados ingleses e norte-americanos para desmoralizar a Alemanha (ANDRADE, 2012).

André le Blanc, profissional que ilustrou a edição de *O poço do Visconde* publicada em 1956, nasceu no Haiti em 1921 e foi educado nos Estados Unidos. Na década de 1940 se tornou um dos assistentes de Will Eisner no *Script*. Em 1947, casado com uma brasileira, Le Blanc chegou ao Brasil, onde se adaptou rapidamente. Firmou-se como um dos principais ilustradores do mercado. Já no princípio de sua carreira no Brasil, tornou-se ilustrador da obra infantil de Monteiro Lobato. Durante décadas, foi Le Blanc quem deu cara aos personagens do Sítio, o único livro de Lobato que não ilustrou foi *Os doze trabalhos de Hércules*. Salienta-se que Le Blanc, por certo tempo, ilustrou, mas teve suas criações assinadas por outros artistas (PATATI, 2011).

A capa de 2010 foi ilustrada por dois profissionais vinculados à Editora Globo, Osnei e Hector Gomez. Este, Hector Gómez Alisio, nasceu na Argentina em 1953 e, desde 1976, mora em São Paulo. Trabalhou como ilustrador para inúmeras agências de publicidade, nas principais revistas do Brasil, para editoras de livros e fez *story boards* para filmes. Foi diretor criativo das agências HiperMídia, Ogilvy e Tesla e seus trabalhos participaram de exposições individuais e coletivas. Atua no mercado norte-americano desde 1992 e colaborou com importantes editoras, como Marvel e DC (ALISIO, 2007).

Osnei Furtado da Rocha, conhecido popularmente como Roko entre o público jovem e adulto, ou como Osnei entre o público infantil, ilustrou a edição de 2010 de *O poço de Visconde*. Iniciou sua vida de ilustrador em 1972, na área de publicidade, na cidade de Londrina, no Paraná. Posteriormente foi morar em São Paulo, onde trabalhou por dois anos no Departamento de Arte da extinta Christian Gray Cosméticos, como *layout-man*. Em 1976 teve sua primeira incursão nos quadrinhos, no Folhinha de São Paulo. No mesmo período começou a atuar no editorial, contribuiu, como chargista ou cartunista, para diversas revistas, como as já extintas Status, Psiu!, Placar, Homem etc. e as ainda em circulação Playboy, Veja, Sítio do Pica-Pau Amarelo - Revista da TV, entre outras. Posteriormente, em 1989, começou a ilustrar livros didáticos e de literatura infantil e juvenil para editoras como Moderna, FTD, Ática, Saraiva, Vale Livros, Brinque Book etc. Ilustrou inúmeras capas para revistas, livros, discos e histórias em quadrinhos. Como quadrinista, desenhou algumas histórias para o Brasil (Porrada, Pau Brasil e Metal Pesado) e mercado americano, como Caddilacs & Dinosaurs e Warp Graphics. Durante mais de trinta anos de carreira, também criou inúmeros personagens para a publicidade e áreas institucionais, além de *storyboards* para filmes publicitários, cenários para desenhos animados, ilustrações para embalagens de brinquedos (Grow,

Glasslite, Gulliver), escolar (Faber-Castell), têxtil etc. Além disso, ilustrou e ilustra para internet por meio de bureaus, além de cursos de desenho e ilustração ministrados para leigos e profissionais da área (ROCHA, 2006).

Encontra-se, em uma SD da obra *O poço do Visconde*, na fala de Tia Nastácia, a descrição da paisagem ilustrada na capa de 2010.

**SD 04** — Nossa Senhora! — exclamou tia Nastácia ao ver a torre de perto. — Quanto ferro! Neste andar Seu Pedrinho muda o "semblante" do sítio, Sinhá. A coisa já está ficando que a gente não conhece mais nada. Virando uma cidadinha estrangeira, com essas casas de operários e o "bangalão" do Mister. E as caras? Tudo esquisito. Aquele ali, vermelho como um presunto. Aqueles lá, de cabelo igualzinho cabelo de milho novo. Credo!... (LOBATO, 1956, p. 121)

Quando relacionamos a materialidade linguística da SD04, tais como: torre e ferro; muda o semblante do sítio; a gente não conhece mais nada; cidadinha estrangeira; casas de operários, bangalão; e as caras? Tudo esquisito, com os elementos apresentados na capa: casas de operários, livro, estrutura para extração de petróleo, canos para construir a estrutura para escoar a produção; homens vestidos com roupas de trabalhadores (operários); estradas; campo desmatado, enfim, elementos da civilização, do urbano, verificamos que ambos (capa e SD) exploram a ideia do progresso, representado pelos elementos que acabamos de citar, e dos estrangeirismos, representado pela mistura étnica (cabelos, cores da pele).

Diante disso, podemos afirmar que os elementos pré-textuais<sup>27</sup> do livro, no caso em questão, as capas, trazem uma antecipação<sup>28</sup> daquilo que o livro trará, fazendo com que o leitor crie um imaginário sobre o livro. Sendo assim, as capas, pelo mecanismo da antecipação, criam um efeito de sentido sobre o leitor. Retomando o comparativo traçado no quadro 1, percebemos que, cada uma delas traz, enfatiza e, logo, antecipa efeitos de sentido diferentes, criando três diferentes imaginários sobre uma mesma obra, por exemplo, pensando a questão da presença do livro nas capas, já que os leitores de *O poço de Visconde* são crianças, o público a que se destina a obra é o infantil, que por sua vez, são leitores em

<sup>27</sup> Apesar de as capas serem textos, em linguagens verbal e não-verbal, consideramo-las como elementos pré-textuais em virtude de elas precederem a narrativa de *O poço do Visconde*.

<sup>28</sup> A AD concebe o mecanismo de antecipação como a capacidade do sujeito de se projetar no lugar do outro para adiantar-se, isto é, o mecanismo de antecipação possibilita que o sujeito se antecipe ao dizer do outro pela imagem que tem de seu interlocutor e, também, do que supões ser o referente para o seu outro no discurso.

formação, teremos que, na edição de 1937, não há imagens de livros na capa, na de 1956 o livro aparece nas mãos de um leitor, sem grande ênfase a ele, enquanto que na versão mais recente, de 2010, temos o livro em destaque, acima do petróleo, servindo de base para o grande sábio da história: Visconde.

Consideramos pertinente, neste momento, retomar Orlandi (2010), quando trata do efeito metafórico que, conforme destaca, situa a questão do funcionamento na relação do discurso com a língua, sendo um fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual que designa os sentidos, pois, nessa base, temos um efeito metafórico, uma vez que deslocamos o contexto de base física, para base teórica que sustenta, não o corpo físico de Visconde, mas a ideias defendidas por ele.

Além disso, destacamos que, nas capas de 1937 e 2010, não há a figura do leitor. Podemos entender a isso como um silenciamento. Orlandi (1995), em seu livro *As formas do silêncio*, nos diz que o silêncio-local é a censura, isto é, aquilo que é proibido dizer em determinada conjuntura, ainda, conforme a autora, o silêncio evidencia o que não pode ser dito para poder dizer, sendo, assim, chamado de “constitutivo”.

Na sequência da obra há, novamente, alusão à paisagem apresentada na capa publicada em 2010.

**SD 05** Pedrinho conduziu-o à sonda. Assim que viu aquele acampamento petrolífero, com uma torre aprumada para o céu, e máquinas de todos os lados, e oficinas e casas de operários, o repórter amarelou. (LOBATO, 1956, p. 167).

Partindo do pressuposto de que a capa é o cartão de visita do livro, pois é por meio dela que o leitor estabelece o primeiro contato visual com a obra. Consideramos, então, que trazer na capa a reprodução visual (ilustração) de determinadas SDs é um mecanismo de criação de uma espécie de identidade da obra, pois possibilita aos leitores a construção de um imaginário sobre a história trazida no livro. E por isso é que trouxemos as capas e as reflexões sobre cada uma delas, pois elas nos permitem verificar que imaginário de obra foi almejado em cada uma das três capas publicadas em três períodos diferentes da história, isto é, nos permite ver quais foram os aspectos enfatizados em cada uma delas e o que esses aspectos significam quando os contrapomos a suas exterioridades constitutivas. Enumeramos, a seguir, alguns desses aspectos relevantes e sua relação com a história: o subtítulo *Geologia para crianças*, que está presente apenas na primeira edição, 1937, o que remete à cultura da literatura utilitária, com a função de transmitir valores morais e/ou informativos que se tinha em 1937; a

figura do leitor, apresentada na edição de 1956, a qual remete à proposta de formação de leitores; a expressão dos personagens, que traz à tona a relação das pessoas, em cada período, com o petróleo; a paisagem apresentada em cada uma, que remete a um imaginário da relação do petróleo com o meio ambiente.

Na próxima seção apresentamos as SDs agrupadas por temáticas de cunho social, político e econômico. Nelas destacamos as regularidades com objetivo de verificar o como elas significam, destacando as influências que a história e a política de 1937 exercem sobre o discurso contido no livro *O poço do Visconde*.

### **3.3 As sequências discursivas em O poço do Visconde**

Nesta seção, analisamos o discurso apresentado na obra *O poço do Visconde*, 10º volume da 2ª série (Literatura infantil) das obras completas de Monteiro Lobato, publicada em 1956 pela Editora Brasiliense, obra que compõe o *corpus* deste estudo. Optamos pela versão de 1956 para a realização desta pesquisa por ela ser a mais antiga versão do livro a que tivemos acesso durante o processo de produção da dissertação.

A seguir apresentam-se as SDs (materialidade linguística-discursiva) da obra *O poço do Visconde*, como já referido no início deste capítulo, divididas por temáticas, que, por sua vez, são apresentadas em cada uma das subseções.

Na primeira subseção são analisadas 16 SDs, que vão da SD06 à SD21, as quais foram agrupadas a partir da temática: resistência à produção de petróleo no Brasil. A segunda subseção apresenta 15 SDs, que vão da SD22 à SD36 e que abordam a relação entre Brasil e Estados Unidos. Na subseção 3.3.3 apresentamos 06 SDs, da SD37 à SD44, as quais tratam das questões dos interesses estrangeiros no petróleo brasileiro. Na subseção seguinte, 3.3.4, abordamos o processo de culturalização e enfatizamos a questão do uso do discurso pedagógico, por meio de 11 SDs, que vão da SD43 à SD53. Na subseção 3.3.5 são trazidas 06 SDs, da SD54 à SD59, as quais fazem alusão aos países produtores de petróleo, e constroem um imaginário de que graças ao petróleo esses países avançam social e economicamente. Na última subseção, por meio de 11 SDs, compreendidas desde a SD60 até a SD70, analisamos as ocorrências de petróleo no Brasil. Para melhor visualização da organização das SDs ilustramos um esquema:

| <b>RECORTES</b>                                 | <b>SEQUÊNCIAS<br/>DISCURSIVAS DE O<br/>POÇO DO VISCONDE</b> | <b>NÚMERO<br/>DE SDs</b> |
|---|---|--------------------------|
| Resistência ao científico.                      | SD06 à SD21   | 16 SDs                   |
| Relação entre Estados Unidos e Brasil.          | SD22 à SD36   | 15 SDs                   |
| Interesses estrangeiros no petróleo brasileiro. | SD37 à SD42   | 06 SDs                   |
| Processo de culturalização.                     | SD 43 à SD53  | 11 SDs                   |
| Alusão aos países produtores de petróleo.       | SD54 à SD59   | 06 SDs                   |
| Ocorrências de petróleo no Brasil.              | SD60 a SD70   | 11 SDs                   |

Quadro 2. Os recortes e a organização das SDs.

Fonte: elaboração da autora.

Nas seis subseções que compõem este capítulo, analisaremos vários aspectos, dentre os quais o funcionamento do discurso lúdico e do discurso pedagógico, o discurso-transverso, as FDs científica<sup>29</sup>, americana<sup>30</sup>, governamental<sup>31</sup> e petroleira<sup>32</sup>, as PS assumidas pelos sujeitos discursivos, o assujeitamento ideológico, o interdiscurso, as categorias de hipótese e de exemplificação, dentre outros aspectos isolados. Salientamos que em cada subseção analisaremos alguns desses aspectos, conforme as materialidades linguísticas das SDs trazidas nelas requerem para a realização dos gestos de interpretação do *corpus*.

### 3.3.1 Resistência ao científico

Nesta subseção, inicialmente, analisamos as SDs de 06 a 11, que tratam da exploração do petróleo no Brasil. Elas estão organizadas com base em regularidades, quais sejam: a

<sup>29</sup> Diz respeito ao conhecimento científico, é utilizada no discurso como meio de fundamentar e fortalecer o discurso da FD petroleira.

<sup>30</sup> Representa, no discurso, a FI norte-americana, que visa a exploração das riquezas brasileiras.

<sup>31</sup> Representa, no discurso, a posição ocupada pelo Governo Vargas, frente às questões que dizem respeito a exploração do petróleo brasileiro.

<sup>32</sup> Refere-se às ideias daqueles que defendem que a extração do petróleo brasileiro é uma necessidade e, além disso, apontam-na como uma saída para atraso econômico do Brasil.

relação com o estudo, a divisão social a qual se liga diretamente a personagem Tia Nastácia (analfabeta, antipetróleo) e o personagem Visconde (sábio, defensor do petróleo)<sup>33</sup>.

**SD 06** Se este sabugo de cartola produzisse pipocas em vez de ciência, seria muito melhor. (Tia Nastácia) (LOBATO, 1956, p. 04).

**SD 07** Pedrinho arrumou a sala como um anfiteatro de escola superior. Um tamborete em cima da mesa ficou sendo a cátedra do mestre. Na primeira fila de cadeiras sentaram-se Narizinho, Emília e ele. Na segunda, Dona Benta e tia Nastácia. Pedrinho fez questão de que a pobre negra também se formasse em geologia. Naquela noite, logo que todos se reuniram, Pedrinho plantou o geólogo na cátedra. (Narrador)

— Nivele as extremidades e comece, Senhor Visconde. (Pedrinho)

O sábio assim fez; depois de apoiar os pés na geologia, erguendo-os ao nível da cartolinha [...] (Narrador) (LOBATO, 1956, p. 07).

**SD 08** Todos concordaram que a lição do Visconde fora boa, exceto tia Nastácia. A negra dormira o tempo inteiro. E quando Narizinho a censurou por causa disso, respondeu com a maior sinceridade: (Narrador)

— Pra que ouvir, menina? Não entendo nada mesmo... (Tia Nastácia) (LOBATO, 1956, p. 18).

**SD 09** Tia Nastácia também veio, mas nem esperou o começo. Tratou logo de tirar uma boa soneca. (Narrador) (LOBATO, 1956, p. 19).

**SD 10** Depois, voltando-se para tia Nastácia, que cochilara o tempo inteiro: (Narrador)

— Que tal está achando a geologia do Visconde? (Dona Benta) — perguntou.

Tia Nastácia abriu uma enormíssima boca vermelha e respondeu bocejando: (Narrador)

— Ele só fala em peixe podre, Sinhá. Peixe há de ser fresquinho. Quanto mais fresco, melhor. E se vem ainda vivo, como aquele surubi que o Coronel Teodorico mandou outro dia, então ainda melhor... (Tia Nastácia) (LOBATO, 1956, p. 30).

---

<sup>33</sup> Esse imaginário criado para os personagens, isto é, essas características que cada um deles apresenta, é construído por meio das regularidades linguísticas que analisaremos nesta subseção.

- SD 11** O Visconde berrou para tia Nastácia que lhe trouxesse o quadro-negro e o giz. A preta saiu, estonteada de sono (o quadro—negro morava no quarto de Pedrinho), e voltou resmungando: (Narrador)  
— Peixe, peixe podre, peixe seco, esqueleto de peixe... Para que serve esse lixo? Bobagem... (Tia Nastácia) (LOBATO, 1956, p. 39).

Destacamos, nas sequências 06, 07, 08, 09, 10 e 11, a relação com o estudo, a qual constitui uma das regularidades linguísticas que funcionam como determinação de certo tipo de saber, no caso, o científico. Como já citado quando abordamos as CPs, a literatura infantil, durante a década de 1930 e em período posterior, era tida como mecanismo de ensino: artefato pedagógico para se trabalhar os conteúdos escolares. No entanto, após Lobato e suas produções literárias, essa visão mudou, pois ele produziu uma literatura diferente. Lobato via as crianças enquanto crianças e não como mini adultos, em virtude do que suas obras foram escritas pensando nas crianças e sua literatura é voltada diretamente para esse público, de maneira especial, para as crianças do Brasil. Escreveu suas histórias com linguagem de fácil compreensão e carregada pelo pedagógico e lúdico. Lobato mostrou uma clara preocupação em escrever algo que agradasse o público infantil, tanto é que pedia a seus filhos que lessem seus livros antes de serem publicados, no intuito de verificar se a obra teria aceitação de seu público alvo.

Orlandi (2009), em sua obra *Linguagem em funcionamento*, aborda questões do discurso pedagógico e afirma que este se constitui como discurso do poder por abordar a questão pergunta e erro, contexto em que o aluno precisa saber a resposta exata e no qual o não saber significa, inflexivelmente, cometer um erro. É essa inflexibilidade que faz emergir o autoritarismo no discurso pedagógico.

Na obra aqui analisada há presença desse discurso pedagógico. Visconde ocupa o lugar do professor, sobre o qual já é cristalizada uma imagem de dominante, enquanto aos outros cabe aprender para que, posteriormente, consigam reproduzir na prática os seus ensinamentos. Além do aspecto autoritário do discurso pedagógico, destacamos que Lobato utiliza uma linguagem bastante didática, trazendo vastas explicações sobre ciência e geologia, aspecto que remete, também, à literatura utilitária.

Cabe destacar que, na obra de Lobato, o “ensino” se dá, também, em um ambiente externo à sala de aula, no contexto que constitui o cotidiano dos personagens do Sítio. Nessa situação é observado um ponto de tensão que o ambiente formal da escola, da sala de aula, cria para o indivíduo, uma vez que coloca em questão ciência e não ciência, o distanciamento

entre a cátedra e o aprendiz e também a necessidade de estudos do solo para explorar e produzir petróleo.

Por outro lado, vale observar que as SDs apontam para outra questão, que é a divisão de classes. Como podemos observar na SD 07, em que os personagens são organizados hierarquicamente como em uma sala de aula, à frente está Visconde, o professor, aquele que ocupa posição de domínio em razão de deter o conhecimento, e logo após, Narizinho, Emília e Pedrinho, os quais estão, diretamente, interessados nos ensinamentos, pois é deles o interesse na perfuração dos poços. Na última fila encontram-se Dona Benta e Tia Nastácia, que, apesar de estarem envolvidas na trama, não possuem interesse direto no petróleo, além disso, salientamos, com base no trecho da SD07: “Pedrinho fez questão de que a pobre negra também se formasse em geologia”, que a Tia Nastácia não se fazia presente por vontade própria, mas por estar cumprindo ordens. Logo, ela é apresentada como sujeito de resistência em relação ao científico, como possível comprovar pelas marcas linguísticas *exceto; dormira; não entendo nada* (SD08); *tirar uma boa soneca* (SD09); *cochilara o tempo inteiro; respondeu bocejando* (SD10); *estonteada de sono* (SD11), nas quais são descritas ações que Tia Nastácia realiza em sala de aula e que não são apropriadas a esse ambiente. Como podemos observar, Tia Nastácia aparece sempre na condição desinteressada e, em virtude disso, manifesta-se contrariamente à produção e petróleo e ao progresso almejado, reagindo, por vezes, com indiferença ou, em algumas passagens, com espanto às descobertas e aos ensinamentos, conforme observaremos nas SDs 12 a 14. Outro aspecto que destacamos é a divergência de ideias entre a negra e o Visconde e, nessa perspectiva, destacamos mais algumas SDs.

**SD 12** Tia Nastácia arregalou os olhos, murmurando: (Narrador)

— Credo! (Tia Nastácia) — e como o relógio marcasse nove horas, foi se levantando. (Narrador) (LOBATO, 1956, p. 42).

**SD 13** — Ah, se nós descobríssemos um Cerro Azul aqui no sítio de vovó! — suspirou Narizinho. — Eu só queria ver a cara de assombro de tia Nastácia... (Narizinho) (LOBATO, 1956, p. 54).

**SD 14** Todos se levantaram. Tia Nastácia, que dormira o tempo inteiro, ainda estava nos peixes; e certa de que o Visconde só falara de peixes fósseis, retirou-se

resmungando: (Narrador)

— Peixe, peixe seco, peixe podre. Para que serve isso? Peixe há de ser pescado ali na horinha. Bobagem... (Tia Nastácia) (LOBATO, 1956, p. 56).

Nessas sequências é possível perceber duas posições bastante diferentes assumidas por dois personagens: Tia Nastácia e Visconde. Em praticamente todas as SDs trazidas nesta subseção há referência à Tia Nastácia ou mesmo à fala da própria personagem, nas quais Tia Nastácia é mostrada como uma pessoa de pouca instrução, que não possui interesse em adquirir conhecimentos científicos e que, além disso, se posiciona em algumas situações de maneira indiferente (perceptível nas marcas linguísticas: que dormira o tempo inteiro; ainda estava nos peixes; que cochilara o tempo inteiro; pobre negra) e em outra contrária à extração de petróleo (perceptível nas marcas linguísticas: arregalou os olhos, murmurando; a cara de assombro de tia Nastácia; Lá vem vindo tia Nastácia com as pipocas — essas inimigas das aulas...). Já o personagem Visconde, que é caracterizado de maneira bem diferente, pois ocupa o lugar de cientista, de professor, de quem sabe o que ensina, assume, assim, uma posição divergente da de Tia Nastácia, conforme podemos observar nas SDs 15 a 23.

**SD 15** — O Brasil poderá suceder aos Estados Unidos na produção do petróleo (Visconde) — disse o Visconde, que apesar de simples sabugo, raciocinava melhor que os milhões de rabanetes bípedes que andavam por aí negando o petróleo. (Narrador) (LOBATO, 1956, p. 60).

Da SD15 destacamos a expressão nominal *rabanetes bípedes*, a qual funciona metaforicamente, pois o que temos aqui não é uma referência ao legume rabanete, mas uma alusão as seres vivos que parecem não possuir cérebro, agem como se não pensassem e, ao aliar a esse termo (rabanetes) a palavra bípedes, se constitui uma referência aos seres que andam sobre duas pernas. Sendo assim, essa marca linguística se constitui como crítica direta àqueles que negam a existência do petróleo, que, no contexto dado, eram os governantes brasileiros, mais especificamente Getúlio Vargas, então presidente da República. O efeito metafórico envolvido, como já citado na subseção anterior com base em Orlandi (2010), se dá por meio da substituição contextual que ocasiona um deslocamento do sentido designado por *x* e *y*.

Ainda, pela SD 15, podemos perceber a tentativa de convencer os governantes sobre a exploração de petróleo do Brasil, visto que um aspecto bastante frisado na obra é a resistência

dos administradores do governo e dos governantes em relação à exploração de petróleo brasileiro. Resistência esta que ocasionou, como já citado nesta dissertação, a censura da obra de Lobato *O escândalo do Petróleo e do Ferro*, publicada antes de *O poço do Visconde*. Nas SDs que seguiremos teremos falas de outros personagens, que não o Visconde, que ocupam posições sociais diferentes da dele e que abordam a relação do governo brasileiro com a extração do petróleo no/do Brasil.

**SD 16** — Pudera! — gritou Emília. — Num país onde até os ministros não pensam em petróleo, ou quando falam nele é para negar, só mesmo dando a palavra a um sabugo. Viva o Senhor Visconde do Poço Fundo! (Emília) (p. 62)

— Isso mesmo! Eu, se pudesse, pegava num martelo e embutia na cabeça de todos os brasileiros estas palavras: *O ferro é a matéria-prima da máquina, e o petróleo é a matéria-prima da melhor energia que move a máquina. E como só a máquina aumenta a eficiência do homem, o problema do Brasil é um só: produzir ferro e petróleo para com eles ter a máquina que aumentará a eficiência do brasileiro. Tudo mais é bobagem.* (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 69).

**SD 17** — Amanhã — respondeu o sábio. — Lá vem vindo tia Nastácia com as pipocas — essas inimigas das aulas... (Visconde)

Era verdade. Tia Nastácia vinha entrando com uma peneira de pipocas. (Narrador)

— Vivam as pipocas geológicas de tia Nastácia! — berrou Emília.

— Deixe de brincadeiras com os velhos e trate de encher o papo, sua sapeca! (Tia Nastácia) — ralhou a negra.

Estavam da pontinha as pipocas de tia Nastácia, de modo que todos se atiraram à peneira, concordando lá por dentro que se o Visconde era um sábio interessante, tia Nastácia era interessantíssima quando o arrolhava com pipocas. (Narrador) (LOBATO, 1956, p. 71).

**SD 18** O Visconde ia responder quando soou o berro de tia Nastácia lá longe: (Narrador)

— A janta tá na mesa, cambada! Tem lambari frito... (Tia Nastácia) Na voz de lambari frito, os meninos esqueceram a Geologia e botaram-se para casa, na volada. Só ficou por ali, pensativo, de mãozinha no queixo, o grande sabugo geológico. (Narrador) (LOBATO, 1956, p. 90).

- SD 19** — Não sei se este homem merece confiança. Pode ser um agente dos tais trustes que não querem que o Brasil tenha petróleo; pode ser um perfurador subornado, que venha sabotar o nosso poço... (Qindin) Os meninos ficaram apreensivos. Muito sério o perigo, na realidade. No negócio do petróleo dão-se traições tremendas, sabotagens, incêndios, mortes trágicas... (Narrador) (LOBATO, 1956, p. 111 e 112).
- SD 20** Quando Narizinho explicou a tia Nastácia o que era aquilo, a negra fez cara triste. (Narrador)
- Tenho dó das minhocas — disse ela. — Esses malvados estão macetando as coitadinhas... (Tia Nastácia)
- Boba! Lá na profundidade em que o trépano está não existem minhocas — só rochas. (Narizinho)
- Credo! (Tia Nastácia) — murmurou a negra, que não sabia o que era rocha. (Narrador) (LOBATO, 1956, p. 122 e 124).
- SD 21** Pedrinho também mostrou o aço granulado a tia Nastácia, na cozinha. Mas foi inútil. A negra riu-se. (Narrador)
- Isto é chumbo de caçador, menino. Não está vendo? (Tia Nastácia)
- [...]
- Pedrinho contou o caso a Dona Benta, achando que só à força de trépano seria possível abrir aquela cabeça dura. (Narrador) (LOBATO, 1956, p. 130).

Percebe-se, nas SDs apresentadas nesta subseção, que algumas das regularidades destacadas se referem à Tia Nastácia, que, em suas falas, ou mesmo nas falas do narrador sobre ela, apresenta ideias indiferentes e até mesmo contrárias à produção de petróleo. Visconde, por sua vez, aparece como o grande sábio e defensor da extração de minérios. Dessa forma, se estabelecem aqui, com base na teoria da AD, duas PS discursivas opostas, isto é, enquanto o personagem Visconde ocupa, no discurso, a posição do bom sujeito – por estar filiado à primeira modalidade de tomada de posição de que trata Pêcheux (1995), em relação a FD petroleira, pois é defensor das ideias de extração de minérios –, Tia Nastácia ocupa o lugar do mal sujeito, aquele caracterizado pela terceira modalidade de tomada de posição, a de desidentificação para com a FD estatal, pois o sujeito rompe com as saberes nela apresentados e se filia a outra FD, nesse caso, a FD governamental.

Destacamos, também, a marca linguística em que Tia Nastácia se remete ao Visconde de maneira grotesca, pejorativa: sabugo de cartola (SD06), como tentativa de desprestigiar a fala do sábio. Podemos traçar algumas reflexões, contrapondo os aspectos linguísticos da obra à posição assumida pelo governo Vargas diante do projeto de produção de minérios e à posição assumida por Lobato frente a mesma questão, pelo funcionamento discursivo, pois ressoa memória e nos faz retomar aqui o conteúdo da carta (ANEXO A) escrita em 19 de agosto de 1935, em que Lobato se dirige a Vargas denunciando que estão dificultado a obtenção da autorização necessária para que seja publicado o decreto que autoriza a Cia Petróleo do Brasil a desenvolver suas atividades na busca pelo petróleo. Lobato segue falando sobre os norte-americanos que foram contratados pela companhia para realizar os estudos e diz que, em virtude da não liberação, os estudiosos não conseguiram realizar seus trabalhos, o que representa, para Lobato, uma perda imensurável para o Brasil, que não se beneficiaria das vantagens que obteria com as provas que seriam realizadas pela companhia. A partir disso, Lobato critica os funcionários do governo, acusando-os de sabotar, por meio da burocracia, os projetos da Cia Petróleo do Brasil, e solicita ao Presidente Vargas que intervenha frente à questão.

Temos, como possível visualizar nas SDs, a personagem Tia Nastácia representando a PS filiada à FD governamental (aquela que sabota, burocraticamente, o petróleo), uma vez que suas ideias, seus pontos de vista são contrários à exploração de minérios. Do mesmo modo, o governo Vargas apresenta resistência quanto a perfurações de poços de petróleo e, muito mais que isso, nega a existência de petróleo em solo brasileiro, além de censurar aqueles que defendem posicionamento diverso do seu, grupo no qual Lobato está inserido. Abordar, em 1937, a posição do governo na fala de uma negra, que se coloca como indiferente a essas questões, constitui uma maneira inteligente encontrada pelo enunciador da obra de driblar a censura, pois mostra que o governo está errado e agindo com ignorância, de maneira amena, sem chamar atenção e sem parecer agressivo.

Destacamos ainda que parte das SDs que compõem o recorte 3.3.1 apresenta relações parafrásticas, conforme descrito no esquema que desenvolvemos na sequência.

| Matriz do sentido              | Estruturas linguísticas que remetem à relação parafrástica  |
|--------------------------------|---|
| <b>CONHECIMENTO CIENTÍFICO</b> | SD 06: ciência.<br>SD 07: anfiteatro de escola superior; cátedra do mestre; se formasse.<br>SD 08: lição do Visconde.<br>SD 09: esperou o começo (da aula).<br>SD 10: geologia.<br>SD 11: o quadro-negro e o giz.<br>SD 12: relógio marcasse nove horas.<br>SD 13: descobríssemos.<br>SD 15: raciocinava.<br>SD 16: dando a palavra; embutia na cabeça.<br>SD 17: sábio;<br>SD 18: responder; o grande sabugo geológico.<br>SD 19: merece confiança.<br>SD 20: explicou.<br>SD 21: mostrou; contou. |

Quadro 3. Relações parafrásticas que remetem ao científico.

Fonte: elaboração da autora.

Como podemos ver, as SDs estabelecem relações parafrásticas entre si, pois todas remetem a uma mesma matriz de sentido, neste caso o conhecimento científico. Cada SD, a sua maneira, faz alusão ao conhecimento científico a fim de levantar argumentos favoráveis à exploração de petróleo, os quais aumentam o poder de convencimento para a exploração de petróleo. Para contrastar, desenvolvemos o quadro 4, no qual apresentamos trechos dessas mesmas SDs que remetem ao não científico, que apresentam resistência ao científico e, por consequência, à exploração do petróleo.

| Matriz do sentido | Marcas linguísticas das SDs que remetem à relação parafrástica   |
|-------------------|--|
| NÃO CIENTÍFICO    | SD 06: sabugo de cartola produziu pipocas em vez de ciência.<br>SD 08: Todos concordaram que a lição do Visconde fora boa, exceto tia Nastácia; Pra que ouvir, menina? Não entendo nada mesmo...<br>SD 09: Tratou logo de tirar uma soneca.<br>SD 10: tia Nastácia, que cochilara o tempo inteiro.<br>SD 11: Para que serve esse lixo?<br>SD 12: Credo!; foi se levantando.<br>SD 13: cara de assombro de tia Nastácia...<br>SD 14: Tia Nastácia, que dormira o tempo inteiro; Bobagem!<br>SD 17: inimigas das aulas.<br>SD 18: esqueceram a geologia; |

Quadro 4. Relações parafrásticas que remetem à resistência ao científico.

Fonte: elaboração da autora.

Contrapondo os trechos trazidos nos quadros 3 e 4, percebemos, novamente, as posições-sujeito conflitantes. O principal conflito, como já citamos nesta análise, se dá entre Visconde e Tia Nastácia, com Visconde filiado à FD científica, pois é representado na obra como um sábio, um geólogo, alguém em quem se pode confiar, enquanto Tia Nastácia ocupa a PS de resistência em relação a essa FD, pois não dá importância para o conhecimento científico e, além disso, é contrária a ele. Quanto aos demais personagens, podemos concluir que Emília, Pedrinho, Narizinho e Dona Benta também ocupam, diante da FD científica, assim como Visconde, a posição de bom sujeito, uma vez que participam, com entusiasmo, das aulas de geologia e acreditam naquilo que Visconde afirma. Diante disso, pensando na estrutura social posta na obra, temos, de um lado, Visconde (o sábio, que domina o conhecimento), apoiado pelas crianças (espertas e que atraem a simpatia da criança leitora) e por Dona Benta (a proprietária do sítio, avó querida das crianças), e, de outro, Tia Nastácia (cozinheira, negra, com pouca instrução e ignorante). Essa personificação dos personagens pode ser vista como um mecanismo de argumentação, pois, no sistema social e político vigente na década de 1930, a fala que apresenta maior credibilidade é certamente a do sábio, ainda mais quando possui o apoio de outros sujeitos.

Na próxima subseção destacamos algumas SDs que tratam das relações entre o Brasil (governo brasileiro) e os Estados Unidos no que se refere à questão da produção de petróleo, bem como da exportação de produtos.

### 3.3.2 Relação (in)amistosa entre Estados Unidos e Brasil

Para essa subseção selecionamos 15 SDS, que vão da SD22 a SD36, com base na temática que elas abordam, que é a relação entre o Brasil e os Estados Unidos. Além da temática, buscamos, na organização deste recorte, selecionar SDs nas quais aparecessem as falas de diversos personagens, bem como do narrador da obra *O poço do Visconde*, para que possamos ver a obra por diferentes perspectivas, por isso, em algumas das SDs, trazemos, inclusive, a fala, entrelaçada, de diversos enunciadores.

A partir das 15 SDs, analisamos as PS assumidas pelos personagens frente às polêmicas questões que permeiam a relação entre o Brasil e os Estados Unidos. Analisamos, ainda, o funcionamento dos efeitos metafóricos, evidenciando efeitos de sentido a que remetem, como também o funcionamento do discurso-transverso. Observemos as SDs.

**SD 22** — Vovó, eu acho uma grande falta de educação essa mania que Pedrinho pegou dos americanos, de sentar-se com os pés na cara da gente. (Narizinho)

[...]

— Certos sábios afirmam, minha filha, que quando uma pessoa se senta com as extremidades niveladas, a circulação do sangue agradece, e a cabeça pensa melhor. É por esse motivo, que os homens de negócios da América costumam nivelar as extremidades, sempre que têm de resolver um assunto importante. A coisa fica mais bem resolvida — dizem eles. (Dona Benta)

[...]

— Os negócios de lá prosperam melhor que o de qualquer país. (Dona Benta)

[...] Pedrinho começou a ler o jornal à moda americana [...]. (Narrador) (LOBATO, 1956, p. 01 e 02).

**SD 23** — Nivele as extremidades e comece, Senhor Visconde. (Pedrinho)

O sábio assim fez; depois de apoiar os pés na geologia, erguendo-os ao nível da cartolinha [...] (Narrador) (LOBATO, 1956, p. 07).

**SD 24** Passas! Quem me dera ter aqui um pacotinho daquelas sem caroço — seedless, que vêm da Califórnia... (Narizinho) (LOBATO, 1956, p. 38).

- SD 25** — E quem foi que teve a ideia de lograr a Erosão e chegar aos depósitos de petróleo antes dela?
- Foi o Coronel Drake, nos Estados Unidos. o ano de 1859 esse coronel entendeu de abrir um poço em Titusville, no Estado da Pensilvânia — e tanto lidou que o abriu, apesar das ferramentas de que dispunha serem das mais rudimentares. Esse poço virou o pai de todos os poços abertos naquele país. (Visconde)
- Quantos filhos teve? — perguntou Narizinho. (Narizinho)
- Mais de 900 mil. Já há mais de 900 mil poços de petróleo abertos nos Estados Unidos. Os americanos são umas feras. E como fazem tudo em ponto grande, tornaram-se o povo mais adiantado e rico do mundo. (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 50).
- SD 26** Só os Estados Unidos produzem um bilhão de barris por ano. (Visconde)
- [...] E tudo isso em consequência do tal pocinho do Coronel Drake... (Pedrinho) (LOBATO, 1956, p. 59).
- SD 27** — Sim. Nos Estados Unidos o Coronel Drake abriu o primeiro poço na Pensilvânia — e os rabanetes de lá disseram que só na Pensilvânia havia petróleo. Mas como novos Drakes furaram em outros pontos, aqueles país está hoje a tirar petróleo nos Estados do Texas, da Califórnia, do Arkansas, do Colorado, de Illinois, de Indiana, de Kansas, do Kentucky, de Montana, de Michigan, de Nova Iorque, do Ohio, de Oklahoma, da Virgínia e do Wyoming. E com a continuação dos trabalhos, ainda acabam descobrindo petróleo em muitos outros Estados. Tudo, por quê? Porque o Coronel Drake teve a coragem de começar. (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 60 e 61).
- SD 28** Têm de aprender que as reservas do petróleo dos Estados Unidos começam a aproximar-se do fim. O consumo é tremendo. Isso de extrair da terra um bilhão de barris por ano tem limite. Por maiores que as reservas sejam, um dia se acabam — e as reservas americanas estão se acabando. Há lá um Instituto do Petróleo que só trata de estudos petrolíferos. Esse instituto publicou há pouco tempo um cálculo, provando que as reservas americanas conhecidas não passam de 12 bilhões e 177 milhões de barris. Ora, para um país que extrai um bilhão por ano isso quer dizer

petróleo para doze anos. (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 61).

- SD 29** — Sim, haverá as desconhecidas, as que ainda serão descobertas — mas serão descobertas? Haverá ainda por lá grandes reservas ignoradas? Ninguém pode responder. O que se sabe é que as "reservas conhecidas" estão no fim — e quando se acabarem, os Estados Unidos terão de comprar petróleo fora, como hoje compram café e borracha. (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 61).
- SD 30** Barril é a medida de petróleo que os americanos adotaram desde o começo. Equivale a 42 galões. [...] (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 63).
- SD 31** — O petróleo é muito novo — prosseguiu o geólogo. — Não tem um século de vida, pois praticamente começou em 1859 com o poço do Coronel Drake. [...] Mas a culpa do petróleo acabar depressa vai caber aos americanos. Tiram petróleo demais; gastam-no demais. (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 64).
- SD 32** — Escute, senhor geólogo — disse Pedrinho. — Basta de aulas. Fizemos greve. Queremos começar o poço já, já, está ouvindo? (Pedrinho)  
O sabuguinho científico arregalou os olhos. (Narrador)  
— Homessa! Como podem pensar em perfuração antes de terem adquirido uma boa base geológica? (Visconde)  
— Do modo mais simples. Damos começo ao trabalho e V. Excelência nos vai ensinando pelo caminho, à proporção que os problemas aparecerem. (Pedrinho)  
— Isso mesmo — berrou Emília. — Paz de conta que já sabemos a geologia inteira. (Emília)  
O Visconde cocou a cabeça; mas como era greve, teve de concordar. (Narrador)  
(LOBATO, 1956, p. 73).
- SD 33** — Nem fale! Em cada cem poços abertos nos Estados Unidos, parece que só três alcançavam o petróleo. (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 89).
- SD 34** Vou fazer o pedido das máquinas necessárias. Temos de comprá-las na América do Norte, porque no Brasil não há disso. (Pedrinho) (LOBATO, 1956, p. 101).

- SD 35** — Olhe, Emilinha, encarregue-se você desta parte financeira. Dê um jeito de o dinheiro ser entregue hoje mesmo à firma McGowen & Tuttle, de Nova Iorque. Veja um bom banco para fazer a remessa.(Pedrinho)  
 — Banco? Não me fio em bancos, Pedrinho. Vou fazer o dinheiro chuvejar em cima da cabeça de Mister McGowen. (Emília) (LOBATO, 1956, p. 105).
- SD 36** [...] e o bangalô de Mister Kalamazoo, o perfurador que mandamos vir da América. (Narizinho) (LOBATO, 1956, p. 106).

Destacamos, inicialmente, o termo *pegou*, presente na SD 22, uma vez que, tendo em vista o seu funcionamento discursivo, esse termo nos remete à invasão dos americanos e à imposição cultural que fazem aos países de menor poder. Tal contexto faz aflorar a questão das relações de força que se fazem presentes na obra de Lobato, uma vez que por detrás desse simples “pegar” há implícito o assujeitamento ideológico. Por livre consentimento, o sujeito discursivo adota hábitos de outros (americanos) por estes terem maior poder no jogo das relações de força, medidas aqui pela força do capital que facilita a imposição ideológica, tema abordado no capítulo dois desta dissertação. Nessa mesma SD, 22, temos outras questões que nos remetem ao assujeitamento: *Os negócios de lá prosperam melhor que o de qualquer país*. Neste enunciado, identifica-se a simpatia do brasileiro para com a ideologia dos americanos, visto que defende a ideologia norte-americana, isto é, se assujeita à FD. Há que se destacar que FD, segundo Pêcheux, define-se como aquilo que numa formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição numa conjuntura sócio-histórica específica, determina o que pode e deve ser dito. Na situação retratada na SD22, tendo em vista a filiação à FD, podem e devem ser ditas as qualidades dos Estados Unidos e, principalmente, deve ser exaltada a prosperidade alcançada por eles.

Temos, ainda na SD 22, na fala de Benta, a expressão nominal *Certos sábios*, que remete a um pré-construído que se articula pelo funcionamento do discurso-transverso. Retomando o que Pêcheux (1995) trata sobre o discurso-transverso em sua obra *Semântica e Discurso*, vemos que ele consiste no atravessamento de um discurso X por um discurso Y, ou seja, a fala de Dona Benta é atravessada pelos saberes da FD americana. Salientamos, no entanto, que esses sábios, pelo funcionamento discursivo de *certos*, estão, a princípio, indeterminados, mas, muito embora não haja a afirmação de quem são esses sábios, o que acarreta o “mascaramento” de um sentido em favor de outro, o qual (re)vela a presença do silêncio constitutivo, no decorrer da fala de Dona Benta percebemos que os sábios são os

estrangeiros, os americanos, pela referência direta feita a eles e ao desenvolvimento de seus negócios. Percebemos que esse discurso filiado à FD americana, também atravessa a fala de outros personagens e, até mesmo, do narrador da obra. Essa recorrência à fala do outro, dos sábios, se constitui como tentativa de legitimação do próprio discurso.

Na SD 24 há uma supervalorização dos produtos norte-americanos, o que faz emergir a ideia de superioridade americana em relação ao Brasil, aos produtos nacionais, como verificado na SD 24, quando Narizinho se refere às passas. Percebemos nessa marca linguística uma manifestação de resistência ao projeto populista e nacionalista de Vargas, pois há uma valorização do produtor externo em detrimento do interno.

Na SD 25, os elementos linguísticos *esse poço virou o pai de todos* funcionam metaforicamente, pois, obviamente, poço não tem pai, logo, esse termo, pelo deslocamento contextual que sofre, ganha um novo sentido, passando assim a se referir à ideia de que, para que tenhamos vários poços de petróleo, é necessário que se comece por um e, a partir deste primeiro, se busquem outros. Consideramos pertinente analisar outro trecho desta mesma SD: *ideia de lograr a erosão*, pois *lograr* nos remete a questões referentes à colonização portuguesa pelo processo de exploração e a toda a exploração capitalista dos americanos no Brasil, uma vez que, historicamente, no que concerne à extração das riquezas brasileiras, nunca houve uma preocupação com o aqui, seja do presente ou do futuro. O que sempre se fez foi explorar, tirar aquilo que se pode aproveitar sem preocupação, o Brasil sempre foi o logrado da história, as riquezas extraídas do Brasil não ficaram no país. Nesse sentido, pensando o funcionamento discursivo do termo *lá*, presente tanto na SD27 como na SD28, se referindo aos demais países, temos, simultaneamente, um distanciamento e uma aproximação dos estrangeiros, pois, de um lado, esses estrangeiros “de lá” sempre se fizeram presentes no Brasil para extrair riquezas, eles participaram diretamente da história do país, mas, por outro lado, os de lá não estão distantes, porque atuam como força contrária ao país, são outra nação.

Lobato, ainda na SD 25, faz alusão ao fato de que, para que os negócios prosperem e o progresso ocorra, é necessária a instrumentalização, contudo, mais importante que isso é o conhecimento e a formação sobre o assunto: petróleo, pois este permite a dominação de territórios, como podemos observar na SD 27, em que são citadas várias localidades (Estados do Texas, da Califórnia, do Arkansas, do Colorado, de Illinois, de Indiana, de Kansas, do Kentucky, de Montana, de Michigan, de Nova Iorque, do Ohio, de Oklahoma, da Virgínia e do Wyoming), as quais constituem território de dominação norte-americana. Na SD 28 e na SD 31 há uma crítica aos americanos, uma crítica pelo desperdício de petróleo: *as reservas do petróleo dos Estados Unidos começam a aproximar-se do fim. O consumo é tremendo. Isso de*

*extrair da terra um bilhão de barris por ano tem limite. Por maiores que as reservas sejam, um dia se acabam* (SD28); *Tiram petróleo demais; gastam-no demais* (SD31) *a culpa do petróleo acabar depressa vai caber aos americanos* (SD31). Toda descoberta, toda exploração corre o risco de esgotar suas fontes. Por isso é preciso estudar, planejar para evitar o desperdício, a depredação do solo, os prejuízos, embora o lucro e a dominação se sobreponham a esses. Por isso, Lobato defende em sua obra que cabe ao Brasil investir nesses estudos para que o Brasil possa substituir os Estados Unidos na exploração de Petróleo e, por consequência, na dominação mundial. Nessa defesa se faz presente o funcionamento discursivo pedagógico marcado pelos termos linguísticos *Têm de aprender* (SD 28); *prosseguiu o geólogo* (SD 31); *senhor geólogo* (SD 32); *boa base geológica* (SD 32), pois remetem aos ensinamentos do mestre sobre como proceder na extração do petróleo.

Ainda na SD 28, as marcas linguísticas *o consumo é tremendo; um dia acabam; as reservas estão acabando* estabelecem relação parafrástica, pois apontam para uma mesma matriz de sentido: o consumo desenfreado, sem preocupações com o futuro, com as questões ambientais, enfim, com a sustentabilidade de maneira geral.

Cabe destacar que o enunciado: *as "reservas conhecidas" estão no fim — e quando se acabarem, os Estados Unidos terão de comprar petróleo fora, como hoje compram café e borracha*, da SD 29, pois apresenta a relação entre, de um lado, a dominação e a exploração das riquezas do subsolo e, de outro, os prejuízos que essas explorações causam e a possibilidade de esgotamento das reservas naturais, dos poços de petróleo já descobertos, que fazem emergir a importância da descoberta de novos poços para a dominação no mercado capital. Além disso, temos a questão da determinação: o adjetivo *conhecidas* determina de quais reservas se está falando e essa determinação exclui outras.

Na SD 30 destacamos o enunciado *medida de petróleo que os americanos adotaram*, no qual há uma relativa, Paul Henry (1990) afirma que o funcionamento da relativa oculta concepções rivais sobre a relação pensamento e discurso e especifica uma particularidade do antecedente, a qual permite uma identificação no mundo exterior e do pensamento, constituindo o objeto do discurso em objeto exterior ao discurso. Sendo assim, essa relativa, por seu funcionamento discursivo, nos leva a uma determinação: a medida ideal para o petróleo é a utilizada pelos americanos.

Além disso, exploramos a questão do interdiscurso, pelo funcionamento do discurso-transverso que há na SD 32: *Basta de aulas. Fizemos greve*. Vejamos, quando se fala a respeito da greve, em plena década de 1930, que isso remete à grande greve ocorrida nesse período nos Estados Unidos. Além disso, podemos traçar outra relação interdiscursiva que

vincula essa fala de Pedrinho com a Constituição Federal do Brasil de 1937, imposta por Vargas, que declara, em seu artigo 139, que a greve é um recurso antissocial, nocivo ao trabalho do capital e incompatível com os superiores interesses nacionais.

Ainda na SD32, há uma denúncia da falta de conhecimento, no Brasil, acerca da geologia e da física, isso é, sobre a ausência de cursos técnicos de formação, bem como a necessidade de tê-los para que seja possível perfurar poços de petróleo. Essa falta de cursos técnicos de formação e de investimento no conhecimento das áreas necessárias para a produção de petróleo pode ser vista, também, como uma forma de resistência ao ouro negro.

Na SD34 há outra denúncia, qual seja a falta de tecnologia adequada à produção de petróleo, necessidade de importá-la de outros países, tanto máquinas, como profissionais, cientistas e, acima de tudo, o conhecimento. Isso demonstra o atraso do Brasil em relação aos demais países, mas, na obra, o petróleo é apontado, constantemente, como a solução para o Brasil, como o produto que colocará o país no grupo dos países desenvolvidos, dominantes, mas coloca, como condição para tê-lo, a necessidade de aliança com o estrangeiro, pois eles é que dominam as técnicas e possuem a tecnologia necessária para a extração. Cabe salientar que durante todo o Estado Novo (1937-1945) o que regia a organização do país era a Constituição Federal instituída em 1937, logo, conforme dispõe o texto constitucional, o presidente da República era quem coordenava toda a atividade dos órgãos representativos, de grau superior, além de dirigir a política interna e externa, promover ou orientar a política legislativa de interesse nacional, e superintende a administração do país. Logo, para fazer a articulação entre os demais países, era necessária a autorização de Vargas, a quem, contudo, isso não interessava.

Por fim, destacamos que as SDs desta subseção remetem à supremacia dos americanos, atribuindo isso à dedicação, ao conhecimento e ao equilíbrio dos americanos (“Nivele as extremidades”), que lhes permite tomar as decisões com maior clareza e precisão. Na história sabemos que, no Brasil, havia resistência ao capital estrangeiro, mesmo assim, Monteiro Lobato tentou de várias formas convencer Getúlio Vargas a seguir os passos dos americanos para atingir a prosperidade, o crescimento econômico. No entanto, também se percebem nessas SDs algumas referências aos Estados Unidos, com exemplos que não devem ser seguidos. Conforme podemos observar no quadro que trazemos na sequência.

| <b>Elementos determinativos e qualificativos dos Estados Unidos</b> |  |
|---|--|
| <b>ESTADOS UNIDOS</b>   | <p>SD 22: Os negócios de lá prosperam melhor que o de qualquer país; Ler jornal à moda americana.</p> <p>SD 23: Nivele as extremidades.</p> <p>SD 24: passas sem caroços.</p> <p>SD 25: os Americanos são uns feras; o povo mais adiantado do mundo.</p> <p>SD26: os Estados Unidos produzem um bilhão de barris por ano.</p> <p>SD 27: Nos Estados Unidos o Coronel Drake abriu o primeiro poço na Pensilvânia.</p> <p>SD 28: há lá um instituto.</p> <p>SD 29: os Estados Unidos terão de comprar petróleo fora.</p> <p>SD 30: medida de petróleo que os americanos adotaram.</p> <p>SD 31: Mas a culpa do petróleo acabar depressa vai caber aos americanos. Tiram petróleo demais; gastam-no demais.</p> <p>SD 33: cada cem poços abertos nos Estados Unidos, parece que só três alcançavam o petróleo.</p> <p>SD 34: comprá-las na América do Norte, porque no Brasil não há disso.</p> <p>SD 35: dinheiro ser entregue hoje mesmo à firma McGowen &amp; Tuttle, de Nova Iorque.</p> <p>SD 36: mandamos vir da América.</p> |

Quadro 5. Estados Unidos: o modelo?

Fonte: elaboração da autora.

Nas SDs, exceto na 29, na 31 e na 32, se estabelece o assujeitamento ideológico, no qual, por livre consentimento, o sujeito se filia à FD americana. Analisamos agora alguns aspectos particulares desses trechos. Na SD 22: *a moda*, termo que, aqui, não pode ser classificado como um mero advérbio de modo, pois, nesse caso, ele constitui a relação com o outro, no qual há filiação do sujeito discursivo à FD americana, que defende a supremacia dos norte-americanos. Na SD 23: *nivele as extremidades*, temos aqui não uma mera posição na qual os sujeitos devem estar quando precisam pensar, mas sim uma referência metafórica ao equilíbrio dos Estados Unidos. Na SD 24: *passas sem caroços*, fica evidenciada a questão do consumo, que faz referência à superioridade dos produtos produzidos nos Estados Unidos (passas sem caroços) evidenciando a importação realizada pelo Brasil, que não tem estrutura para industrializar os seus produtos. Já o trecho da SD34 aponta para a necessidade de importar (dos Estados Unidos) as máquinas para a perfuração dos poços, uma vez que o Brasil não as produz. Diferentemente do que defendem as SDs que acabamos de analisar, a SD 29 e a SD31 apontam para o fato de que o país americano não serve de modelo quando o assunto é

consumo de petróleo, jogando sobre eles, inclusive, a culpa pelo possível fim do recurso natural.

Sendo assim, a partir da análise que realizamos, consideramos que a obra *O poço do Visconde* cria um imaginário dos Estados Unidos enquanto modelo a ser seguido na extração de petróleo. Ao mesmo tempo, cria, paralelamente, outro imaginário de que não se deve ser igual a eles quando assunto é o consumo do petróleo. Diante disso, verificamos que a relação estabelecida na obra entre Brasil e Estados Unidos não é amistosa em todos os aspectos, pois quando o assunto é importação de máquinas, de tecnologias, de profissionais, os sujeitos ocupam a PS filiada a FD americana, dominante. No entanto, quando assunto é a exploração das riquezas nacionais por estrangeiros, os sujeitos ocupam a PS de resistência, filiada à FD estatal. Sendo assim, há momentos em que a PS se (con)funde e aí temos duas PS dentro de uma mesma FD. Com isso, temos novamente o funcionamento do discurso-transverso, pois a heterogeneidade das PS: Visconde, Emília, Pedrinho e Narizinho ora se filiam a FD americana, ora a FD governamental, gera, também, uma heterogeneidade dos sentidos, pois os discursos dos sujeitos sofrem atravessamentos das duas FD que correlacionam suas forças no interior das lutas de classe, o que faz com que ambas exerçam seu domínio sobre os sujeitos, cada qual sobre um aspecto distinto, conforme a força ideológica que possuem, que conseguem exercer sobre os sujeitos.

Na próxima subseção analisamos as SDs que fazem alusão aos interesses que, supostamente, os estrangeiros, de maneira geral, teriam no petróleo brasileiro.

### 3.3.3 Interesses estrangeiros no petróleo brasileiro

Nas seis SDs descritas a seguir, contrapomos as denúncias de interesses dos estrangeiros no petróleo brasileiro com o contexto da década de 1930. Isso é, contrapomos a materialidade linguística à materialidade histórica, verificando as relações parafrásticas que se estabelecem entre as SDs. Além disso, analisaremos as personificações dos personagens feitas na obra. Vejamos as SDs.

**SD 37** — Bonito! — protestou Pedrinho. Então os Estados Unidos aumentarão de território à nossa custa, mandando para cá o golfo que há lá? (Pedrinho)

(LOBATO, 1956, p. 27).

- SD 38** — Então por que não se perfura no Brasil? (Emília)  
 — Porque as companhias estrangeiras que nos vendem petróleo não têm interesse nisso. E como não têm interesse nisso foram convencendo o brasileiro de que aqui, neste enorme território, não havia petróleo. E os brasileiros bobamente se deixaram convencer... (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 51).
- SD 39** — Que araras! — exclamou Emília. — Mas não estão vendo petróleo sair em todos os países vizinhos do nosso? (Emília)  
 — Estão, sim, mas que quer você? Quando um povo embirra em não arregalar os olhos não há quem o faça ver. As tais companhias pregaram as pálpebras dos brasileiros com alfinetes. Ninguém vê nada, nada, nada...  
 E cada ano o Brasil gasta mais de meio milhão de contos na compra do petróleo que as companhias espertalhonas nos vendem. (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 51 e 52).
- SD 40** — Aqui entre nós, Mr. Champignon — disse ela em seguida — acha que o Visconde seja realmente um sábio de verdade? Não tem qualquer dúvida sobre a ciencinha dele? (Dona Benta)  
 O químico-geólogo possuía a alma pura, dessas onde os sentimentos invejosos não entram. Respondeu com o coração nas mãos: (Narrador)  
 — Acho, sim, minha senhora. Acho que o Senhor Visconde de Sabugosa do Poço Fundo (que é como a Senhorita Emília me disse que ele se chama), é na realidade um grande sábio. E isso me assombra extraordinariamente, porque, afinal de contas, não passa dum sabugo. Logo que aqui cheguei meu queixo caiu; primeiro, ao ver um sabugo vivente; depois, ao verificar que era falante; e por fim, ao reconhecer nele um sábio — mas sábio de verdade, desses que descobrem coisas e mudam as diretrizes da civilização. (Mr Champignon) (LOBATO, 1956, p. 132 e 133).

As SDs 38 e 39 apresentam duas regularidades fundamentais, as quais ora passamos a analisar. A primeira aparece, inicialmente, na fala de Pedrinho: *os Estados Unidos aumentarão de território à nossa custa* (SD 37), e depois na fala de Visconde, quando

denuncia que há interesses estrangeiros no petróleo brasileiro: inicialmente o interesse é de que não se extraia o petróleo, posteriormente em comprar as jazidas de petróleo em solo brasileiro: *as companhias estrangeiras que nos vendem petróleo não têm interesse nisso* (SD38); *o Brasil gasta mais de meio milhão de contos na compra do petróleo que as companhias espertalhonas nos vendem* (SD39). Além disso, levanta a suspeita de que o governo estaria, propositadamente, se deixando enganar: *E como não têm interesse nisso foram convencendo o brasileiro de que aqui, neste enorme território, não havia petróleo* (SD38); *os brasileiros bobamente se deixaram convencer...* (SD38). O segundo aspecto aparece na fala do estrangeiro (que, justamente por ser de um estrangeiro, se reveste de força), quando este afirma que o brasileiro Visconde é um sábio que tem condições de mudar as diretrizes do país. A fala do outro funciona, aqui, como meio de dar maior credibilidade à fala de Visconde.

Se faz pertinente analisar, no trecho *Mas não estão vendo petróleo sair em todos os países vizinhos do nosso?* da SD 39, o funcionamento discursivo de *nosso*, que se trata de um pronome possessivo que se refere à primeira pessoa do plural, o que inclui o leitor da obra na própria obra, ressoa o imaginário de o Brasil também é dele e o faz questionar a política antiextração de Vargas, pois, pelo imaginário criado na obra, retirar petróleo do Brasil significa prosperidade econômica. Ao contrário disso, o que se tem é a exploração econômica do Brasil por parte dos países que produzem e vendem petróleo e, tudo isso, com o consentimento mascarado do governo Vargas, pois a Constituição nacional de 1937 legisla, em seu artigo 143, que as minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas d'água, constituem propriedade distinta da propriedade do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial. Mesmo que a propriedade seja privada, a exploração depende de autorização federal, a qual poderá ser concedida a brasileiros ou a empresas constituídas por acionistas brasileiros, reservada ao proprietário preferência na exploração, ou participação nos lucros. Isso vedava ao capital estrangeiro a exploração das minas de ferro de Minas Gerais. Sobre o tema, há que se dalientar que, durante a década de 1930, o governo Vargas, por meio do Banco do Brasil, facilitou o crédito para a mecanização do setor agroindustrial.

Ainda na SD 39 temos: *arregalar os olhos; pregaram as pálpebras com alfinetes*, onde temos o funcionamento do discurso lúdico presente no uso das metáforas dessas marcas linguísticas, pois há um deslocamento do contexto, o que faz emergir novos sentidos. Arregalar os olhos e pregar as pálpebras não significam, aqui, por seus sentidos literais. A primeira marca remete à urgência de os governantes admitirem que no Brasil há petróleo e de que, por isso, é necessário criar uma política viável para legalizar a extração do petróleo. Já a

segunda diz respeito à relação que há entre as empresas estrangeiras e o governo brasileiro, pois essa marca linguística revela que essas empresas fizeram algo (propina) para que o governo brasileiro não perfure e não deixe perfurar poços de petróleo no Brasil.

Salientamos, ainda, que as SDs 37 e 38 estabelecem relações parafrásticas entre elas, pois remetem a uma mesma matriz de sentido: a “política brasileira de extração de minérios” da década de 1930, mais especificamente da era Vargas. Isso pode ser verificado no quadro a seguir, no qual trazemos as marcas linguísticas responsáveis pelas relações parafrásticas.

| Matriz do sentido  | Enunciados que remetem à relação parafrástica   |
|--|---|
| <p style="text-align: center;">“POLÍTICA<br/>BRASILEIRA DE<br/>EXTRAÇÃO DE<br/>MINÉRIOS”</p> | <p>SD 38: foram convencendo o brasileiro de que aqui, neste enorme território, não havia petróleo. E os brasileiros bobamente se deixaram convencer...</p> <p>SD 39: cada ano o Brasil gasta mais de meio milhão de contos na compra do petróleo.</p> |

Quadro 6. Enunciados que remetem à “política brasileira de extração de minérios”

Fonte: elaboração da autora.

As aspas constantes no Quadro 6 são utilizadas em razão de que, em verdade, não havia, no Brasil de 1930, uma política de extração de minérios, pois, como denunciado na obra de Lobato, o governo brasileiro não possuía interesse direto nessas riquezas. Essa denúncia representa, na AD, uma tomada de posição que marca resistência do sujeito em relação à FD do governo Vargas, a FD contrária à existência e à extração de petróleo. Além disso, na própria constituição, como mostramos, não há uma verdadeira legislação sobre a extração de minérios, o que há é um artigo que dá plenos poderes ao presidente da República para decidir o destino que o país tomará frente à questão.

É importante apresentarmos alguns dados sobre as siderúrgicas brasileiras e estrangeiras, pois, em virtude da revolução de 1930, uma das diretrizes do Estado Novo era a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, com objetivo de atender às necessidades do desenvolvimento econômico e a própria soberania nacional. E foi por estarem preocupados com a defesa nacional que os militares passaram a desempenhar papel primordial na luta pela indústria siderúrgica brasileira. Durante a década de 1930 registrou-se um grande aumento na produção siderúrgica nacional, incentivada pelo crescimento da Belgo-Mineira que, em 1937, inaugurava a usina de Monlevade. Em 1937 também são constituídas a companhia siderúrgica de Barra Mansa e a Companhia Metalúrgica de Barbára. Apesar disso, o Brasil continuava

muito dependente de aços importados, dependência que só mudaria visivelmente a partir da década de 1940.

Na SD40 é feita uma personificação do personagem Visconde enquanto sujeito social, ele aparece como figura peculiar, um sabugo que realiza ações humanas, fala, caminha, lê, é sábio e, por ser sábio, tem sua sabedoria consagrada pelo discurso do outro (o cientista renomado e norte-americano que acredita na ciência de Visconde), sua fala tem prestígio, por isso lhe é conferida a condição de defensor da causa do petróleo. Essa personificação também pode ser vista na SD 41, que, além disso, apresenta uma disputa entre o brasileiro e o estrangeiro, a qual é ganha pelo brasileiro: *nosso viscondinho vai ganhar de Mr. Champignon*.

A seguir apresentamos a última SD desta subseção para analisarmos os interesses estrangeiros pelo Brasil.

**SD 42** Telegramas foram enviados para a América do Norte. O Rockefeller mandou oferecer pelo sítio 5 milhões de dólares. (Narrador) (LOBATO, 1956, p. 175).

O modelo de desenvolvimento de Vargas baseava-se na concepção de que o desenvolvimento se faria com base na articulação da empresa pública, da empresa privada nacional e do capital internacional. Na obra de Monteiro Lobato há, como constata-se na SD 42, uma oferta de capital estrangeiro para uma empresa privada do Brasil. Diante disso, podemos afirmar que a obra lobatina se filia à ideologia capitalista, articulada no contexto social em que há propriedade privada, a qual é organizada hierarquicamente, de forma que cada um ocupe seu lugar social conforme as atividades do setor produtivo que desempenha. Então, pensando na estrutura social do setor produtivo apresentado em *O poço do Visconde*, elaboramos um esquema ilustrativo e o apresentamos a seguir.

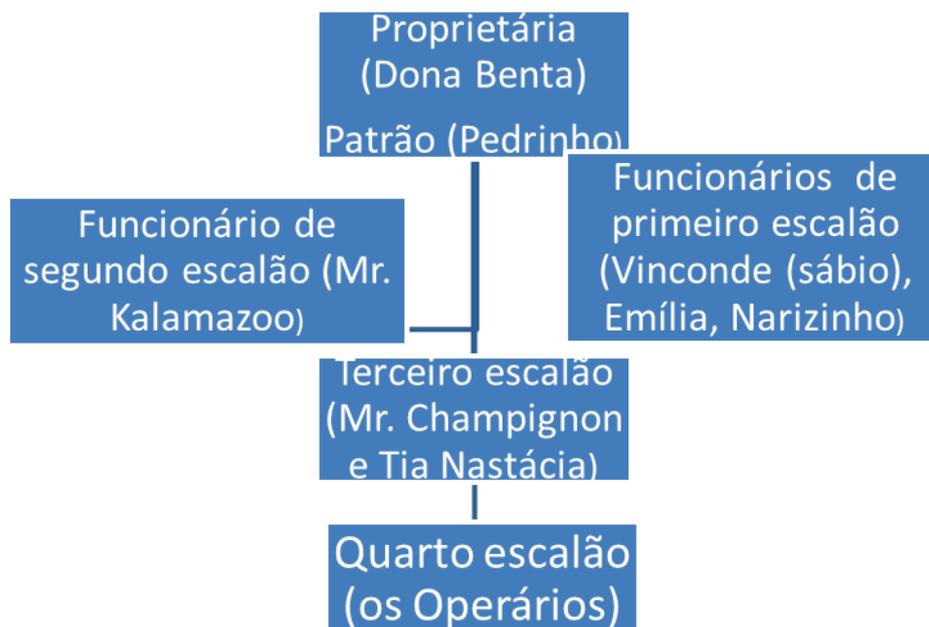


Figura 5. Organograma hierárquico.

Fonte: elaboração da autora.

Como se observa no esquema, Dona Benta e Pedrinho ocupam a posição superior na estrutura hierárquica do sistema produtivo capitalista, pois é deles o capital (propriedade e dinheiro). Logo abaixo deles estão Visconde, Emília e Narizinho, aqui determinamos como sendo funcionários de primeiro escalão, pois exercem funções primordiais no interior do setor produtivo e, além disso, são funcionários de confiança. Eles vêm seguidos de Mr. Kalamazoo, que, apesar de desenvolver função essencial na produção, não é da inteira confiança dos patrões. Em posição inferior a de Mr. Kalamazoo estão, ainda, MR. Champignon, empregado fiel, e Tia Nastácia, que apesar de não desenvolver função essencial no setor produtivo, é querida pelos patrões e pelos funcionários de primeiro escalão. Por fim, os funcionários, que apenas obedecem, não precisam exercitar suas mentes para desenvolver seu trabalho, logo, não se constituem como essenciais para a produção, pois podem ser substituídos por outros. Destacamos, contudo, que o lugar social não coincide com os lugares discursivos ocupados pelos sujeitos.

Além disso, cabe destacar outra relação parafrástica predominante entre as SDs da subseção 3.3.1, esboçada na sequência.

| Matriz do sentido  | Elementos determinativos de interesses estrangeiros  |
|--|--|
| <p style="text-align: center;">INTERESSES<br/>ESTRANGEIROS<br/>PELO<br/>BRASIL</p> | <p>SD 37: Os Estados Unidos aumentarão de território à nossa custa.</p> <p>SD 38: As companhias estrangeiras que nos vendem petróleo não têm interesse nisso.</p> <p>SD 39: As tais companhias pregaram as pálpebras dos brasileiros com alfinetes.</p> <p>SD 40: Respondeu com o coração nas mãos.</p> <p>SD 42: O Rockefeller mandou oferecer pelo sítio 5 milhões de dólares.</p> |

Quadro 7. Elementos determinativos de interesses estrangeiros.

Fonte: elaboração da autora.

Os elementos trazidos no quadro apresentam em comum o interesse na exploração do Brasil, do brasileiro. Vejamos o interesse a que cada uma remete. SD 37: interesse no território brasileiro para que possam extrair as riquezas naturais. SD 38: interesse no dinheiro do brasileiro, que consome o petróleo que os estrangeiros desejam, logo, os estrangeiros são contra a produção do petróleo no Brasil, pois perderiam, deixariam de lucrar com as vendas de tal recurso natural no Brasil. SD 39: interesse na não concretização de uma política nacional de extração de minérios. SD40: interesse, marcado pelo medo, pelo receio, em que não se invista em conhecimentos na área de extração de minérios. SD 42: interesse pelos territórios brasileiros onde há indícios de jazidas de petróleo. A partir disso verificamos que, no jogo de interesses temos duas FDs, a FD estrangeira e a FD nacional. À FD estrangeira filiam-se Mr. Kalamazoo, Mr. Kalamazzo as companhias petrolíferas internacionais e o os governantes Brasileiros. À FD nacional, filiam-se Visconde, Emília e Pedrinho.

A seguir, na subseção 3.3.4, apresentamos SDs que remetem a um discurso que defende a educação de qualidade e a aponta como caminho para o desenvolvimento.

### 3.3.4 Processo de culturalização

Nesta subseção, por meio de 11 SDs, analisamos o imaginário criado em relação ao conhecimento e o funcionamento do discurso pedagógico. Além disso, contrapomos os aspectos linguísticos que tratam da descoberta do petróleo com a materialidade histórica. Vamos a elas.

- SD 43** E de tanto estudar, ficou com um permanente sorriso de superioridade nos lábios — sorriso de dó da ignorância dos outros. (Narrador) (LOBATO, 1956, p. 02).
- SD 44** [...] temos de abrir um curso de geologia. Sem que todos saibam alguma coisa da história da terra, não podemos pensar em poço. Como já li esta Geologia inteira, proponho-me a ser o professor. (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 05).
- SD 45** Vou contar como nós, sábios, imaginamos o nascimento da terra. [...] A Terra, portanto, começou sendo uma bolota de fogo no espaço... (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 07 e 08).
- SD 46** Apesar disso, um geólogo como eu lê tão claramente numa rocha como Pedrinho lê num livro.  
[...]  
— Lê a idade dessa rocha, lê como ela se formou, o que sofreu nas suas lutas com a erosão; lê, portanto, a história da formação da terra, do nascimento das plantas, do aparecimento dos animais, tudo. (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 21 e 22).
- SD 47** Meu curso não é para formar especialistas, sim para dar uma ideia geral da coisa. Temos agora de ver quais as condições que tornam esses depósitos de petróleo exploráveis. (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 38).
- SD 48** — Então é fácil tirar petróleo (Pedrinho) — observou Pedrinho.  
— Seria, se nós aqui de cima pudéssemos ver com os nossos olhos essas dobras lá dentro da terra. Infelizmente nossos olhos não penetram fundo assim. (Visconde)  
— E como fazer, então? (Pedrinho)  
— Por meio de observações geológicas, isto é, de estudos da terra na superfície, os homens conseguem, muitas vezes, localizar esses anticlinais. Ultimamente apareceu uma ciência nova que tem ajudado muito: a Geofísica. Graças aos processos geofísicos é possível determinar com muita precisão os anticlinais e os sinclinais, e, portanto, marcar os melhores pontos para as perfurações. (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 41 e 42).

- SD 49** Continuo a aprovar a ciência do Visconde. Tudo quanto ele disse está de acordo com o que os geólogos ensinam. Ele é um sábio de verdade, mas... cama, cama, criançada! (Dona Benta) (LOBATO, 1956, p. 42).
- SD 50** — Ah, o sorriso que tenho nos lábios é um sorriso geológico — o sorriso de quem sabe, olha, vê e compreende. Este barranco é para mim um livro aberto, uma página da história da terra na qual leio mil coisas interessantíssimas.  
— É um dos barrancos mais lindos que já vi. (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 74 e 76).
- SD 51** — Pois é isso, Pedrinho. Para o geólogo, o chão, os barrancos, as buraqueiras, as perambeiras, as boçorocas, as ravinas, as margens dos rios, os cortes das estradas de ferro, tudo são páginas do livro da natureza, onde ele lê mil coisas que jamais passaram pela cabeça dos ignorantes. (Visconde)  
— Que gostoso é saber, hein, Narizinho? (Pedrinho)  
— Nem fale, Pedrinho. Cada vez tenho mais dó dos analfabetos. (Narizinho) (LOBATO, 1956, p. 84).
- SD 52** Os primeiros estudos geofísicos sérios que tivemos no Brasil foram feitos no Riacho Doce, em Alagoas. Há lá um petroleiro chamado Edson, e um governador de Estado, de nome Osman, que até merecem estátuas de ouro! Graças a eles, o Brasil começou a estudar petróleo a sério, cientificamente, com vontade de achar — e vocês vão ver que em consequência disso o primeiro poço de petróleo do Brasil vai ser em Alagoas. (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 89).
- SD 53** Como todos os grandes sábios, Visconde não entendia nada de dinheiro. [...] (Narrador) (LOBATO, 1956, p. 108).

Nas SDs trazidas nesta subseção temos o constante confronto entre o mundo real e o mundo criado pela imaginação. Além disso, se estabelece a relação com os problemas sociais e econômicos do país, a ênfase dada à ciência como base do desenvolvimento, enquanto mecanismo indispensável para que se chegue ao progresso, como é perceptível na SD 44: *Sem que todos saibam alguma coisa da história da terra, não podemos pensar em poço*. Essas negações presentes na SD 44 emergem a importância do discurso pedagógico, pois este se

coloca como condição para a perfurações de poços de petróleo produtivos. Nessa perspectiva, merece destaque o fato de que Lobato defende incessantemente o científico, pois a ciência proporciona superioridade àqueles que a dominam. As marcas linguísticas *tanto estudar, ficou com um permanente sorriso de superioridade* (SD 43); *sorriso de dó da ignorância dos outros* (SD43); *um geólogo como eu lê tão claramente numa rocha como Pedrinho lê num livro* (SD46); *o sorriso que tenho nos lábios é um sorriso geológico — o sorriso de quem sabe, olha, vê e compreende* (SD50); *Cada vez tenho mais dó dos analfabetos* (SD51) remetem ao imaginário do conhecimento enquanto mecanismo que proporciona poder ao homem. Essas marcas acarretam a distinção entre aqueles que têm domínio sobre o conhecimento e aqueles que não o têm, o que acarreta a construção de um imaginário de que aqueles que leem e estudam, têm acesso ao conhecimento e são superiores aos outros. Essa superioridade proporcionada pelos livros, estudos, é tida como necessária para que o petróleo seja encontrado e o país avance.

Na SD 45, cabe analisar a marca linguística *como nós, sábios*. Considerando que sábios se constitui um aposto, ele faz com que o *nós* funcione não maneira inclusiva, mas exclusiva, pois limita a referência a um número menor de pessoas: os sábios. Logo, uma explicação na fala desse personagem, que pertence a um grupo seletivo, se carrega, ainda mais de força.

Na SD 49 temos, explícita, pelo funcionamento discursivo da expressão *continuo a aprovar*, a tomada de posição do sujeito discursivo (Dona Benta), que, ao expressar sua aprovação à ciência de Visconde, assume a posição de bom sujeito em relação à FD petroleira e, logo, de mau sujeito em relação à FD governamental.

Sobre a SD52 nos cabe relacionar que, conforme os autores Milani, Brandão, Zalán e Gamboa (2000), nos anos de 1858 e 1938, nenhum resultado positivo foi reportado além dos registros dos *seeps* de óleo e gás e das ocorrências subcomerciais de óleo e gás da região de São Pedro (Bacia do Paraná-SP), Riacho Doce (Alagoas) e Bom Jardim/Itaituba (Amazonas). Entretanto, de 1939 a 1953, sob o comando do CNP, os resultados começaram a aparecer. Foram descobertos, após Lobato, outros dez campos de petróleo e as reservas nacionais alcançaram o número de 298 milhões de barris para uma produção diária de 2.720 vasilhas. Apesar das condições inóspitas e sem infraestrutura do interior brasileiro, existiam cerca de trinta geólogos/geofísicos de petróleo no Brasil em 1953. A precariedade das condições que dispunham para a realização dos estudos valorizava, ainda mais, o trabalho e os resultados obtidos pelos primeiros exploradores do subsolo brasileiro. Esse aspecto reforça a ideia da função social da literatura, comprovando que ela afeta e é afetada pelo meio.

Na SD 53 destacamos a fala do narrador, quando afirma que os sábios não entendem de dinheiro, pois essa marca linguística nos remete ao próprio Lobato, autor da obra, que, embora tenha caráter empreendedor, experimentou a falência em seus empreendimentos.

Para fechar a análise desta subseção, apresentamos no quadro a seguir as marcas linguísticas responsáveis pelo funcionamento do discurso pedagógico.

|                            | <b>Elementos de saber do discurso pedagógico</b>   |
|----------------------------|--|
| <b>DISCURSO PEDAGÓGICO</b> | SD 43: estudar.<br>SD 44: curso de geologia; saibam; pensar; professor.<br>SD 45: contar; sábios.<br>SD 46: geólogo; lê; história.<br>SD 47: curso; especialistas.<br>SD 48: observações geológicas; estudos; ciência; geofísica, processos geofísicos.<br>SD 49: geólogos; sábio.<br>SD 50: geológico; compreende; livro; leio.<br>SD 51: geólogo; páginas do livro; lê.<br>SD 52: estudos geofísicos; estudar.<br>SD 53: grandes sábios. |

Quadro 8. Elementos de saber do discurso pedagógico.

Fonte: elaboração da autora.

Nos elementos trazidos no quadro acima estão presentes termos que ocasionam o funcionamento do discurso pedagógico, uma vez que se referem às ações (aconselhamentos e orientações) que tipicamente caracterizam esse tipo de funcionamento discursivo (estudar, pensar, contar, lê, observações geológicas, estudos, processos geofísicos, leio, estudos geofísicos) aos resultados que ele proporciona (compreende) e aos elementos (curso de geologia, professor, sábios, geólogo, história, especialistas, ciência, geofísica, livro, páginas do livro, grandes sábios) que se fazem necessários para que se tenham ações e resultados pedagógicos.

### 3.3.5 Países produtores de petróleo: o progresso

Analisamos, nas seis SDs que compõem esta subseção, que também foram agrupadas a partir de sua temática, as categorias de exemplificação e de determinação para, a partir delas, chegarmos ao imaginário que se constrói na obra em relação aos países produtores de petróleo. Observemos as SDs.

**SD 54** — Pode e já fabricou. Um sábio alemão, de nome Engler, provou que as graxas de origem vegetal ou animal se transformam em petróleo, quando aquecidas a uma temperatura de mais ou menos 400 graus a uma pressão de 20 a 25 atmosferas. (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 33).

**SD 55** — As jazidas de petróleo mais importantes que o homem conhece encontram-se, como já contei, perto das costas e nos extintos mares interiores, ou mediterrâneos, como foi o nosso Mar de Xaraés<sup>34</sup>. Os riquíssimos campos de petróleo de Bacu, rente ao Mar Cáspio, estão nessas condições. O mesmo direi dos campos petrolíferos da Mesopotâmia, rente ao Golfo Pérsico. Aqui na América do Sul temos os campos petrolíferos de Comodoro Rivadavia, na Argentina, rente ao Golfo de S. Jorge. (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 35).

**SD 56** — Então é fácil saber onde está o petróleo — disse Pedrinho. — Basta determinar se uma terra é formada de aterro do mar. (Pedrinho)  
— É o que os argentinos estão fazendo. Por meio de estudos geológicos e geofísicos, eles procuram determinar as terras de aterro para nelas abrirem as perfurações. (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 36).

**SD 57** — A Argentina já abriu mais de 4.000, quase todos produtivos. Por essa razão está hoje extraíndo 16 milhões de barris de petróleo por ano. (Visconde)  
— E os outros países da América? (Emília)  
— Todos estão cheios de poços de petróleo, donde tiram milhões e milhões de

---

<sup>34</sup> Também expressa, mais uma vez, que há petróleo em solo brasileiro.

barris. A Venezuela conseguiu tornar-se o terceiro produtor do mundo, com mais de 140 milhões de barris por ano. O Peru extrai milhões de barris. A Colômbia extrai outros milhões. O Equador extrai outros milhões. A Bolívia, idem. Todos os vizinhos do Brasil são grandes produtores de petróleo, exceto o Uruguai e o Paraguai. (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 50).

**SD 58** Em 1934 os russos abriram em Lok Batan, perto de Bacu, um que rompeu com mais de 20 mil toneladas por dia! (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 58).

**SD 59** [...] um rumaico, dois alemães, dois argentinos. Os petroleiros só arranjam bons especialistas nos países que já têm exploração de petróleo. (Narrador) (LOBATO, 1956, p. 114).

Inicialmente analisamos a categoria de análise de determinação. Para isso, elaboramos o quadro a seguir, no qual trazemos as marcas linguísticas das SDs onde essa categoria se realiza. Vejamos.

|                                      | <b>Elementos determinativos dos países produtores de petróleo</b>   |
|--------------------------------------|---|
| <b>PAÍSES PRODUTORES DE PETRÓLEO</b> | <p>SD 54: Um sábio alemão, de nome Engler, provou que as graxas de origem vegetal ou animal se transformam em petróleo.</p> <p>SD 55: Os riquíssimos campos de petróleo de Bacu, rente ao Mar Cáspio, estão nessas condições. O mesmo direi dos campos petrolíferos da Mesopotâmia, rente ao Golfo Pérsico. Aqui na América do Sul temos os campos petrolíferos de Comodoro Rivadavia, na Argentina, rente ao Golfo de S. Jorge.</p> <p>SD 56: É o que os argentinos estão fazendo. Por meio de estudos geológicos e geofísicos, eles procuram determinar as terras de aterro para nelas abrirem as perfurações.</p> <p>SD 57: A Argentina já abriu mais de 4.000; A Venezuela conseguiu tornar-se o terceiro produtor do mundo; A Colômbia extrai outros milhões. O Equador extrai outros milhões. A Bolívia, idem.</p> <p>SD 58: os russos abriram em Lok Batan, perto de Bacu, um que rompeu com mais de 20 mil toneladas por dia!</p> <p>SD 59: Os petroleiros só arranjam bons especialistas nos países que já têm exploração de petróleo.</p> |

Quadro 9. Determinação dos países produtores de petróleo.

Fonte: elaboração da autora.

As marcas linguísticas trazidas no quadro citam os países produtores de petróleo ou que possuem jazidas de petróleo, criando um imaginário de que nesses países há fontes do combustível, isso é, o petróleo foi descoberto graças a pessoas inteligentes que acreditaram e investiram nesse negócio. No entanto, muito mais que meras citações de países, o que temos aqui é uma determinação que gera uma qualificação destes enquanto superiores: *sábios* (SD 54); *riquíssimo* (SD 55); *os argentinos estão fazendo* (SD56); *terceiro produtor do mundo* (SD 57); *os russos abriram* (SD58); *bons especialistas nos países que já têm exploração de petróleo* (SD59).

Salientamos, ainda, que na SD 54 temos a construção de um imaginário sobre os alemães enquanto sábios: *um sábio alemão*, que, inclusive, já produziram petróleo a partir de graxas de origem vegetal ou animal. No entanto, apesar de sabermos que a produção do petróleo por meio do aquecimento de graxas não é possível (eis que, caso isso fosse possível, certamente já estaria acontecendo), verificamos que esta constitui uma tentativa de produção de petróleo diante da busca desenfreada pelo produto, pois o mundo estava vivendo a Segunda

Guerra (1939 a 1945) e os países passavam por escassez de carvão e petróleo para o aquecimento. Sobre o tema, há que se destacar que, mesmo sem poder afirmar que essa busca desenfreada se deva à guerra, consideramos pertinente apresentar aqui esta informação.

Há que se enfatizar, também, os países produtores de petróleo vizinhos do Brasil citados nas SDs: *Argentina* (SD 55, 56 e 57); *Venezuela* (SD57); *Colômbia* (SD57); *Equador* (SD57); *Bolívia* (SD57), pois, muito mais que citações, o que temos aqui é um forte argumento em defesa de que há petróleo em solo brasileiro, pois, além de citá-los e de serem países vizinhos do Brasil, Lobato apresenta características do solo e do subsolo que há em comum entre esses países e o Brasil, logo, temos aqui o funcionamento da categoria discursiva de exemplificação<sup>35</sup> que fornece a sustentação para a tese da existência do petróleo no Brasil.

Diante disso, temos que a referência aos estudos aponta não só para as descobertas dos combustíveis nesses países, mas a possibilidade de o Brasil fazer parte desse grupo desenvolvido e, conseqüentemente, adquirir vantagens em relação aos Estados Unidos. A isso se deve o esforço do enunciador da narrativa em colocar na fala dos personagens exemplos e argumentos para defender a tese da importância de encontrar petróleo no país.

Na subseção 3.3.6 apresentamos SDs em que há afirmativas da existência de petróleo no Brasil, destacando, além de outros aspectos, as regiões do Brasil onde, supostamente, se encontra o combustível.

### 3.3.6 Ocorrências de petróleo no Brasil

Este recorte é composto por 11 SDs, selecionadas pela temática que abordam. Nessas SDs, exploraremos as categorias de exemplificação e de hipótese enquanto mecanismos de sustentação do discurso pedagógico, uma vez que tais categorias se constituem, no funcionamento discursivo, como argumento favorável à tese defendida ao longo de toda a obra: a existência de petróleo no Brasil. Vejamos as SDs.

**SD 60** Deve haver muito petróleo no Pantanal (Pedrinho) — observou Pedrinho.

---

<sup>35</sup> O processo de exemplificação funciona como mecanismo de argumentação.

— Claro que deve. Reúnem-se ali todos os requisitos para a formação do petróleo, além de que em muitos pontos há sinais evidentes de petróleo. Bem possível até que o Pantanal seja a maior região petrolífera do mundo. (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 29).

**SD 61** Em muitos pontos do Brasil vemos os tais xistos e arenitos betuminosos, que não passam de materiais impregnados do petróleo que veio subindo do fundo. No Vale do Paraíba, aqui em São Paulo, no Riacho Doce, em Alagoas, em São Gabriel, no Rio Grande do Sul e em muitos outros pontos existem grandes quantidades de xistos betuminosos. Esse betume é sinal de petróleo do fundo que subiu até em cima. (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 44).

**SD 62** — E por que o Brasil também não produz milhões e milhões de barris? Será que não existe petróleo aqui? (Emília)

— Não existem perfurações, isso sim. Petróleo o Brasil tem para abastecer o mundo inteiro durante séculos. Há sinais de petróleo por toda parte — em Alagoas, no Maranhão, em toda a costa nordestina, no Amazonas, no Pará, em São Paulo, no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande, em Mato Grosso, em Goiás. A superfície de todos esses Estados está cheia dos mesmos indícios de petróleo que levaram as repúblicas vizinhas a perfurar e a tirá-lo aos milhões de barris. Os mesmíssimos sinais... (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 51).

**SD 63** [...] como será do primeiro pocinho aberto no Brasil que vai brotar o milhão de poços que teremos um dia. Por que não? O Brasil tem o mesmo tamanho dos Estados Unidos. Se ainda está dormindo, um dia há de acordar.

[...]

Teremos o poço n.º 1 aqui no sítio e o n.º 2 no Riacho Doce, em Alagoas, onde os trabalhos estão muito adiantados. E a seguir teremos lá mesmo mais outros, mais dez, mais cem — quinhentos poços! E a febre do petróleo pegará no Brasil inteiro, que nem gripe, e começarão a aparecer poços por toda parte. Surgirão os de Mato Grosso, tremendos, de dezenas de milhares de barris por dia, como no México. E surgirão os poços de Goiás. E os de São Paulo. E os do Paraná. E os da Bahia. E os do Espírito Santo. E os do Rio Grande do Sul. E os de Minas... Tudo depende da

abertura do primeiro.

O Brasil, pois, deve ir se preparando para fornecer petróleo para os Estados Unidos, depois de abastecer-se a si próprio. (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 61).

**SD 64** — Sim, havemos de crescer e aparecer. Havemos de tirar petróleo aos milhões de barris. Havemos de exportar petróleo para todos os países, e de queimá-lo aqui em quantidades tremendas, para matar a nossa maior inimiga, que é a Distância. Abaixo a Distância! Viva o matador da Distância! (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 62).

**SD 65** [...] Aqui no Brasil precisamos nos acostumar desde já a medir o petróleo decimalmente — aos litros, aos metros cúbicos, como fazem os argentinos. Isso de barril e galão e tantas outras medidas populares dos países que não seguem o sistema métrico decimal, que é, Emília? (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 63).

**SD 66** — Hum! hum! — monologou ele depois de muito matutar. — Macacos me lambam se aqui não houver petróleo... (Visconde) (LOBATO, 1956, p. 90).

**SD 67** Faz de conta que foram feitos por uns sábios da Alemanha que mandamos vir, não acha, Pedrinho? (Emília)

[...] Os sábios alemães marcaram neste ponto um anticlinal magnífico. (Pedrinho) (LOBATO, 1956, p. 98).

**SD 68** Durante o jantar inteiro só se falou na perfuração. Iam extrair do poço milhares de barris de óleo, montar uma refinaria, inundar o Brasil de gasolina, querosene, óleo lubrificante, óleo combustível, supergás e dezenas de outros produtos do petróleo. Dinheiro ganhariam tanto, que a dificuldade seria saber o que fazer dele. (Narrador) (LOBATO, 1956, p. 108).

**SD 69** — Petróleo! Petróleo!

Era o petróleo, afinal! Era o jorro de petróleo salvador do Brasil, que se levantava numa coluna magnífica até quarenta metros para o céu. (Narrador) (LOBATO, 1956, p. 150).

**SD 70** [...] temos petróleo — o Brasil tem petróleo e, portanto, o elemento básico para tornar-se uma nação rica e poderosa. Pode escrever no seu jornal que não existe no mundo nenhuma avó mais feliz do que eu. (Dona Benta) (LOBATO, 1956, p. 174).

A primeira categoria analisada nesta subseção é a de hipótese. Para tanto, apresentamos, no quadro a seguir, o levantamento que fizemos das marcas linguísticas das SDs onde podemos perceber este tipo de funcionamento discursivo.

| Categoria             | Modos de antecipação  |
|-----------------------|---|
| CATEGORIA DE HIPÓTESE | SD 60: <b>Deve haver</b> muito petróleo.<br>SD 61: esse betume <b>é sinal</b> de petróleo do fundo que subiu até em cima SD<br>62: <b>Há sinais</b> de petróleo por toda parte; <b>Será</b> que não existe petróleo aqui?<br>SD 63: E a febre do petróleo <b>pegará</b> no Brasil inteiro;<br>SD 64: Sim, <b>havemos</b> de crescer e aparecer. <b>Havemos</b> de tirar petróleo aos milhões de barris. <b>Havemos</b> de exportar petróleo<br>SD 66: Macacos me lambam <b>se</b> aqui não <b>houver</b> petróleo...<br>SD 68: Dinheiro <b>ganhariam</b> tanto. |

Quadro 10. Categoria de hipótese.

Fonte: elaboração da autora.

As expressões destacadas em negrito no quadro funcionam como mecanismo de levantamento de hipóteses. *Deve haver* supõe que haja petróleo. *É sinal* e *há sinais* sinalizam a possibilidade de, a partir das informações descobertas, haver petróleo. *Será* traz à tona a hipótese da existência do petróleo em forma de questionamento. *Pegará* e *havemos* são verbos em tempo futuro, logo representam uma ação que ainda não se concretizou, no entanto, fazem emergir a hipótese de que isso aconteça. *Se* marca o levantamento de uma hipótese, a qual é fortalecida pelo verbo haver (*houver*). Esse recurso linguístico é comumente utilizado por cientistas, por pessoas que buscam uma relação entre o que aprendem na teoria e a prática e que, a partir das suposições que levantam, buscam realizar investigações para comprová-las.

A seguir apresentamos, no quadro, para desenvolver a segunda categoria de análise, as marcas linguísticas onde há o funcionamento da categoria de exemplificação. Vejamos:

| Categoria                   | Marcas linguísticas   |
|-----------------------------|---|
| CATEGORIA DE EXEMPLIFICAÇÃO | <p>SD 61: Em muitos pontos do Brasil vemos os tais xistos e arenitos betuminosos, que não passam de materiais impregnados do petróleo que veio subindo do fundo.</p> <p>SD 62: Petróleo o Brasil tem para abastecer o mundo inteiro durante séculos.</p> <p>SD 63: Do primeiro pocinho aberto no Brasil que vai brotar o milhão de poços que teremos um dia; O Brasil, pois, deve ir se preparando para fornecer petróleo para os Estados Unidos.</p> <p>SD 64: Havemos de exportar petróleo para todos os países.</p> <p>SD 65: Aqui no Brasil precisamos nos acostumar desde já a medir o petróleo decimalmente.</p> <p>SD 66: Macacos me lambam se aqui não houver petróleo...</p> <p>SD 67: Os sábios alemães marcaram neste ponto um anticlinal magnífico.</p> <p>SD 68: inundar o Brasil de gasolina, querosene, óleo lubrificante, óleo combustível, supergás e dezenas de outros produtos do petróleo.</p> <p>SD 69: Era o jorro de petróleo salvador do Brasil.</p> <p>SD 70: O Brasil tem petróleo.</p> |

Quadro 11. Categoria de exemplificação.

Fonte: elaboração da autora.

Percebemos que os trechos das SDs que trouxemos acima fazem alusão ao Brasil, de modo geral, enquanto país, ou à parte isolada dele e, sempre que essas alusões aparecem, há uma afirmativa quanto à presença de petróleo em solo brasileiro, logo, essas citações são mecanismos utilizados para exemplificar, concretizar a presença de petróleo no Brasil. Essas alusões funcionam como exemplificação, mecanismo que marca o funcionamento do discurso pedagógico, pois, para melhor desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem, comumente se faz uso deste recurso didático.

Além disso, como mecanismo para sustentação do discurso pedagógico, temos o uso da informação e do conhecimento, os quais aparecem entrelaçados ao discurso lúdico, do mesmo modo que ocorre com o caso das relações entre passado, presente e futuro (como era, como é e como será). Essas relações são marcadas pelo tempo dos verbos utilizados, entre o passado (subiu, levaram, foram, falou), o presente (vemos, existem, produz, tem,) e o futuro (será, teremos, pegará), o que faz emergir, no leitor, um imaginário de como era antes, sem o petróleo, de como é agora durante a descoberta do petróleo e de como será com o petróleo, resultando na sugestão de que o Brasil vivia em um atraso em relação aos demais países em

relação ao seu desenvolvimento e industrialização e de que, agora, com a descoberta do petróleo, inicia sua caminhada em relação ao desenvolvimento e de que o progresso é que vai marcar o futuro.

Analisamos, também, o fenômeno de repetição apresentado nas SDs, pois, nas SDs 62, 63, 64 e 68, o uso dos termos *milhares* e *milhões* é sistematicamente repetido, fenômeno que não pode ser explorado como mera condição de exagero, mas que precisa ser visto como argumento utilizado com o objetivo de persuadir, convencer o leitor por meio de provas, de domínio do conhecimento de causa.

Além disso, as SDs apresentam uma manifestação de resistência à ideia oficialmente instituída de que em solo brasileiro não há petróleo, com afirmações concretas de que há petróleo do Brasil. Como nos comprovam as marcas linguísticas: *Petróleo! Petróleo!* (SD69); *O Brasil tem petróleo* (SD70), além de outras, como já vimos, que, apesar de não afirmarem, levantam a hipótese de haver petróleo em vários pontos do Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É chegado o momento de concluir esta dissertação, entretanto, como algo sempre nos escapa (sobra ou falta), esta é uma conclusão inconclusiva. Mas, mesmo cientes do não esgotamento do assunto que tratamos neste estudo, ousamos traçar algumas considerações sobre o que pesquisamos, estudamos e, por fim, aqui apresentamos, com o objetivo de dar um efeito de fechamento ao estudo realizado, sem, no entanto, almejar encerrar a discussão iniciada.

Em primeiro lugar, gostaríamos de apresentar uma breve consideração sobre a questão da literatura e sua função social, assunto do qual tratamos em nosso primeiro capítulo. A literatura vive em constante mudança, o que foi considerado literatura em uma determinada época pode não ser em outra, além disso, a forma de encarar a obra sofre modificação, pois ela é diretamente afetada pelo meio, pelos sujeitos que a constroem, sejam eles escritores, autores ou leitores, no entanto, cabe salientar que ela também afeta o meio. A literatura infantil, que surgiu há não muito tempo, influencia a formação das crianças. Mesmo não sendo mais vista como meramente utilitária, as crianças se espelham nos protagonistas, nos heróis das histórias que leem, ou que os adultos leem para elas.

Outra consideração que cabe traçar diz respeito à relação constitutiva que há entre a língua e a história, assunto de nosso segundo capítulo. Não podemos concebê-las de maneira dissociada, para um bom trabalho de interpretação de qualquer objeto de estudo, esteja este em linguagens verbais ou não verbais, é necessário contrapor seus aspectos linguísticos e não verbais ao contexto em que foram produzidos, isto é, às suas condições de produção. Dessa maneira, a possibilidade do equívoco, ou mesmo das injustiças ocasionadas por interpretações precipitadas, diminui. De maneira específica, consideramos que as obras literárias lobatianas não devem, de maneira alguma, independentemente do contexto onde estejam sendo estudadas, serem vistas fora do seu contexto primeiro de produção. Embora não se trate de analisar sujeitos empíricos, é indispensável, para compreender os efeitos de sentido que os enunciados produzem, considerar as relações sociais e políticas do enunciador da obra, como também as normas que regiam o contexto de produção e os conflitos sociais nele existentes, isto é, é impossível analisar *O poço do Visconde* sem considerar a relação pessoal de Lobato com Vargas e a política brasileira de extração de minérios e os interesses pessoais do enunciador no petróleo. Portanto, para que a interpretação realizada pelo analista de discurso seja válida e coerente, é necessário considerar os aspectos que fazem com que a obra

signifique e é isto o que pretendemos com a realização deste estudo: analisar uma obra literária verificando as CPs que fazem com que ela signifique, tenha sentido, mesmo sabendo que isso não nos livra, totalmente, da possibilidade do equivoco.

O terceiro aspecto sobre o qual nos atrevemos a traçar considerações é a singularidade da obra lobatiana. Várias obras de Monteiro Lobato já foram censuradas, quer pelo governo, quer pela igreja ou por organizações sociais e acreditamos que isso ocorra em virtude de Lobato abordar temas polêmicos em suas obras e, principalmente, por não abordá-los de maneira amena, passiva, mas por assumir posições críticas frente aos temas trazidos (saneamento básico, divisão social de classe, petróleo, educação, políticas públicas, diferenças étnicas, entre outras temáticas). Atualmente, com a moda do politicamente correto, as organizações ideológicas vêm perseguindo o universo literário destinado ao público infantil, de maneira especial as obras de Lobato. A partir disso e tendo em vista que a literatura, apesar de ficcional, retrata aspectos e fatos reais vividos pelos sujeitos sociais, surgem os questionamentos: a literatura não pode retratar o politicamente incorreto? Não pode abordar o preconceito? É possível produzir literatura de qualidade sem abordar as divergências, os opostos? Bem, acreditamos que sim, além disso, consideramos que acusar as obras de Lobato de preconceito racial caracteriza ingenuidade intelectual, pois em 1930 não se tinha os conceitos, os preceitos e a legislação que se tem hoje sobre racismo, muitas das expressões utilizadas por Lobato foram utilizadas em um período da história em que não eram consideradas racistas. Para pôr fim a essa consideração, deixo um questionamento: é possível que alguém, por ler uma obra do sítio encantado criado por Lobato, se torne racista?

Acreditamos que o aspecto crítico, de lutador incansável, constitui a grande singularidade das obras deste autor que faz com que sempre, mesmo transcorridos muitos anos da publicação de suas obras, os holofotes continuem voltados para ele, seja para apreciar suas obras-primas ou para tentar silenciá-lo em virtude da realização de interpretações dissociadas do contexto de produção das obras.

Quanto ao objetivo almejado com esta dissertação, de analisar a influência que as questões políticas e históricas da década de 1930 exerceram sobre a obra *O poço do Visconde*, de Monteiro Lobato, produzida durante o mesmo período, consideramos que ele foi alcançado, pois as análises da obra *O poço do Visconde*, de Monteiro Lobato, evidenciaram que as questões da política e da história brasileiras da década de 1930 exerceram influência direta na formação de efeitos de sentido da obra. Além disso, o confronto das condições de produção com a materialidade linguística apresentada na obra mostra que tanto questões históricas, quanto questões políticas estão presentes no discurso da obra de Monteiro Lobato.

Consideramos, também, que na obra *Lobatiana* que aqui analisamos, há grandes forças ideológicas conflitantes, uma representada no discurso pela FD americana e outra representada pela FD governamental e a outra pela FD petroleira. A essas FDs é que se filiam os sujeitos discursivos da obra, como nos comprovam os indícios de modalidades das tomadas de posição e as formas-sujeitos admitidas e incorporadas pelos sujeitos discursivos, os quais constituem fatores relevantes para a constituição do discurso da obra. Quanto a esses aspectos, constatamos uma heterogeneidade nas tomadas de posições dos sujeitos, pois eles transitam entre uma e outra conforme se faz conveniente para a defesa da tese apresentada na obra: o Brasil tem petróleo e é preciso extraí-lo. Essa tese é defendida, conforme nos evidenciam as PS, por Visconde, Emília, Pedrinho e Narizinho, os quais são personificados como seres de visão, que possuem interesse pelo conhecimento, fator que carrega de força os seus discursos, além disso, fazem uso do discurso outro, isto é, seus discursos são atravessados por outros discursos, este fator também fortifica seus pontos de vista. Como força de resistência à tese, temos a PS ocupada por Tia Nastácia, personificada como negra, desatenta, indiferente às mudanças que o petróleo ocasionaria e que, inclusive, apresenta resistência ao científico. Não poderíamos deixar passar em vão que o fato de o enunciador da obra colocar a PS de resistência na figura de uma negra, em plena década de 1930, representa uma atitude inteligente de burlar a censura, além disso, evidencia, não o preconceito como pregam os “rabanetes bípedes” de nosso tempo, mas a não submissão do negro à ideologia do branco que o dominou e ainda tenta dominá-lo.

Para encerrar as considerações que nos propusemos traçar, retomamos o título que atribuímos a esta dissertação: *entrecruzando fronteiras – uma análise discursiva da obra O poço do Visconde* para, a partir dele, estabelecermos algumas relações entre a obra *O poço do Visconde* e suas fronteiras. Não é à toa que Monteiro Lobato, ainda hoje, encontra-se no banco dos réus, porque suas obras mostram o modo de fazer-se sujeito na relação com os textos que escreve, ou seja, Lobato põe-se entre as enunciações de seus personagens, seus efeitos de sentido calcados nos discursos que circulam nos contextos de várias militâncias e que se traduzem como questionamentos, protestos, reações e escrita política de resistência aos discursos que ferem os direitos naturais e imprescritíveis do homem, tais como a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão. Portanto, consideramos que a literatura lobatiana, com sua força ideológica, contribua para a formação política dos sujeitos leitores de sua obra, pois eles são o foco de Lobato, tanto é que a figura do leitor aparece, na capa de 1956 do livro que aqui analisamos, em destaque.

Por fim, diremos que as fronteiras percorridas para analisar *O poço do Visconde* nos fizeram viajar por diversos universos: da linguística, da história, da literatura... os quais nos revelaram muitos caminhos possíveis. Isso nos mostra que trabalhar como analista do discurso é colocar a si mesmo em um terreno de conflito, é estar, constantemente, exposto ao equívoco, mas, ao mesmo tempo, é ter a possibilidade de escolher qual destino traçar, e precisar fazer esta escolha do caminho, assujeitado-se às possibilidades oferecidas por ele, pois ninguém consegue percorrer todos os caminhos que deseja.

## REFERÊNCIAS

ALISIO, Hector Gomez. *Hector Gomez Alisio*. 2007. Disponível em: <http://www.blogger.com/profile/02766505671396341160>. Acesso em: 13 de maio de 2012.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelho Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ANDRADE, Nanuka. *Belmonte*. 2012. Disponível em: <http://valerumlivro.mtv.uol.com.br/2012/02/23/belmonte-por-nanuka-andrade/>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

BENVENISTE, E (1966). Da subjetividade da linguagem. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995c, p. 284-293.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. A análise do discurso e suas interface com o materialismo histórico. In: ZANDWAIS, Ana (Coord). *História das ideias: diálogos entre linguagem, cultura e história*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012. 312 p. ISBN 9788575157909

COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário de Literatura infantil e juvenil brasileira*. São Paulo: Quíron, 1983.

FERRARI, Ana Josefina. *Por uma leitura de leituras: uma reflexão sobre possíveis leituras de Pêcheux na ADD 69*. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (O[orgs.]). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 111 – 124.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. *O que é um autor?* Vega: Passagens, 1992. Edição original: 1969.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A Língua Inatingível: o discurso da linguística*. Campinas – SP: Editora RG., 2010.

HALLEWELL, L. *O livro do Brasil: sua história*. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1985.

HERBERT, T. *Observações para uma teoria geral das ideologias*. Rua, Campinas, n. 1, 1995.

HENRY, Paul. Construções relativas e articulações discursivas. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas: Editora da Unicamp, v.19, p. 43-64, jul./dez. 1990.

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e outras vozes: uma análise do discurso presidencial da terceira república brasileira (1964-1984)*. Tese (doutoramento em Letras) – Unicamp. Campinas, 1992.

\_\_\_\_\_. O sujeito e as feridas narcísicas dos linguistas. In: *Gragoatá*, Niterói, nº5, p.111-120. Set, 1988.

\_\_\_\_\_. *A fragmentação do sujeito em Análise do Discurso*. In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo. *Discurso, memória e identidade*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 2000, p.70-81.

JACOMEL, Mirele Carolina Werneque; SILVA, Marisa Correa. *Discurso histórico e discurso literário: o entrelace na perspectiva da metaficção historiográfica*. In: CELLI – COLÓQUIO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS. 3, 2007, Maringá. Anais. Maringá, 2009, p. 740-748.

JOHANN, Jorge Renato. *Educação e ética: em busca de uma aproximação [recurso eletrônico]*. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. Disponível em: <http://www.pucrs.br/orgaos/edipucrs/>. ISBN 978-85-7430-858-6. Acesso em: 10 de novembro de 2012.

LAJOLO, Marisa. *Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida*. São Paulo: Moderna, 2000.

LAJOLO, Marisa. *O que é literatura*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. *O Quadro Atual da Análise de Discurso no Brasil: um breve preâmbulo*. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (O[orgs.]). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 13 – 22.

MACHADO, Carla Silva. *Literatura infantil, e o discurso da diversidade: caminhos para a inclusão*. In: *Educação em Foco*. 2009. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2009/10/Literatura-infantil.pdf>. Acesso em: 08 de outubro de 2012.

MARX, Karl (1918-1983). **O capital**. Gabriel Deville (trad.). 3. ed. São Paulo: Edipro, 2008.

MILANI, E. J.; BRANDAO, J. A. S. L.; ZALAN, P. V. and GAMBOA, L. A. P.. *Petróleo na margem continental brasileira: geologia, exploração, resultados e perspectivas*. *Rev. Bras. Geof.* [online]. 2000, vol.18, n.3, pp. 352-396. ISSN 0102-261X. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbg/v18n3/a12v18n3.pdf>. Acesso em: 25 de novembro de 2012.

*NOSSA história*. RJ: Editora Globo S.A., 2011 Disponível em: <http://corp.editoraglobo.globo.com/historia/>. Acesso em: 07 de maio de 2012.

ORLANDI, Eni P. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. *O inteligível, o interpretável e o compreensível*. In: \_\_\_\_\_. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas, São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

\_\_\_\_\_. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. *O próprio da Análise de Discurso*. In: \_\_\_\_\_. *Discurso e política*. Campinas – SP: LABEURRB - UNICAMP, 1998.

\_\_\_\_\_. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas – SP: Pontes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Discurso e Leitura*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. *Linguagem em seu funcionamento: as formas do discurso*. 5.ed. Campinas- SP: Pontes, 2009.

\_\_\_\_\_. *Análise de Discurso*. In: *Discurso e Textualidade*. 2. ed. Campinas- SP: Pontes, 2010.

PALMA, Moacir Dalla. *Discurso literário: linguagem intrinsecamente diferenciada ou texto institucionalmente determinado?* FAFIPAR/PG-UEL: **Terra roxa e outras terras** – Revista de Estudos Literários Volume 9 (2007) – 1-124. ISSN 1678-2054. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/pos/letras/terraroxa>. Acesso em: 20 de outubro de 2012.

PATATI, Carlos. André le Blanc: um discreto gigante. In: *Bigorna: os quadrinhos em 1º lugar*. 2011. Disponível em: <http://www.bigorna.net/index.php?secao=osimortais&id=1301872897>. Acesso em: 18 de maio de 2012.

PÊCHEUX, Michel (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed., Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. *Ler o arquivo hoje*. In: In: ORLANDI, Eni (Org.) [et. al.] *Gestos de leitura: Da história no discurso. Homenagem a Denise Maldidier*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997a.

\_\_\_\_\_. *Análise Automática do Discurso (AAD – 69)*. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1997 b.

\_\_\_\_\_. *O papel da memória*. In: ACHARD, P. ( et al). *Papel da memória*. Campinas: Pontes Editores, 2007.

\_\_\_\_\_. *A Língua Inatingível: o discurso da linguística*. 2. ed. Campinas – SP: Editora RG., 2010.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine (1975). *A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas*. 1975. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1997.

ROCHA, Osnei Furtado da. Osnei Roko. 2006. In: *Bigorna: quadrinho brasileiro em 1º lugar*. Disponível em: <http://www.bigorna.net/index.php?secao=biografias&id=1155097719>. Acesso em: 08 de maio de 2012.

SILVA, Hélio. *História da República Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Editora Três: Editora Brasil, 2004.

ZUGNO, Ana Lucia Ioppi; FRITZEN, Celdon. *A literatura infantil no Estado Novo: usos pedagógicos e políticos*. 2006. Anais do XVI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: percursos e desafios da pesquisa e do ensino de história da educação – COLUBHE06: Uberlândia - MG. . p. 2497 - 2504. Disponível em: [http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/222AnaLuciaZugno\\_e\\_CeldonFritzen.pdf](http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/222AnaLuciaZugno_e_CeldonFritzen.pdf). Acesso em: 03 de novembro de 2012.

**ANEXOS**

**Anexo A**

São Paulo, 19 de agosto de 1935

**Dr. Getúlio Vargas**

Rio de Janeiro

Excelentíssimo Senhor:

Conforme previ na última audiência que me foi concedida a 15 do corrente, há alguém interessado em embaraçar a ação da Cia Petróleos do Brasil, dificultando a obtenção da autorização para que ela siga seu curso natural, fora das restrições do Decreto nº 20.799, que, em requerimento ao Ministério da Agricultura, foi pedida. E como V. Excia., me autorizou, neste caso, a recorrer diretamente a V. Excia., como guardião que é dos verdadeiros interesses nacionais, sou forçado a lançar mão desse recurso.

Negam-nos a autorização pedida, dificultando, retardando, protelando o necessário decreto. Isso vem impossibilitar a atividade da Cia Petróleos do Brasil. Os homens contratados à custa de tanto sacrifício monetário para procederem em nosso território quatro meses de provas, nada poderão fazer já que a companhia que os contratou não pode fazer contratos de opção nos terrenos a serem examinados. E desse modo terão de regressar para a América do Norte sem que o Brasil se beneficie das vantagens incomensuráveis da série de provas previstas e para as quais a nossa empresa se formou.

Isso constitui um crime imperdoável, além de denunciar de modo esmagador que há gente paga por estrangeiros para que o Brasil não tenha nunca o seu petróleo. Em vez de, pelas funções de seus cargos, esses homens tudo fazerem para que tenhamos petróleo, quanto antes, tudo fazem para que não o tenhamos nunca. O caso é, pois, desses que pede a imediata intervenção de homens que, como V. Excia., só têm em vista os altos interesses do País.

Assim, de acordo com a promessa que V. Excia. Me fez, venho denunciar a manobra da sabotagem burocrática e pedir o remédio urgente.

**Respeitosamente subscrevo-me**

**De V. Excia. Atento servidor**

**Monteiro Lobato**

Fonte: Projeto Memória. Disponível em:  
<http://www.projeto memoria.art.br/MonteiroLobato/monteirolobato/cartaget.html>.